

O MOINHO RIO-GRANDENSE:

A preservação do patrimônio
agroindustrial em Porto Alegre



KAUÃ DOMINGUES DE OLIVEIRA

O MOINHO RIO-GRANDENSE:
A preservação do patrimônio agroindustrial em Porto Alegre

Dissertação de Mestrado realizada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio, pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Professora Dr^a. Luísa Gertrudis Durán Rocca

Porto Alegre
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Carlos André Bulhões

Patrícia Pranke

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Ana Maria de Moura

Vera Regina Schmitz

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Rita do Carmo Ferreira Laipelt

Samile Andréa de Souza Vanz

**COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO**

Fernanda Carvalho de Albuquerque

Ana Carolina Gelmini de Faria

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira, Kauã Domingues de
O MOINHO RIO-GRANDENSE: A preservação do patrimônio
agroindustrial em Porto Alegre / Kauã Domingues de
Oliveira. -- 2021.
232 f.
Orientadora: Luísa Gertrudis Durán Rocca.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Museologia e Patrimônio. 2. Patrimônio Cultural.
3. Patrimônio industrial. 4. Moinho Rio-grandense.. I.
Durán Rocca, Luísa Gertrudis, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Departamento de Ciências da Informação
Rua Ramiro Barcelos, 2705
Bairro Santana
Porto Alegre - RS
Telefone (51) 33085067
E-mail: fabico@ufrgs.br

KAUÃ DOMINGUES DE OLIVEIRA

**O MOINHO RIO-GRANDENSE:
A preservação do patrimônio agroindustrial em Porto Alegre**

Dissertação de Mestrado realizada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio, pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: 29 de outubro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dr^a. Ana Lucia Goelzer Meira (UNISINOS)

Professora Dr^a. Ana Maria Dalla Zen (UFRGS)

Professora Dr^a. Luisa Luísa Gertrudis Durán Rocca (UFRGS) - Orientadora

Professora Dr^a. Marta Silveira Peixoto (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Começo esses agradecimentos de forma geral aos mestres e professores: aos do PPGMusPa, obviamente, mas a todos aqueles que me ajudaram a trilhar este caminho, desde a infância até aqueles que fazem parte desta banca, em especial, minha orientadora, Luisa Durán, que foi uma parceira inseparável, nos momentos mais felizes e nos mais difíceis. Em um momento do país onde parece que a educação tem cada vez menos prestígio na sociedade, eu não poderia começar esses agradecimentos de outra forma se não prestando uma homenagem a todos aqueles que me ensinaram, me apoiaram e, principalmente, me inspiraram a seguir sempre estudando. Se é verdade que só se ama aquilo que se conhece, são os professores que nos ensinam a amar.

Agradeço também a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, docentes, discentes e funcionários, que mesmo tendo eu vindo de outra instituição de ensino, me fizeram sentir acolhido e apostaram em mim desde o primeiro momento.

Deixo um agradecimento especial aos técnicos da Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC) de Porto Alegre, local onde comecei minha vida profissional como estagiário, onde passei dois anos incríveis convivendo com profissionais da mais alta qualidade e que muito me ensinaram. A luta de vocês se tornou a minha luta e nenhum presente no mundo é maior que os ideias que nos são legados.

Também ao Centro de Memória Bunge, pela contribuição inestimável sem a qual este trabalho jamais seria possível.

Agradeço também aos meus amigos de longa data, que ao lerem isso certamente se identificaram. Obrigado por me apoiarem e por acreditarem em mim, mesmo quando nem mesmo eu era capaz disso.

Agradeço aos meus familiares, mãe, pai, avó e tios, que desde cedo me ensinaram a importância e o poder da educação para construção do futuro. Que apoiaram e valorizaram meu estudo acima de tudo.

Sabe, Sancho, que só quem faz mais que outrem é que é mais que outrem. Todas estas inclemências que nos acontecem sinais são de que breve se nos há-de o tempo abonançar, e as coisas correr-nos melhormente, porque não é possível que nem o mal nem o bem, sejam perduráveis; por isso, tendo o mal aturado já tanto, já o bem nos deve estar chegando

Miguel de Cervantes – Don Quixote de La Mancha

RESUMO

Este trabalho se propôs a identificar a importância do Moinho Rio-Grandense como patrimônio agroindustrial da cidade de Porto Alegre/RS. Construído em 1916, o Moinho Rio-Grandense se manteve em atividade por quase 90 anos e foi, durante décadas, uma das maiores indústrias produtoras de farinha do Estado. Embora figure na lista do Patrimônio Histórico Municipal há mais de dez anos, sua importância enquanto patrimônio regional ainda é pouco discutida dentro dos órgãos de preservação e no meio acadêmico. Assim, a pesquisa utiliza o moinho como Estudo de Caso, fundamentando sua justificativa na necessidade de investigar e compreender os valores desta edificação enquanto patrimônio cultural da cidade de Porto Alegre. Desta forma, objetiva-se analisar a importância da agroindústria no desenvolvimento histórico e econômico do Estado durante a primeira metade do século XX, identificando o papel do moinho neste processo; também busca-se identificar o papel do Moinho Rio-Grandense no desenvolvimento urbano de Porto Alegre, assim como interpretar seus valores arquitetônicos e construtivos enquanto Patrimônio Edificado, além de propor estratégias de preservação passíveis de aplicação à realidade atual do Moinho. Apropriada, enquanto método o trabalho de campo, vistoriando o local e entendendo o edifício como um documento, relacionando-o com a pesquisa bibliográfica e a análise documental de planos, projetos e fotografias presentes no acervo do Arquivo Municipal de Porto Alegre, no Centro de Memória Bunge, bem como em periódicos presentes no arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e de mapas da cidade de Porto Alegre, do acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Os valores apresentados baseiam-se nos preceitos estabelecidos pelas Cartas de Nizhny Tagil e nos Princípios de Dublin, que versam sobre o Patrimônio Industrial. A construção do referencial teórico foi feita a partir da apropriação de conceitos de autores fundamentais na área da memória e do patrimônio, como os conceitos de monumento/patrimônio histórico de Alois Riegel e Françoise Choay, de culturas populares de García Canclini, de lugares de memória de Pierre Nora, entre outros. Com estas bases, a pesquisa justifica a importância do Moinho Rio-Grandense como referencial urbano ao associá-lo aos conceitos de fato urbano e elemento primário propostos por Aldo Rossi. No que se refere às questões arquitetônicas, busca-se entender suas características e seus valores a partir da teoria de restauro de Cesare Brandi. Conclui-se que o Moinho Rio-Grandense é um importante patrimônio cultural, não apenas para a cidade de Porto Alegre, mas também para o Estado do Rio Grande do Sul, enquanto importante para a agroindústria regional. Alerta para o atual estado de abandono do moinho, reforçando a necessidade de se pôr em práticas estratégias de preservação e valorização não apenas focadas em seus aspectos físicos, como também sociais e simbólicos.

Palavras-Chave: Museologia e Patrimônio. Patrimônio Cultural. Patrimônio industrial. Moinho Rio-Grandense.

ABSTRACT

This work aimed to identify the importance of the Rio-Grandense Mill as an agro-industrial heritage of the city of Porto Alegre/RS. Built in 1916, the Rio-Grandense Mill remained in activity for almost 90 years and was, for decades, one of the largest flour producing industries in the state. Although it has been listed as a Municipal Heritage Site for more than ten years, its importance as a regional heritage site is still little debated within preservation agencies and the academic community. Thus, the research uses the mill as a Case Study, basing its justification on the need to investigate and understand the values of this building as a cultural heritage of the city of Porto Alegre. The aim is to analyze the importance of the agroindustry in the historical and economic development of the state during the first half of the 20th century, identifying the role of the mill in this process. It also seeks to identify the role of the Rio-Grandense Mill in the urban development of Porto Alegre, as well as to interpret its architectural and construction values as a heritage building, and to propose preservation and valorization strategies that can be applied to the current reality of the mill. The method used is field work, visiting the site and understanding the building as a document, relating it to bibliographic research and documentary analysis of plans, projects and photographs in the collection of the Municipal Archive of Porto Alegre, the Bunge Memory Center, as well as in periodicals in the Digital Archive of the National Library and maps of the city of Porto Alegre from the collection of the Historical and Geographical Institute of Rio Grande do Sul. The values presented are based on the precepts established by the Nizhny Tagil Charter and the Dublin Principles, which deal with Industrial Heritage. The development of the theoretical framework was based on the appropriation of concepts from fundamental authors in the area of memory and heritage, such as the concepts of monument/historical heritage by Alois Riegl and Françoise Choay, of popular culture by García Canclini, and of Places of Memory by Pierre Nora, among others. With these bases, the research justifies the importance of Rio-Grandense Mill as an urban referential by associating it to the concepts of urban fact and primary element proposed by Aldo Rossi. Regarding the architectural issues, it seeks to understand its characteristics and values based on Cesare Brandi's restoration theory. It concludes that the Rio-Grandense Mill is an important cultural heritage, not only for the city of Porto Alegre, but also for the state of Rio Grande do Sul, as an important site for the regional agroindustry. It alerts for the current state of abandonment of the mill, reinforcing the need to put into practice safeguarding strategies not only focused on its physical aspects, but also social and symbolic ones.

Key-words: Museology and Heritage. Cultural Heritage. Industrial Heritage. Rio-Grandense Mill

LISTA DE FIGURAS

Figura 1a: Mapa atual de Porto Alegre com o 4º Distrito.....	17
Figura 1b: Mapa atual de Porto Alegre com o 4º Distrito (ampliado).....	17
Figura 2: Moinho Rio-Grandense: Entorno imediato.....	18
Figura 3: Moinho Rio-Grandense, 1916.....	19
Figura 4: Moinho Rio-Grandense, vista externa atual.....	20
Figura 5: Estudantério Moinho Rio-Grandense, vista externa.....	21
Figura 6: Estudantério Moinho Rio-Grandense, vista interna.....	21
Figura 7: Perspectiva do projeto para o Matadero de Madrid, 1918.....	41
Figura 8: Matadero de Madrid: Aspecto atual dos espaços abertos.....	42
Figura 9: Moinho da Cascata, 1912.....	51
Figura 10: Ruínas do Moinho Rio-Grandense, 2016.....	53
Figura 11: Jornal “A Federação”, março de 1917.....	54
Figura 12: Charge na revista “Máscara”, agosto de 1918.....	54
Figura 13: Slogan de Getúlio Vargas usado em campanhas publicitárias, 1945.....	60
Figura 14: Chamada para a Missa de 7º dia de Albino Cunha, 1926.....	61
Figura 15: Propaganda da empresa da Família de Albino Cunha, após sua morte, 1928.....	62
Figura 16: Maquinário para moagem de farinha no Moinho Rio-Grandense, entre os anos 1970 e 1980.....	66
Figura 17: Laboratório no Moinho Rio-Grandense, entre os anos 1970 e 1980.....	66
Figura 18: Mapa de Porto Alegre, 1888.....	76
Figura 19: Mapa de Porto Alegre, 1896.....	77
Figura 20: Mapa de Porto Alegre, 1906.....	78
Figura 21: Fachada Fundação E. Berta e Cia, 1904.....	80
Figura 22: Interior Fundação E. Berta e Cia, 1904.....	80

Figura 23: Mapa de Porto Alegre, 1916.....	81
Figura 24: Mapa de densidade populacional por hectare em Porto Alegre, 1942	84
Figura 25: Mapa de Concentração de Indústrias em Porto Alegre, 1942	85
Figura 26: Mapa de Concentração de Comércio em Porto Alegre, 1942.....	86
Figura 27: Mapa de densidade de trabalhadores por hectare em Porto Alegre, 1942.....	87
Figura 28: Gráfico de Densidade dos Bairros de Porto Alegre em Hab/Ha, 2010	90
Figura 29: Mapa das Agroindústrias em Porto Alegre, 1942.....	93
Figura 30: Trapiche e cais do Moinho Rio-Grandense na década de 1910.....	94
Figura 31: Comparação entre o mesmo local, na Rua Voluntários da Pátria em frente ao Moinho Rio-Grandense, na década de 1920 e em 2020.....	95
Figura 32: Comparação entre o mesmo local, na Rua Voluntários da Pátria em frente ao Moinho Rio-Grandense, na década de 1920 e em 2020.....	96
Figura 33: Comparação entre o mesmo local, na Rua Voluntários da Pátria em frente ao Moinho Rio-Grandense, na década de 1920 e em 2020.....	97
Figura 34: Antiga Fábrica de Rações e Silos da SAMRIG, 1960/1970.....	98
Figura 35: Comparação Entre a área defrente ao Moinho, 1980/2020.....	98
Figura 36: Antigo cais do Moinho Rio-Grandense, 1970.....	99
Figura 37: Moinho Chaves.....	103
Figura 38: Antigo Moinho Esperança.....	103
Figura 39: Ruínas do Moinho Rio-Grandense, cidade de Rio Grande, 2016.....	104
Figura 40: Swainson, Birley & Co Cotton Mill, 1835/1900.....	105
Figura 41: Murray Mill, 2008.....	106
Figura 42: Wellington Mill, 2000.....	106
Figura 43: Fábrica de Tecidos São Luiz, Século XIX	107
Figura 44: Moinho Fluminense, Rio de Janeiro (RJ), 2019.....	108
Figura 45: Fábrica de Pregos Pontas de Paris, 1922.....	109

Figura 46: FIATECI – Meados do Século XX.....	109
Figura 47: Cervejaria Ritter, Porto Alegre – 1894.....	110
Figura 48: Moinho Pelotense – Pelotas, RS.....	111
Figura 49: Moinho Germani, 2021.....	111
Figura 50: Projeto Moinho Germani, 1928.....	111
Figura 51: Moinho Rio-Grandense, 1916	114
Figura 52: Planta Baixa – Térreo Moinho Rio-Grandense	116
Figura 53: Planta Pavimento Tipo Moinho Rio-Grandense.....	119
Figura 54: Estrutura de Viga-Pilar no térreo do setor de Moagem, 2016.....	120
Figura 55: Moinho Rio-Grandense - Fachada Voluntários da Pátria.....	122
Figura 56: Fachada Moura Azevedo.....	122
Figura 57: Comparativo entre projeto original (1916) e Edifício Atual (2021).....	123
Figura 58: Linha do Tempo do Moinho Rio-Grandense.....	126
Figura 59: Interior do Moinho Rio-Grandense, 4º Pavimento – 2017.....	129
Figura 60: Planta Baixa – Área Original do Moinho e Anexos posteriores, com usos	130
Figura 61: Depósito de farinha, provavelmente na década de 1980.....	131
Figura 62: Depósito de farinha, atualmente.....	132
Figura 63: Museo Hidráulico Molinos del Río Segura – Vista Nordeste.....	142
Figura 64: Museo Hidráulico Molinos del Río Segura – Interior: Sala de Exposição.....	143
Figura 65: Liceu Municipal Antonio Fuentes del Arco - Moinho Marconetti.....	145
Figura 66: Imagem Interna - Moinho Marconetti antes da intervenção.....	146
Figura 67: Imagem Interna – Moinho Rio-Grandense.....	146
Figura 68: Imagem Interna do Moinho Marconetti pós intervenção.....	147
Figura 69: Vila Flores – Projeto Original, 1928.....	151
Figura 70: Vila Flores – Fachada atual, 2016.....	151

Figura 71: Vila Flores – Pátio interno, 2016.....	151
Figura 72: Rossi Fiateci – Projeto, 2010.....	153
Figura 73: Fiateci – Vista Avenida São Pedro, 2019.....	155
Figura 74: Fiateci – Vista Avenida Polônia, 2018.....	155
Figura 75: Moinho Rio-Grandense – Marcação da Enchente de 1941.....	159
Figura 76: Proposta de Poligonal de Tombamento para o Moinho Rio-Grandense.....	161
Figura 77: Imóveis Inventariados no 4º Distrito.....	166
Figura 78: Esquema básico para proposta do Museu de Território do 4º Distrito.....	167
Figura 79: Área de entorno do moinho para estabelecimento de estratégias de intervenção.....	170
Figura 80: Disciplinamento volumétrico para o entorno do Moinho – Corte paralelo à Rua Moura Azevedo.....	172
Figura 81: Disciplinamento volumétrico para Intervenção no entorno do Moinho – Corte paralelo à Rua Voluntários da Pátria.....	173
Figura 82: Comparação entre o entorno atual e o proposto para a Rua Moura Azevedo.....	175
Figura 83: Setores internos do Moinho Rio-Grandense.....	177

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Panorama da Indústria de Moagem do Rio Grande do Sul em 1937.....	67
Tabela 2: Projeções de Áreas para intervenções no lote do Moinho.....	180

LISTA DE SIGLAS

COMPAHC - Conselho do Patrimônio Histórico Cultural (Porto Alegre);
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo;
EPAHC – Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural;
ERIH - European Route of Industrial Heritage;
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
ICOMOS – International Council of Monuments and Sites;
IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (RS);
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
ONU – Organização das Nações Unidas
PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PPGMUSPA – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio;
PROPAR - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura
PROPUR - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional;
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SAMRIG - Sociedade Anônima Moinho Rio-Grandense
SESC - Serviço Social do Comércio
SMC – Secretaria Municipal da Cultura (Porto Alegre);
TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage;
UCS – Universidade de Caxias do Sul
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura;
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Definição do problema.....	23
1.2 Delimitação dos objetivos	25
1.3 Metodologia e estrutura da dissertação	26
1.4 Fundamentação teórica: valor, memória e patrimônio industrial	30
2 DAS AZENHAS AO MOINHO RIO-GRANDENSE: A trajetória da Agroindústria no Rio Grande Do Sul	45
2.1 Antecedentes da agroindústria no Rio Grande do Sul	46
2.2 A relevância do Moinho Rio-Grandense para a memória da agroindústria gaúcha.....	59
3 O MOINHO RIO-GRANDENSE DE PORTO ALEGRE: Um Patrimônio Cultural abandonado	68
3.1 Do Moinho à cidade: o papel do Moinho Rio-Grandense como elemento de transformação urbana e social em Porto Alegre.....	69
3.2 O valor do Moinho como patrimônio industrial.....	101
4 O PASSADO NO FUTURO DO MOINHO: Diretrizes para preservação e fruição do Moinho Rio-Grandense	137
4.1 Referenciais de intervenção no patrimônio industrial	140
4.2 Diretrizes legais, urbanísticas e de valorização do conjunto	156
4.2.1 Estratégias referentes a ações legais	158
4.2.2 Estratégias referentes à valorização social e fruição cultural em escala urbana	162
4.3 Diretrizes de conservação e fruição do edifício e seu entorno	169
4.3.1 Estratégias de preservação referentes a ambiência no entorno imediato	169
4.3.2 Estratégias para intervenção e usos para o Moinho e seus Anexos	175
4.3.3 Fundamentação para elaboração de plano museológico	180
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
REFERÊNCIAS	191
ANEXOS	204
APÊNDICES	222

1 INTRODUÇÃO

Porto Alegre possui uma complexa relação com seu patrimônio cultural, como a capital do Estado que se orgulha de suas tradições, do chimarrão, do churrasco, mas também do Mercado Público, do Chalé da Praça XV, do Cais Mauá, do Viaduto Otávio Rocha. Uma cidade que já foi exemplo de planejamento urbano e de políticas públicas de preservação do ambiente construído, mas que às vezes parece escolher atacar os testemunhos físicos de sua história como inimigos do progresso ou, enxergar nas políticas públicas de preservação do patrimônio uma “agressão ao direito de propriedade das pessoas”¹. Como dons quixotes da contemporaneidade tentando preservar a herança cultural recebida, os técnicos do patrimônio lutam contra os *gigantes* que veem esse legado como inimigos imaginários e obstáculos ao dito progresso. Nos encontramos numa situação conflitiva e contraditória, orgulhando-nos de um passado, e ao mesmo tempo compactuando com a sua destruição.

Esta complexidade é ainda mais acentuada no caso de seu Patrimônio Industrial. Uma cidade que elegeu como cartão postal e marca de uma gestão a imagem de uma antiga usina termoelétrica - a usina do gasômetro – também relega ao abandono e à especulação imobiliária todo o seu antigo distrito industrial. O 4º Distrito², formado pelos bairros Navegantes, São Geraldo e parte do bairro Floresta, foi o berço da industrialização na capital gaúcha e, embora nos últimos anos tenha se convertido em uma área de grande interesse para o desenvolvimento de projetos inovadores e estudos por parte do poder público e das instituições de ensino locais, ainda assim a região convive com uma série de edificações abandonadas ou descontextualizadas, cheias de histórias e

¹ Depoimento do então Vereador Valter Nagelstein em entrevista publicada no blog de Políbio Braga em maio de 2019. Disponível no Link <https://blogdopolibiobraga.blogspot.com/2019/05/entrevista-valter-nagelstein-vamos.html> Acesso em 29 de Junho de 2020.

² No final do século XIX, Porto Alegre foi organizada por distritos, havendo inicialmente seis destes. Em 1927 a cidade passou por uma nova retificação de seus limites, adotando a divisão por zonas, distritos e seções. Com a expansão da zona urbana da cidade e a divisão de alguns distritos anteriores, a cidade passou então a contar com oito distritos (MATTAR, 2010). A área atual do 4º Distrito variou um pouco ao longo das décadas, mas manteve-se quase sempre dentro dos limites dos atuais bairros Navegantes, São Geraldo e Floresta.

significados, mas com usos que ignoram todo seu potencial utilitário e de espaços de memória e cultura.

Figura 1a - Mapa atual de Porto Alegre com o 4º Distrito



Fonte: Desenho do autor.³

Figura 1b - Mapa atual de Porto Alegre com o 4º Distrito



Fonte: Desenho do autor.⁴

A marcação em vermelho na figura 1b representa a área atualmente entendida como 4º Distrito pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, conforme levantamento feito pelo GT 4º Distrito e disponibilizado no site da prefeitura. A linha tracejada em amarelo corresponde aos antigos limites do 4º Distrito, presentes no mapa de 1916 (IHGRGS, 2021).

³ Mapa de fundo: Google Earth Pro, 2021.

⁴ Mapa de fundo: Google Earth Pro, 2021. Acesso em 26 ago. 2021

No interior dessa região da cidade, há fábricas centenárias, hoje esquecidas e abandonadas, mas que um dia já foram marcos estruturadores, não só das relações de produção e trabalho, mas do desenvolvimento urbano e cultural da cidade. Dentre tantas fabriquetas, fábricas e galpões, há uma edificação em especial que guarda até hoje boa parte de suas características arquitetônicas originais de seu exterior e se sobressai diante das demais: trata-se do Moinho Rio-Grandense de Porto Alegre, fundado em 1916. Localizado na esquina das ruas Voluntários da Pátria com Moura Azevedo⁵, o moinho é uma das mais antigas edificações indústrias da região, que se diferencia de outras indústrias contemporâneas por sua verticalidade e racionalidade arquitetônica. Na figura 2 é mostrada a quadra onde localiza-se o moinho. Em vermelho, o edifício principal do moinho. A linha tracejada marca os limites da quadra.

Ele se manteve em atividade por quase 90 anos, e chegou a ser o maior moinho de trigo do Estado, espalhando suas operações por depósitos e fábricas menores por todo o 4º distrito. Além disso, se converteu em num dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da cultura do trigo em nível industrial no Rio Grande do Sul. Desativado em 2003, o edifício do moinho vem passando por um acentuado processo de degradação desde então, com o desmonte de suas estruturas internas para a utilização do espaço como depósito.

Figura 2 - Moinho Rio-Grandense: Entorno imediato

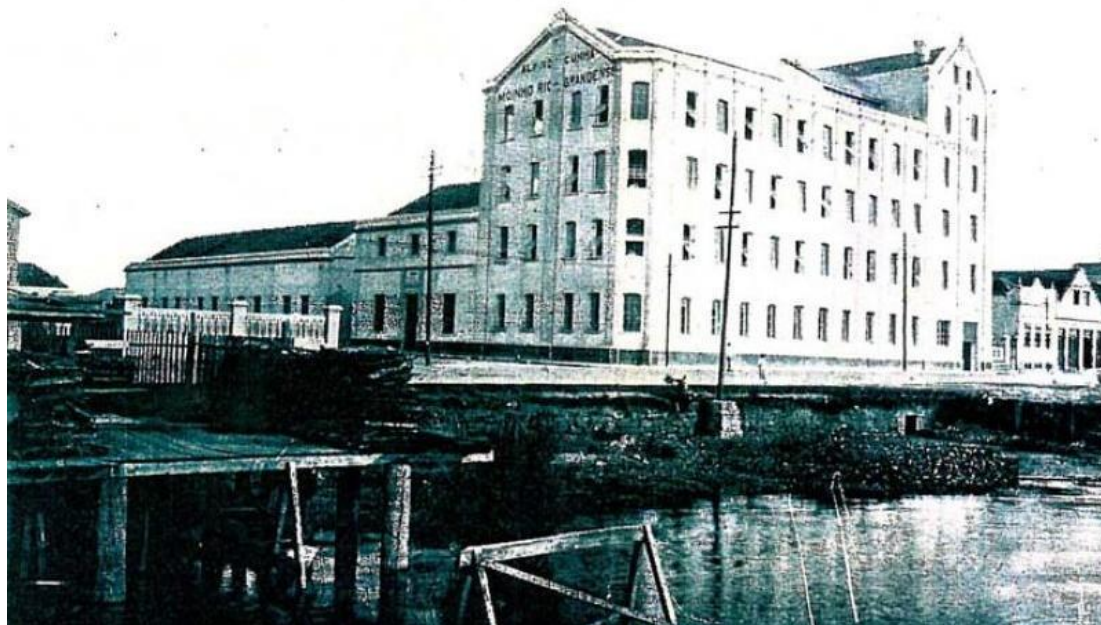


Fonte: Desenho do autor.⁶

⁵ Ver fig. 2.

⁶ Mapa de fundo: Google Earth Pro, 2021.

Figura 3 - Moinho Rio-Grandense, 1916



Fonte: BLANCATO (in: MATTAR, 2010, p. 126)

Meu primeiro contato com o Moinho Rio-Grandense se deu no âmbito da graduação, como parte do meu trabalho de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo. Fui estagiário da Equipe de Patrimônio Histórico da Prefeitura de Porto Alegre de 2013 a 2015, de modo que, desde esse primeiro contato prático com o Patrimônio Histórico, surgiu em mim o desejo de trabalhar com o patrimônio edificado no meu trabalho de conclusão. Em 2015 as discussões sobre o 4º Distrito estavam no auge dentro dos setores de planejamento urbano e patrimônio histórico em Porto Alegre de modo que, aconselhado por alguns dos técnicos da EPAHC⁷, passei a pesquisar nas fichas de inventário do patrimônio histórico da cidade exemplares arquitetônicos passíveis de intervenção na região.

⁷ Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural, vinculado à Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre

Figura 4 - Moinho Rio-Grandense - Vista externa atual



Fonte: Foto do autor, 2016

A grande quantidade de depósitos e edificações sem uso, bem como a falta de habitações e de um uso mais plural no 4º Distrito me fizeram pensar em um projeto de uso misto a ser instalado em uma dessas edificações subutilizadas ou abandonadas. Propus então um programa de habitações estudantis com uso misto no térreo, o que me fez restringir a pesquisa a edificações verticalizadas. Para mim, o projeto deveria possuir um grande porte para servir de exemplo a pequenas intervenções em fábricas menores por parte da iniciativa privada, de modo a dividir com o Estado a responsabilidade pela recuperação e preservação da memória local.

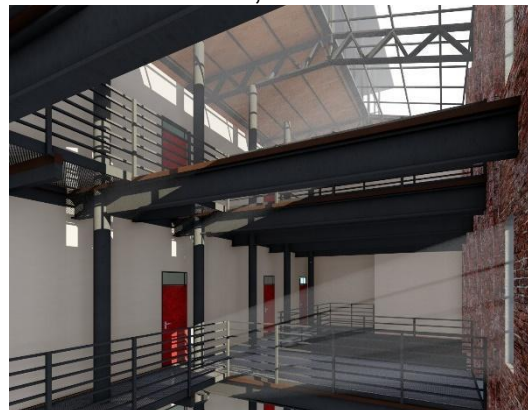
Assim, em junho de 2017 apresentei o projeto *Estudantério Moinho Rio-Grandense: Revitalização do complexo do antigo Moinho Rio-Grandense de Porto Alegre*. Levando em conta a identidade operária local, o projeto se baseava em ideias do socialismo utópico e das comunidades de trabalhadores idealizadas por Charles Fourier e Jean-Baptiste André Godin no século XIX como forma de criar uma comunidade estudantil sobre as bases identitárias da indústria e dos trabalhadores locais, que vem se perdendo ao longo dos anos.

Figura 5
Estudantério Moinho Rio-
Grandense, vista externa



Fonte: Material produzido pelo autor, 2017

Figura 6
Estudantério Moinho Rio-
Grandense, vista interna



Fonte: Material produzido pelo autor, 2017

Todavia, os estudos sobre a forma e a cronologia do edifício representavam apenas uma parte de um contexto muito mais amplo e complexo. Como um projeto de arquitetura, os aspectos relativos à memória e à relação de identidade do edifício com o lugar ficaram em segundo plano. Embora o trabalho alcançasse a maior parte das questões relacionadas à importância arquitetônica do edifício, enquanto precursor de uma arquitetura cada vez mais racional e menos figurativa no país e pelas inovações construtivas empregadas no edifício, faltava o desenvolvimento de uma pesquisa mais profunda sobre as questões relacionadas à memória e a relação histórica do edifício com o desenvolvimento da região.

Sendo assim, tornava-se necessário estudar o Moinho Rio-Grandense enquanto patrimônio industrial de Porto Alegre, analisando não somente as questões arquitetônicas da edificação, mas, sobretudo, sua importância dentro do desenvolvimento urbano da região, seu papel dentro da formação da identidade industrial local e sua importância dentro da história agroindustrial do Estado.

Esta pesquisa se fundamenta na ideia que o Moinho Rio-Grandense de Porto Alegre, mais do que patrimônio arquitetônico ou vestígio dos primórdios da indústria local, é um bem cultural de potencial ainda inexplorado. Sua preservação encontra fundamentos não só nas cartas patrimoniais que abordam o patrimônio industrial, como o caso da Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, TICCIH,

2003), como nas bases nacionais e internacionais que definem a essência do patrimônio cultural.

O Moinho é monumento histórico, uma vez que “[...] dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico”, conforme estabelecido no artigo 1 da Carta de Veneza (ICOMOS, 1964, p. 31). Possui “significação cultural” (ICOMOS, 1980, p. 1) tendo em vista que possui claro valor arquitetônico (pelo programa, pela tipologia e pela linguagem arquitetônica em si), histórico (por associar-se diretamente a diversos e importantes momentos históricos locais), científico (como testemunho da evolução da atividade agroindustrial local) e social (por associar-se a memória operária, tangenciando assim diversos valores antropológicos e etnográficos) e para gerações passadas, presentes e futuras conforme estabelecido no artigo 1 da Carta de Burra (*idem*).

Enquanto patrimônio industrial, naquilo que é estabelecido pela Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, TICCIH, 2003) se configura como vestígio da cultura industrial, possuindo os já citados valores histórico e social, além dos valores tecnológicos e arquitetônicos atrelados diretamente a essa atividade. Sua marca no desenvolvimento da cidade lhe garante um importante valor social associado à vida de homens e mulheres da classe operária como um elemento que ajudou a definir a identidade do que viria a ser o 4º Distrito de Porto Alegre e daqueles que ali viveram.

Além disso, possui raro valor arquitetônico, como um dos poucos remanescentes na cidade de no Estado de uma arquitetura plenamente industrial, pensada, projetada e construída para cumprir esta função de tal forma que se torna inviável desassociá-lo de sua identidade industrial. Assim como previsto nos Princípios de Dublin (ICOMOS, TICCIH, 2011), o moinho e suas estruturas associadas (fragmentos de maquinário, distribuição do espaço, armazéns, etc.) são representativos de processos, tecnologias e condições locais fortemente vinculadas a história do desenvolvimento industrial do Estado.

Sua importância como elemento arquitetônico, histórico e de paisagem lhe garantiu o status de Patrimônio Cultural do município de Porto Alegre, a partir de sua inclusão, no ano de 2008, no Inventário dos Bens Imóveis do Bairro São

Geraldo, elaborado pela Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (EPAHC), segundo os parâmetros estabelecidos pelo inciso I do parágrafo único do art. 14 da Lei Complementar nº 434, de 1999, e homologado a partir da publicação no diário oficial em 5 de maio daquele ano (PORTO ALEGRE, 2008). É importante salientar que já em 2004 havia um parecer favorável do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC) à elaboração de um inventário dos Bens Imóveis do 4º Distrito, embora não tenha sido possível localizar os imóveis inscritos nesta primeira listagem ⁸.

Embora ainda que não possua reconhecimento legal em nível estadual, o Moinho tem o potencial de ser considerado patrimônio cultural do Rio Grande do Sul uma vez que é portador de “[...] referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade rio-grandense” (OLIVEIRA, 2007, p.81), conforme estabelecido pelo Artigo 221, parágrafo V, da constituição estadual de 1989.

Assim como será argumentado nesta dissertação, o Moinho Rio-Grandense de Porto Alegre possui inegável valor como bem cultural não apenas da cidade, mas para o estado do Rio Grande do Sul. Sua condição atual, todavia, denuncia um acelerado processo de degradação ocasionado por um abandono quase total que já dura quase 20 anos. Sua continuidade encontra-se em risco, se não pela destruição de seus testemunhos físicos, pelo lento e gradual apagamento de suas referências para a memória coletiva da cidade.

1.1 Definição do problema

A pesquisa, que começou com o intuito inicial de estudar os elementos arquitetônicos do moinho, logo revelou o imenso valor histórico e cultural desta edificação industrial centenária. Às qualidades identificadas até aquele momento, sobretudo arquitetônicas e construtivas, foram-se somando diversas outras ao longo da pesquisa para este trabalho. Mesmo que para mim e para

⁸ Parecer favorável emitido pelo COMPAHC: Parecer Nº 18/04 do Processo Nº 01.017106.98.2, de 17 de maio de 2004, presente no Anexo 4.

aqueles ao meu redor a importância deste Patrimônio Agroindustrial fosse facilmente reconhecida e justificada, sua situação real perante a sociedade civil, comunidade acadêmica e órgãos de preservação era de desconhecimento ou mesmo descaso.

A culpa desse descaso está longe de ser dos órgãos de preservação. Porto Alegre, até o ano de 2013, possuía mais de 60 imóveis tombados e mais de 5000 imóveis inventariados⁹, com a lei do Inventário sendo responsável por salvar da destruição iminente diversas dessas edificações. Por conta disso, são fundamentais os movimentos da sociedade civil e meio acadêmico na identificação e na valorização de bens culturais ameaçados, abandonados ou esquecidos. Assim, esta pesquisa busca contribuir para a valorização deste Patrimônio Agroindustrial quase esquecido, buscando responder

- Qual foi o papel do Moinho Rio-Grandense no desenvolvimento da agroindústria gaúcha durante o século XX?
- Qual foi a importância do moinho para o desenvolvimento urbano da cidade de Porto Alegre?
- Quais seus principais valores enquanto patrimônio cultural e o que faz dele uma edificação tão importante dentro da história da industrial local?
- Quais estratégias de preservação passíveis de aplicação à situação do Moinho e que medidas tomar para reverter seu atual processo de degradação?

Tais questões acima não só são essenciais no estudo e na compreensão deste importante Patrimônio Agroindustrial, como também são complementares na elaboração de estratégias que sua valorização e reinserção na dinâmica da cidade. Para responder tais questões, propõem-se os seguintes objetivos:

⁹ Dados obtidos através da listagem de Bens Tombados e Inventariados disponibilizada pela Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre, disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?reg=9&p_secao=87 Acesso em: 24 ago. 2021.

1.2 Delimitação dos objetivos

Sendo assim, o objetivo central desta pesquisa é identificar e compreender os valores que fazem do Moinho Rio-Grandense de Porto Alegre um importante Patrimônio Agroindustrial para o Estado do Rio-Grande do Sul, mas, sobretudo, para a cidade de Porto Alegre. Para isso, propõem-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar a importância da agroindústria no desenvolvimento histórico e econômico do estado do Rio Grande do Sul durante a primeira metade do século XX, bem como identificar o lugar do Moinho neste contexto;
- b) Identificar o papel do Moinho Rio-Grandense no desenvolvimento urbano de Porto Alegre, enquanto importante “elemento primário” (ROSSI, 2016) da cidade;
- c) Identificar e interpretar os valores arquitetônicos e construtivos do Moinho enquanto Patrimônio Edificado;
- d) Propor estratégias de preservação passíveis de aplicação à realidade atual do Moinho;

Alcançados estes objetivos, espera-se que a pesquisa contribua no processo de reconhecimento e valorização do Moinho Rio-Grandense como patrimônio cultural da cidade e como referencial do 4^o Distrito, auxiliando na formulação de ações em prol da valorização de sua história, sua condição de suporte de memória e de sua arquitetura, hoje em risco de desaparecimento. Além disso, espera-se que as questões aqui abordadas sirvam de fomento à produção de novas pesquisas e ações práticas que busquem reconhecer, valorizar e recuperar outros patrimônios industriais presentes na cidade de Porto Alegre.

1.3 Metodologia e estrutura da dissertação

A pesquisa define como estudo de caso (GIL, 2002) o Moinho Rio-Grandense de Porto Alegre e tem como intuito estudar e entender as relações patrimoniais do mesmo para como a cidade de Porto Alegre e o papel desta agroindústria enquanto patrimônio regional. Trata-se assim de uma pesquisa exploratória, essencialmente bibliográfica e documental, uma vez que “[...] tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias” (GIL, 2002, p. 41) e dos conceitos que busca debater. A escolha do Moinho Rio-Grandense como objeto de estudo foi embasada pelos valores do patrimônio industrial segundo a Carta de Nizhny Tagil, aos quais atende integralmente.

A pesquisa iniciou-se em 2016, ainda no âmbito da minha graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Unisinos, com o levantamento de planos e projetos envolvendo o Moinho presentes no Arquivo Municipal de Porto Alegre. Neste primeiro momento, a pesquisa concentra-se no levantamento do patrimônio arquitetônico. Nesta etapa foram feitas também análises do entorno e boa parte do levantamento fotográfico. Por se tratar de um prédio privado, o acesso é controlado e restrito, tendo as visitas ao interior da edificação ocorrido em três diferentes oportunidades: em 2016, com a então diretora da Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural, Débora Regina Magalhães da Costa, e sua turma de projeto do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). A segunda visita aconteceu em março de 2017, quando também fiz a verificação das medidas gerais para a confecção do levantamento arquitetônico do edifício.

A última visita ocorreu em março de 2020 – uma semana antes do isolamento social imposto pela pandemia pelo COVID-19, novamente na companhia da arquiteta Débora Magalhães e uma nova turma de projeto da ULBRA, além da presença da orientadora, a professora Luisa Durán.

A pesquisa documental e bibliográfica iniciou-se com o levantamento de teses e dissertações abordando o patrimônio industrial, sobretudo na região sul do Brasil.

O referencial teórico permitiu estabelecer três fundamentos conceituais do campo do patrimônio que se consideraram relevantes:

- 1) O valor do patrimônio conforme Rigl (2014) e os patrimônios emergentes conforme Choay (2017);
- 2) Memória e memória cultural a partir de Canclini (1983), Halbwachs (1990), Pollak (1992), Nora (1993), e Ricoeur (2007);
- 3) Patrimônio industrial, a partir da proposta e evolução do conceito segundo as cartas patrimoniais, relacionando o conteúdo a outros autores que abordam a temática, como Kühl (2006), Viñuales (2007) e Ferreira (2019);

A análise do conteúdo da pesquisa busca também relacionar as questões teóricas a uma prática de preservação, a fim de desenvolver diretrizes práticas para valorização do Moinho Rio-Grandense enquanto Patrimônio Agroindustrial de Porto Alegre.

Assim, o capítulo 2, concentra-se em relatar as origens históricas da indústria agroalimentar no Rio Grande do Sul, sua importância e o papel que o Moinho Rio-Grandense exerceu neste contexto. Vê-se aqui como a pecuária encontra-se diretamente ligada às origens do Rio Grande do Sul e como ela culminou estabelecendo de uma economia baseada quase que exclusivamente na indústria (no sentido econômico, não manufatureiro) do charque. A acumulação de capital comercial na região sul da província, oriunda do comércio do charque, proporcionou o aparecimento das unidades industriais na região. Posteriormente, a chegada de imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, resultou tanto na disponibilidade de mão de obra capacitada à atividade industrial, como no desenvolvimento de núcleos produtivos na região das colônias. Os produtos coloniais, a maioria de origem agropecuária, eram comercializados em Porto Alegre. Isso proporcionou o surgimento de um novo núcleo de acumulação de capital que, associado à maior oferta de matéria prima e mão de obra capacitada, culminou no estabelecimento de um novo polo industrial no Estado, que tinha na agroindústria um de seus principais expoentes.

Neste contexto surge, em 1916, o Moinho Rio-Grandense de Porto Alegre, logo se tornando uma das principais indústrias da região.

A fim de ampliar as noções sobre a construção da identidade e os remanescentes da memória do Moinho Rio-Grandense, foi feita uma análise documental em periódicos locais, do início do século XX até meados dos anos 1960. Por conta da pandemia de COVID-19, esta pesquisa ficou restrita ao acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Com isso, no capítulo 3, busco explorar os principais valores históricos e culturais do Moinho Rio-Grandense, definindo-o como importante patrimônio industrial da cidade de Porto Alegre. Neste capítulo, se analisam os valores do moinho a partir de duas categorias que formam os subcapítulos.

No subcapítulo 3.1 interpretam-se os valores do moinho para com o desenvolvimento urbano da cidade de Porto Alegre. A análise é fundamentada sobre os conceitos de fato urbano e elemento primário de Aldo Rossi (2016) e de lugares de memória, de Pierre Nora (1993). Assim, é apresentado um panorama do desenvolvimento urbano de Porto Alegre, num recorte temporal que vai da segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX. O período foi determinado, pois representa as primeiras décadas antes do aparecimento da indústria local e o fim de seu período de consolidação, antes do eventual declínio.

O *lócus* da pesquisa foi a região atualmente conhecida como 4º Distrito, o antigo distrito industrial da cidade. Nesse contexto, defendo a importância do moinho como fato urbano sob duas abordagens possíveis. A primeira, como parte integrante de um fato urbano global que compreende as primeiras indústrias surgidas na região e consolida-se na formação do 4º Distrito. A segunda, onde entende-se o moinho como fato urbano em si, como elemento primário na formação do 4º Distrito e importante “lugar de memória” (NORA, 1993) para a cidade de Porto Alegre. A análise é reforçada com o estudo comparativo de fotos antigas e atuais do entorno do moinho e no estudo de mapas antigos da cidade, presentes no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) e no Expediente Urbano de Porto Alegre elaborado por Paiva (1942) no início dos anos 1940.

O subcapítulo 3.2 explora os valores do moinho enquanto patrimônio industrial edificado. Busca encontrar as origens e inspirações de sua arquitetura, elementos similares dentro do contexto nacional e internacional, bem como apresentar uma descrição detalhada de seus principais elementos construtivos. A análise busca entender o moinho como documento, nas bases do que é proposto por Riegl (2014) quando aborda os valores de um monumento histórico. Como dito anteriormente, a descrição do edifício é feita com base no levantamento arquitetônico e de estado de conservação feito durante a graduação.

Aqui, apoia-se sobre planos, fotos e diagramas elaborados pelo autor, comparando-os aos projetos originais levantados junto ao Arquivo Municipal de Porto Alegre. Para interpretar os valores arquitetônicos, além de buscar o reconhecimento do edifício e sua arquitetura como obra de arte, a análise foi estruturada segundo alguns conceitos estabelecidos na teoria de restauro de Cesare Brandi (2019). Embora o intuito do capítulo não seja propor, neste momento, diretrizes de restauro para o edifício, conceitos como o de matéria, unidade, espaço e tempo foram fundamentais para identificar e analisar os elementos que compõem o moinho. A análise feita aqui explora brevemente os anexos do moinho, mas concentra-se sobre o edifício principal.

Por fim, o capítulo 4 *O Moinho no Futuro da Cidade* faz referência, em seu título, ao livro de Ana Lúcia Meira (2004) *O Passado no Futuro da Cidade*. O objetivo aqui é estabelecer a importância do moinho e de sua conservação para as gerações futuras, como importante ponto de preservação da memória industrial da região. Para isso, propõem-se aqui uma série de diretrizes, compostas por uma série de estratégias e ações, para sua conservação e valorização, atreladas a diferentes aspectos de sua identidade.

Na primeira parte do capítulo são vistos alguns exemplos da gestão e intervenção no patrimônio industrial, relacionando-os com a condição atual e futura do Moinho Rio-Grandense. As diretrizes aqui estão postas em formato de comparação e estabelecem um contexto para o estabelecimento de diretrizes específicas à realidade do moinho.

Na segunda parte, então, são apresentadas diretrizes legais, urbanísticas e de valorização do conjunto. Aqui é proposto o tombamento do moinho como medida legal de preservação, propondo uma possível poligonal de tombamento. Também é apresentado um esquema básico para um futuro Museu de Território para o 4º Distrito, como medida de valorização não apenas da edificação, mas também do entorno com o qual compartilha e agrega valores históricos e culturais.

Por fim, na última parte do capítulo, são apresentadas diretrizes de conservação e fruição do edifício e seu entorno, focalizando não apenas no Moinho Rio-Grandense, como também estabelecendo parâmetros arquitetônicos, urbanísticos e volumétricos para intervenções em seu entorno imediato como base na poligonal anteriormente proposta. Aqui são abordadas questões referentes a limitações de altura para edificações construídas em lotes próximos, valores arquitetônicos e espaciais a serem destacados em projetos de recuperação do moinho e usos que valorizam e potencializam sua identidade agroindustrial. No que se refere aos usos para o moinho, destaca-se a necessidade da utilização do térreo do edifício principal como espaço de cultura, onde devem-se empregar fundamentos museológicos para valorização da memória do Moinho Rio-Grandense.

Por último nas considerações finais, espera-se ter evidenciado a relevância que tem o moinho como documento para o desenvolvimento da agroindústria no Rio Grande do Sul, como *fato urbano* (ROSSI, 2016) e como exemplar de arquitetura industrial relevante para a cidade de Porto Alegre, como lugar de memória (NORA, 1993) para os moradores e visitantes do 4º Distrito, para os descendentes dos operários do bairro e em última instância, como um patrimônio digno de ser preservado para alavancar o desenvolvimento sustentável da cidade.

1.4 Fundamentação teórica: valor, memória e patrimônio industrial

Com um futuro cada vez mais incerto, e por vezes distópico, sendo desenhado à nossa frente, é cada vez mais expressiva a importância dada a

elementos do passado para fundamentar pensamentos e ações de nosso cotidiano. As crescentes tensões sociais da atualidade, atreladas às contestações de monumentos em glória a vultos ou acontecimentos históricos, que hoje perderam seu sentido para bora parte da sociedade, reforçam a importância de entender a herança do passado, que adquiriu significado com o passar dos anos.

Desta forma, a fim de entender esta relação entre o passado e o futuro e, ao mesmo tempo, fundamentar as análises dos conceitos feitos nesta pesquisa propomos então um tripé teórico.

O primeiro fundamento teórico que apresentamos é o conceito de valor. Deve-se a Alois Riegl (2014) no seu *Der moderne Denkmalkultus*¹⁰, escrito em 1903, a proposta de assinalar valores ao patrimônio. Desde uma perspectiva fenomenológica, ele propõe uma classificação dos valores em dois grupos: os de rememoração ou históricos (para a memória, para a história e para a história da arte e das antiguidades) e os de contemporaneidade (o artístico, o de novidade e o de uso). A inovação do Riegl ao colocar o valor artístico como um valor de contemporaneidade passível de revisão, permitiu daí em diante, conceituar as práticas patrimoniais como processos dinâmicos.

Riegl também estabelece a diferença entre monumento e monumento histórico. O monumento é definido *a priori*, e o monumento histórico é definido *a posteriori*, sendo o segundo imbuído de valores de rememoração. Sendo os valores artísticos valores de contemporaneidade, apresenta-se uma vinculação com o presente, que coloca os monumentos históricos em constante diálogo com a sociedade e seus valores atuais, sem que tais objetos fiquem cristalizados em um mundo que deixou de existir. Eles auxiliam na construção de uma identidade e na potencialização da memória, não apenas remetendo ao tempo passado, mas também através do diálogo com o presente.

No início dos anos 1990, Françoise Choay (2017), apoiada na proposta de Riegl, já chamava a atenção para o triunfo do monumento histórico sobre o monumento, como principal elemento de evocação e perpetuação da memória,

¹⁰ O culto moderno dos monumentos, em tradução livre.

dada a maior capacidade do primeiro em relação ao segundo a sobreviver às mudanças de ideias de uma sociedade e a sua maior representatividade. Isso porque não se apoia apenas em grandes feitos ou grandes vultos do passado, mas também em questões do cotidiano, do banal e da identidade de cada um. Atribuímos ao passado o papel de referencial para nosso futuro, por meio do qual nos identificamos, nos definimos e encontramos impulsos de inovação e construção do futuro, como defende Meira (2008, p. 16):

O passado se tornou um porto seguro para aquilo que se sonha no presente, uma espécie de ancoragem, que conta com a legitimação do Estado, a quem cabe escolher e preservar o patrimônio legalmente reconhecido. Hoje também os movimentos sociais tencionam essas escolhas, manifestando-se pela preservação de bens culturais de natureza material e imaterial. A tensão entre o novo e o antigo parece equilibrar-se um pouco mais em relação ao passado, mas o conceito tende estender-se em demasia: uma obsessão pelo passado atinge as sociedades industriais do ocidente e tudo se torna patrimônio: 'a arquitetura, as cidades, a paisagem, os edifícios industriais, o equilíbrio ecológico, o código genético.

O segundo fundamento que apresentamos diz respeito à memória. Não necessariamente como lembrança em si, mas como processo de conexão ao passado, à identidade e, sobretudo, aos meios pelos quais estas memórias nos alcançam.

Pela forte componente social que a memória traz em si, podemos compreender a memória como uma construção coletiva. Maurice Halbwachs (1990) é o principal defensor da ideia de que a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com seus grupos de convívio e os grupos de referência. O autor faz a defesa da memória como um fenômeno estabelecido socialmente, dependente das interações entre pessoas e grupos para existir, visto que as "[...] lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nos estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós" (HALBWACHS, 1990. p. 26).

Tal visão da memória como construção coletiva encontrará contestações, como as feitas por Pollak (1992) e Paul Ricoeur (2007), mas se constituiu num marco muito grande no que se refere ao entendimento da memória não só como

elemento identitário, mas também como um reflexo de nossas interações sociais. Há de se identificar na memória um trabalho individual, ligado a experiências particulares de cada indivíduo, mas também há de se entender que parte dessa construção se dá de forma coletiva, principalmente na relação que guardamos com o próximo, como defende Ricoeur:

Não existe, entre os dois polos da memória individual e da memória coletiva, um plano intermediário de referência no qual se operam concretamente as trocas entre a memória viva das pessoas individuais e a memória pública das comunidades as quais pertencemos? Esse plano é o da relação com os próximos, a quem temos o direito de atribuir uma memória de um tipo distinto. Os próximos, essas pessoas que contam para nós e para as quais contamos, estão situados na faixa de variação das distâncias na relação entre o si e os outros. Variação de distância, mas também variação nas modalidades ativas e passivas dos jogos de distanciamento e de aproximação que fazem da proximidade uma relação dinâmica constantemente em movimentos tornar-se próximo, sentir-se próximo. Assim, a proximidade seria a réplica da amizade, dessa *philia*, celebrada pelos Antigos, a meio caminho entre o indivíduo solitário e o cidadão definido pela sua contribuição à *politeia*, à vida e à ação da *polis* (RICOEUR, 2007, p. 141).

Contudo, o aspecto individualista da construção da memória muitas vezes gera incompatibilidades que tendem a se refletir da forma de um apagamento deliberado ou uma manipulação dessa memória em prol de um ideal mais cômodo a um determinado grupo social. É frequente que manifestemos uma inclinação por cultivar uma história romantizada, por vezes distante da realidade, e nos dificulta a compreensão da essência real de nosso passado. Seja pela falta de informação ou por uma construção epistemológica equivocada e perpetuada ao longo dos anos.

Essa prática é justificada por Canclini, ao visualizar a cultura como uma atividade produtiva capaz de “[...] compreender, reproduzir e transformar a estrutura social e brigar pela hegemonia” (CANCLINI, 1983, p. 18). Sendo a cultura não só instrumento, como reflexo das relações sociais, é natural que culturas advindas das classes sociais menos favorecidas sejam suplantadas ou mesmo suprimidas pelas práticas culturais originárias dos grupos sociais dominantes, dando assim origem a uma cultura hegemônica, vista na maioria das vezes esta como erudita, e aquelas como culturas populares, menores e

diversas, representativas dos grupos menos favorecidos e quase sempre oprimidos.

Segundo Canclini (1983, p. 42), as culturas populares derivam de uma “[...] apropriação desigual dos bens econômicos e culturais” (1983, p. 42) por parte destes grupos minoritários e menos favorecidos dentro de uma mesma nação ou etnia. Daí a importância dada aos elementos de seu cotidiano, seus modos de trabalho e de viver. Sem a injeção do capital financeiro, do interesse mercadológico pelo consumo cultural ou do controle dos meios de comunicação, como acontece no processo de perpetuação das culturas hegemônicas, é a partir da “[...] compreensão, reprodução e transformação, real e simbólica” (*idem*) dos aspectos da vida cotidiana desses grupos subalternos que suas culturas se desenvolvem e se perpetuam. Tal construção vai de encontro a visão romantizada da cultura que vê nas “manifestações do povo” (CANCLINI, op. cit.) a representação ideal e cristalizada de sua identidade.

Ora, se as culturas populares derivam das interações sociais e dos aspectos de seu cotidiano, tais culturas não seriam um reflexo de sua identidade presente, não de um ideal formador e imutável? É por este motivo que as culturas populares se constituem muito mais em um processo do que em um produto. Elas são voláteis, mutáveis e, acima de tudo, sob constante risco de desaparecimento, como sugerido pela UNESCO nas Recomendações de Paris:

Destacando a natureza específica e a importância da cultura tradicional e popular como parte integrante do patrimônio cultural e da cultura viva, **reconhecendo a extrema fragilidade de certas formas da cultura tradicional e popular e, particularmente, a de seus aspectos correspondentes à tradição oral, bem como o perigo de que estes aspectos se percam**, destacando a necessidade de reconhecer a função da cultura tradicional e popular em todos os países, e o perigo que corre em face de outros múltiplos fatores, considerando que os governos deveriam desempenhar papel decisivo na salvaguarda da cultura tradicional e popular e atuar o quanto antes [...] (UNESCO, 1989. Grifo meu)

Essa maleabilidade das culturas populares representa a maior dificuldade na sua preservação, mas também um de seus aspectos mais vitais, pois, mais do que um elemento identitário, é um elemento representativo de sua

comunidade, de modo que suas transformações refletem transformações dentro da comunidade. É necessário entender, antes de tudo, que todo o patrimônio que deriva de tais culturas está em constante transformação e que não há a preservação do bem sem a preservação de sua comunidade. São assim suas festas, seus saberes, suas comidas, sua arte, mas, sobretudo, o seu fazer oriundo das interações de sua comunidade com ela mesma ou com os diversos grupos que a rodeiam.

Preservar lugares, objetos ou costumes é mais do que um gesto de saudosismo ou de conservação de uma imagem ou situação que ao qual estamos afetivamente ligados. É também uma maneira de evocar lembranças e gestos de um tempo que já não existe mais (NORA, 1993). Associamos lugares a ideias e os convertemos em símbolos, instrumentos de lembranças.

O terceiro fundamento teórico é o patrimônio industrial, associado este às culturas populares.

Cabe iniciar destacando um dos primeiros esforços no sentido da valorização da cultura oriunda da indústria no final do século XIX em Portugal, quando Sousa Viterbo (1896) publicou na revista *O Archeologo Português* o texto *Archeologia industrial portuguesa: os moinhos*, sendo essa uma verdadeira ode aos moinhos hidráulicos e de vento.

O caráter vanguardista deste texto reside não apenas pela temática de patrimônio industrial, mas, sobretudo, pela valorização desse patrimônio para além de sua arquitetura, focando entre outras coisas os registros se seu maquinário, seu método produtivo e, ainda que romantizada neste momento, as questões relativas à vida do trabalhador industrial.

A inclusão dos remanescentes industriais no campo do patrimônio, de uma maneira sistemática e explícita, a partir das qualidades tecnológicas e científicas ocorre no contexto pós-guerra na Inglaterra com o nome de arqueologia industrial.

Segundo Kühn (2006), este é um debate relativamente recente, iniciado em meados dos anos 1950, na Inglaterra, e ganhado força a partir da década de 1960, quando muitas edificações representativas da história industrial deste país

– berço da revolução industrial - foram perdidas ou se encontravam degradadas, ou associadas aos processos de poluição ambiental e degradação social.

É importante referenciar que, sendo uma categoria de patrimônio relativamente recente, os locais, objetos e bens associados aos antigos processos de industrialização quase sempre integram a categoria dos patrimônios *não consagrados*. O termo foi cunhado em 1980 pelo ex-diretor do Iphan e Secretário de Cultura da época, Aloísio Magalhães, “[...] para se referir a manifestações não reconhecidas até então como bens culturais” (OLIVEIRA, 2012, p. 118). Muitas vezes vistos como símbolo do atraso, decadência e de um passado de exploração, talvez o mais *não consagrado* dos patrimônios não consagrados seja o patrimônio industrial: fábricas e cooperativas de produção, mas também habitações operárias, clubes, sociedades culturais, espaços de lazer e de organização política da classe trabalhadora.

Paralelamente a construção do campo do patrimônio industrial é também nos anos 1960 que a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) amplia os conceitos de patrimônio e monumento histórico ao transferir o debate para os conjuntos e o ambiente que os envolve, mas, sobretudo, ao estender a preservação as ditas obras de arquitetura modesta. Mesmo com estes avanços, a preservação do patrimônio e da memória industrial aconteceram de maneira esporádica e esparsa ao longo do século XX.

Com a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, em Paris, ocorreu a valorização dos espaços de trabalho e de produção, com um olhar especial sobre a América Latina. Desde a década de 1980, muitas minas e cidades históricas ligadas à exploração mineral no continente no período colonial foram listadas como patrimônio mundial pela Unesco neste período, como as cidades históricas de Ouro Preto (1980), Potosí (1987) e Guanajuato (1988).

A primeira edificação tipicamente industrial a receber o título de Patrimônio Mundial foi a *Engelsberg Ironworks*, uma siderúrgica sueca construída no século XVIII, em 1993. Há de se citar também a listagem da Siderúrgica *Völklingen* na Alemanha, em 1994, e O Moinho *Verla Groundwood and Board* na Finlândia, em 1996.

O Brasil, por sua vez, demonstrou um louvável pioneirismo no que se refere à preservação do patrimônio industrial. Em 1964, o IPHAN em ação inédita, tomba as estruturas remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, no município de Iperó, São Paulo.

Esse tombamento, conforme salienta Kühl (2006), não significou um o início de um esforço crescente pela preservação da memória industrial do País. Ao contrário, “[...] iniciativas mais sistemáticas tardaram a ocorrer, sendo a tutela oficial de bens vinculados ao processo de industrialização bastante rara” (*idem*, p. 1). No entanto, nos anos 1980 uma iniciativa pioneira coloca o Brasil na vanguarda de ações em prol da requalificação e reutilização de lugares de patrimônio industrial. Após um longo processo iniciado em 1964, em 1982 é inaugurado o SESC Pompéia, projeto da arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi (Roma, 5 de dezembro de 1914 – São Paulo, 20 de março de 1992) para a implantação de um complexo esportivo e cultural promovido pelo SESC (Serviço Social do Comércio) sobre uma obsoleta fábrica de tambores e logo de geladeiras da década de 1930.

Este projeto, além de ganhar o reconhecimento ao longo dos anos como um dos ícones da arquitetura moderna brasileira dos anos 1980, converteu-se em um espaço que permitia a apropriação da antiga indústria em desuso pelos novos usuários através atividades culturais que ali passaram a acontecer. Mais do que isso, o projeto de Lina mostrou, tanto ao poder público, como à sociedade civil, o imenso potencial latente nestes conjuntos arquitetônicos subutilizados ou abandonados, presentes em todas as grandes cidades brasileiras, configurando-se como ponto de partida para o surgimento de iniciativas semelhantes por todo território nacional (GORSKI, 2003).

No âmbito do estado do Rio Grande do Sul, destaca-se o tombamento da Usina do Gasômetro, em Porto Alegre, no início dos anos 80, resultado de uma ampla organização da sociedade civil e de grupos não governamentais desde os anos 1970. Segundo Gorski todo o processo em torno da defesa e valorização da Usina como patrimônio foi uma das “[...] primeiras manifestações que alcançaram repercussão e resultados práticos na defesa do patrimônio construído da cidade” (GORSKI, op. Cit., p. 66).

Mesmo com estes episódios emblemáticos na década de 1980, de maneira geral esforços pela preservação do patrimônio industrial tardaram a acontecer de maneira mais ampla. Isso ocorreu muito por conta do preconceito com que muitos arquitetos e historiadores da arte, profissionais nos órgãos de preservação, viam em tais remanescentes de um passado recente marcado pelos esforços das classes sociais mais baixas, mas também, pela visão que tais profissionais tinham sobre uma arquitetura que raramente se encaixava nos ideais das belas artes e era, acima de tudo, funcionalista.

Para aqueles que amavam as arquiteturas clássicas, estas construções não tinham nenhum atrativo, e até era quase certo que nem sequer as viam como verdadeira arquitetura, senão como “mera construção”. Desde então, quando se começa a falar de patrimônio, as fábricas, os cais, as estações, os depósitos, não foram sequer mencionados. Se estimava que o funcional não chegava aos níveis que se requeriam para considerar patrimônio, ademais, não tinha suficiente antiguidade! (VIÑUALES, 2007, n.p)

As ações em prol da preservação da memória industrial só começaram a acontecer de forma mais organizada e ordenada a partir do final dos anos 1990, sobretudo a partir da criação do Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (conhecido pela sigla TICCIH, em inglês) e, mais ainda, pela publicação da Carta de Nizhny Tagil, em conjunto com o ICOMOS e com a Unesco no ano de 2003 (FERREIRA, 2019).

A partir desse momento, existiam, enfim, diretrizes gerais e internacionais para a preservação do patrimônio industrial em sua totalidade. Foram definidos valores para além da forma e da arquitetura, com especial atenção aos processos produtivos, aos maquinários e, sobretudo, à paisagem industrial que se desenvolve a partir destas estruturas

Deve-se ao TICHI e a Carta de Nizhny Tagil a definição de um campo específico dentro do patrimônio para o patrimônio industrial e a inclusão da dimensão social a esses patrimônios, superando a visão eminentemente tecnicista dos anos 50. Apoiado nos avanços da Nova História¹¹ e no interesse

¹¹ Corrente historiográfica que teve início nos anos 1970, comumente associado a terceira geração da Escola dos Annales, baseada nos fundamentos estabelecidos por Jacques Le Goff

pelos processos populares o patrimônio industrial é associado a história dos grupos operários.

Composto por fragmentos de uma história dos anônimos, dos desconhecidos, dos movimentos de resistência e dos excluídos, mas também de coletivos e grupos que se organizavam entorno de uma identidade muito particular, diferente dos vultos históricos ou marcos identitários regionais e nacionais que deram origem aos patrimônios consagrados.

Segundo outro dos documentos fundamentais para a especificidade do Patrimônio Industrial, os Princípios de Dublin, propostos por representantes do ICOMOS e do TICCIH na 17ª Assembleia Geral do ICOMOS, em 28 de novembro de 2011, o patrimônio industrial:

[...] compreende sítios, estruturas, complexos, áreas e paisagens assim como maquinaria, objetos ou documentos relacionados que fornecem evidências dos processos de produção industrial passados ou em desenvolvimento, da extração de matéria-prima, de sua transformação em bens de consumo das infraestruturas de transporte e de energia relacionadas. O patrimônio industrial reflete a profunda conexão entre o ambiente cultural e natural, uma vez que os processos industriais – sejam antigos ou modernos – dependem de fontes naturais de matéria-prima, energia e redes de transporte para produzir e distribuir produtos para outros mercados. Esse patrimônio contempla tanto os bens materiais – imóveis e móveis – quanto as dimensões intangíveis, tais como o conhecimento técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores e o complexo legado social e cultural que moldou a vida de comunidades e provocou grandes mudanças organizacionais em sociedades inteiras e no mundo em geral. (ICOMOS, TICCIH. 2011)

A partir dos anos 2000, então, vê-se o aparecimento de iniciativas de maior escala em prol desta memória industrial. Em 2001, na Alemanha, é assinada a Declaração de Duisburg (ERIH, 2001), criando a Rota Europeia do Patrimônio Industrial. O documento, assinado por representantes da Alemanha, Bélgica, Holanda e Reino Unido, foi um marco na preservação do patrimônio industrial e tinha como um dos principais objetivos “[...] criar acessibilidade ao patrimônio industrial da Europa para os habitantes das nossas nações e ajudará

e Pierre Nora (1995) e que propunha uma abordagem mais analítica da história, centrada no papel do indivíduo e nas relações sociais, muito mais próxima à antropologia do que à visão tradicional da história focada em proeminentes vultos históricos e grandes acontecimentos.

a identificar os locais onde tem de ocorrer o desenvolvimento sustentável¹²” (*idem*, n.p.).

Paralelamente, surgem também iniciativas focalizadas na reutilização de conjuntos de Patrimônio Industrial. Destaca-se o projeto *Matadero Madrid Centro de Creación Contemporánea*, por seu papel de agente de requalificação urbana para além das questões relacionadas exclusivamente ao patrimônio e a memória industrial. Embora esta seja uma intervenção de escala metropolitana em uma capital europeia, o projeto do Matadero representa um excelente paradigma não apenas para a intervenção, mas também para a gestão do patrimônio industrial.

Segundo material formulado pela Fundacion COAM (2005), o projeto para matadouro e mercado de gado da cidade de Madrid foi realizado pelo arquiteto Luis Bellido em 1918 para um terreno de 165.000 m² sobre a linha férrea e o rio Manzanares, então ao sul da cidade, próximo ao atual bairro de Legazpi. Trata-se de um conjunto concebido como uma pequena cidade produtiva composto por pavilhões e edifícios, de repertório Neomudéjar¹³ e estruturas de ferro. Funcionou plenamente desde sua inauguração até 1973, quando foi perdendo gradativamente sua capacidade produtiva em decorrência de sua desatualização tecnológica e funcional. A obsolescência, somada ao crescimento da cidade e a degradação social do bairro vizinho de Legazpi levaram ao fechamento definitivo em 1996 e a transferência da atividade produtiva para um lugar mais afastado. Em 2003, foram iniciadas as gestões para a reabilitação dos antigos pavilhões, por parte do Ayuntamiento de Madrid – proprietária do conjunto - desde a Direção de Cultura, cargo então ocupado por Alicia Moreno, com a coordenação técnica do arquiteto Carlos Baztán.

O grupo de trabalho concebeu o projeto para implantar no antigo matadouro um Centro de Expressão Artística Contemporânea, para o desenvolvimento de trabalhos multidisciplinares de reflexão sobre questões referentes às sociedades atuais, de apoio à criação e proposição de experiências

¹² Tradução do autor.

¹³ Estilo arquitetônico tipicamente espanhol do final do Século XIX, marcado pela utilização de técnicas e estilos decorativos característicos da arquitetura hispano-muçulmana da idade média presente em templos e palácios cristãos do período (estilo mudéjar). Caracteriza-se pelo predomínio de materiais moldáveis como, tijolo, cerâmica, estuque e azulejo, comumente utilizados para formar motivos geométricos regulares (PÉREZ, 1979).

inovadoras e de formação participativa e inclusiva nos diferentes campos das artes contemporâneas.

Figura 7 – Perspectiva do projeto para o Matadero de Madrid - 1918



Fonte: Archivo de la Villa de Madrid *apud*. Fundacion COAM, 2005

Considerada como uma das maiores intervenções em patrimônios industriais da Europa do início do século XXI, o projeto destaca-se pela proposição conceitual do projeto de gestão (com apoio às práticas sustentáveis em todos os processos), das diretrizes de intervenção no espaço físico, da definição do programa de usos e da administração, coordenada pelo Ayuntamiento com a participação ativa dos interessados, dos coletivos artísticos e de profissionais e da população do entorno. Também pela proposta de financiamento e gestão compartilhada entre o poder público municipal e a empresa privada, além da articulação do projeto com as obras de reabilitação paisagística do entorno.

A requalificação do Matadero permitiu a criação de oportunidades de trabalho para escritórios de arquitetura, design, engenharia e construção de

jovens profissionais. Tendo em vista que a unidade formal do conjunto era definida pela arquitetura do projeto original e pelas diretrizes de intervenção, a execução dos vários projetos parciais gerou diferentes situações espaciais.

Hoje em pleno funcionamento, o Matadero é um paradigma por ser um novo símbolo cultural de Madrid, um espaço alternativo para a cultura global, com acesso livre e gratuito para habitantes e para visitantes de todas partes do mundo e ao mesmo tempo um lugar de convívio da comunidade circundante, que tem se apropriado e beneficiado do seu entorno, participando cotidianamente nas diferentes atividades do local.

Figura 8 – Matadero de Madrid: Aspecto atual dos espaços abertos



Fonte: Foto de Luisa Durán, 2015.

Mesmo que os estudos sobre o patrimônio industrial tenham ganhado destaque nos últimos anos, sobretudo nos grandes centros urbanos das metrópoles sul-americanas, que veem na indústria relativamente recente, se comparadas à Europa, um elemento definidor das estruturas sociais e econômicas deste País, também há de se frisar que cada localidade encontra realidades bastante distintas. No Brasil, os estados do Rio de Janeiro, e principalmente São Paulo, se constituem como polos de concentração tanto de pesquisas, como de expoentes deste patrimônio.

Todavia, como evidenciam Dezen-Kempton (2011, p. 141), dos 77 bens tombados pelo IPHAN no estado de São Paulo, apenas 8 se caracterizam como

patrimônio industrial, segundo os preceitos da Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, TICCIH, 2003). Em nível estadual, São Paulo possui 20 bens tombados associados especificamente à industrial fabril, 40 associados ao patrimônio ferroviário, 6 relacionados à infraestrutura e 5 divididos entre habitações e espaços de organização social e religiosa da classe operária¹⁴. No caso do Rio Grande do Sul o número de bens tombados relacionados ao patrimônio industrial representa aproximadamente 18% do total de Bens tombados pelo Estado. A pesquisa no site Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado¹⁵ revelou aproximadamente 30 edificações industriais tombadas em nível estadual, grande parte delas associada à infraestrutura (17 aproximadamente), como pontes e ferrovias. Do total desses bens, aproximadamente 50% foram tombados na última década. Embora o primeiro Bem tombado no âmbito estadual tenha sido a Ponte 25 de julho, em São Leopoldo¹⁶, a primeira indústria de fato a ser tombada foi a Usina do Gasômetro, em 1983.

Por questões como essas, o patrimônio industrial não pode ser estudado e compreendido de maneira isolada. Ele requer um estudo completo das questões relativas à história industrial e socioeconômica de cada região, bem como dos vínculos que estabelecem com as demais regiões a que se associa. É um patrimônio que possui múltiplas escalas e espaços de ação, indo das peças e dos maquinários, passando pelas relações sociais e de trabalho, até uma escala global e de paisagem.

Para entender o patrimônio industrial de maneira plena, é preciso antes entender como se produziu o processo de industrialização e como este agiu sobre a paisagem e sociedade local.

¹⁴ Levantamento feito com base na listagem disponível no site do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/bens-prottegidos-online/> Acesso em: 25 ago. 2021.

¹⁵ Lista de Bens Tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAÉ) disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Clr=1> Acesso em: 25 ago. 2021.

¹⁶ Segundo a portaria 010/80 do Departamento de Cultura da Secretaria de Estado da Cultura, Desporto e Turismo do Rio Grande do Sul (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1980) o tombamento desta ponte está associado principalmente a sua vinculação com a imigração alemã na região.

As estruturas urbanas como patrimônio, vão muito além do visível, incluindo-se desde o substrato geográfico, até a cultura cidadã, todos estes como elementos interdependentes, dinâmicos, por tanto históricos.

Para inserir a gestão patrimonial de Porto Alegre na Agenda da ONU para o 2030, deve-se atender o número 11 dos 17 objetivos propostos: “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (ONU, 2015, n.p.) e especificamente dentro deste objetivo, o item 11.4 “Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo” (*idem*).

Da mesma forma, atender às disposições de documentos reitores da política cultural da UNESCO mais recentes como a Declaração de Hangzhou (UNESCO, 2013) e a Recomendação da Paisagem Histórica Urbana (UNESCO, 2011) deverá ser uma prioridade para a administração municipal de uma cidade que em outras épocas foi referência mundial de gestão urbana e de políticas culturais.

2 DAS AZENHAS AO MOINHO RIO-GRANDENSE: A trajetória da Agroindústria no Rio Grande Do Sul

Detentor da alcunha *Celeiro do País*, o Rio Grande do Sul possui uma história quase indissociável com a produção de alimentos. Se aos estados do Nordeste e Sudeste coube o papel de grandes centros produtivos para exportação e desenvolvimento econômico, desde o século XVIII que o extremo sul do Brasil figura como um dos principais abastecedores do mercado interno, “produzindo alimentos baratos ao consumidor nacional” (PESAVENTO, 1983, p.154).

Com uma história de quase três séculos atrelada à produção de alimentos, o Rio Grande do Sul mantém até hoje uma íntima relação com esta memória agroalimentar, responsável por ditar costumes e formar as bases da sociedade gaúcha. Esta vinculação pode ser percebida nos dias atuais por toda cultura do charque e do churrasco (relacionada diretamente a grande produção pecuarista) que acompanha as bases do movimento tradicionalista e da cultura do gaúcha.

Esta memória, porém, é muito mais ampla e complexa do que ideais perpetuados pela cultura hegemônica do Estado. A histórica formação do Rio Grande do Sul possui um forte e indissociável vínculo com a produção agrícola, sobretudo de pequenos produtores (quase sempre imigrantes), mas também com as bases da indústria local, sendo algumas das primeiras fábricas da região unidades de produção de gêneros alimentícios, como bebidas alcoólicas, farinha e embutidos.

Neste contexto, destaca-se o Moinho Rio-Grandense, não apenas como uma das mais antigas indústrias de caráter tipicamente manufatureiro do Estado ainda existente (embora desativada), mas como uma das mais ilustres e duradouras agroindústrias do Rio Grande do Sul. O moinho de Porto Alegre, juntamente com as tantas unidades produtivas a ele associadas, está diretamente ligado ao desenvolvimento e ao apogeu da indústria alimentar local durante o Século XX, sendo emblemático seu papel no desenvolvimento tanto da produção de farinha, como da triticultura na região.

Para entender o papel desempenhado pelo Moinho Rio-Grandense na história da Agroindústria gaúcha, no entanto, é preciso estabelecer as bases que levaram o Rio Grande do Sul a receber essa alcunha de Celeiro do País.

2.1 Antecedentes da agroindústria no Rio Grande do Sul

Segundo Pesavento (1985), a vinculação do Rio Grande do Sul com a produção de alimentos está atrelada à formação histórica do Estado. Ainda no século XVII, os padres jesuítas que aqui chegaram trouxeram consigo bovinos para a produção de leite e para o corte, dando início a pecuária bovina na região. Com os sucessivos ataques dos bandeirantes aos assentamentos jesuítico-guaranis e a migração ao lado oeste do rio Uruguai, o gado vacum e cavalari se desenvolveu extraordinariamente formando as vacarias grandes rebanhos de gado selvagem, “chimarrão” ou “gado xucro¹⁷”.

Por décadas, este rebanho foi aproveitado por hispano-americanos, indígenas, mas, sobretudo, por luso-brasileiros a partir do final do Século XVII, quando foram descobertas as minas de ouro nas regiões sudeste e centro-oeste. Com uma grande demanda por animais de tração e corte, os tropeiros do sudeste passaram a atuar de forma constante e quase ininterrupta na exploração do gado selvagem gaúcho, o que acabou por tornar escassa a quantidade destes animais na região.

A fim de explorar esse potencial pecuarista e garantir a segurança da região contra invasores externos, a Coroa passa a distribuir terras aos tropeiros de maior destaque que, unindo sua experiência com a demanda por gado nas Minas Gerais, passam a praticar a pecuária na região sul, dando origem às primeiras estâncias, nos moldes que se consolidaram nas décadas seguintes.

Mesmo com o declínio gradual da exploração de ouro a partir da segunda metade do século XVIII, a extensiva utilização de mão de obra escrava dentro das estâncias criou um mercado que se retroalimenta. Desse modo, não tardou

¹⁷ Palavra muito utilizada em todo o Rio Grande do Sul para designar principalmente equinos e bovinos que não tenham sido domesticados.

para que surgisse o primeiro embrião da atividade industrial gaúcha: as charqueadas.

As charqueadas eram núcleos produtivos especializados na produção de charque, a carne salgada e seca ao sol, que na época era a base da alimentação dos escravos. De acordo com Pesavento (1985), a partir do século XIX o Estado se torna o maior fornecedor nacional de charque para o mercado brasileiro. Essa grande demanda pelo charque gaúcho acabou por gerar um excedente produtivo em couro, inicialmente utilizado na produção artesanal dentro das próprias charqueadas. Essa produção de artigos em couro é o que acaba por dar origem aos primeiros curtumes locais, muito embora ainda caracterizados por uma produção tipicamente artesanal, utilizando ainda mão de obra escrava e quase toda voltada ao abastecimento do mercado interno.

Paralelamente a isso, a chegada das famílias açorianas vindas no marco do programa de migração subsidiada entre 1748 e 1752, e a formação de povoados para garantir a ocupação do território sulino (DURÁN, 2009) foi introduzida em maior escala, uma nova atividade que viria a consolidar, na década de 1780 a agricultura, sendo então considerado o extremo sul como “Celeiro do Brasil” (PESAVENTO, 1983). Historicamente ligados ao povoamento das terras obtidas após a assinatura do Tratado de Madrid¹⁸, os colonos açorianos passaram a cultivar produtos como o milho, a mandioca, o arroz e a batata.

O trigo, por sua vez, “[...] afirma-se ter-se iniciado seu plantio em novembro de 1742” (PIMENTEL, 1944, p. 271), mas será a partir do final do século XVIII que ele viria “a tornar-se um produto significativo, sendo exportado para o restante do Brasil e para o Reino, além de atender o consumo local” (PESAVENTO, 1983, p. 155). Em 1780 o cereal já era o principal produto agrícola da província, com regiões como Rio Grande e Porto Alegre com uma produção de mais de 400 toneladas por ano (PIMENTEL, 1945). Em 1815, a

¹⁸ Tratado assinado em 1750 entre Portugal e Espanha que redefiniu os limites das colônias sul-americanas destes dois países e que teve como consequência imediata a entrega da região dos Sete Povos das Missões à Coroa Portuguesa, em troca da cessão da Colônia do Sacramento à Espanha. Também definiu o Rio Uruguai como fronteira oeste da região sul do território pertencente às duas Coroas.

produção alcança seu ápice durante o século XIX, com uma produção superior a 10 mil toneladas naquele ano (*idem*).

Essa cultura do trigo, aliada à da mandioca e do arroz, traz consigo a construção de um artefato industrial que ajudou a definir a paisagem e a identidade de Porto Alegre: O Moinho. Sobre a relação entre os moinhos, os açorianos e a cidade de Porto Alegre, Durán Rocca (2009, p. 405) diz o seguinte:

Com a entrega de datas aos ilhéus, a Coroa estimulou o desenvolvimento dos cultivos, principalmente do trigo, e procurou fomentar a industrialização, como demonstra o envio de pedras de moinhos e moleiros para Rio Grande, com a finalidade de substituir as primitivas mós de madeira. Na década de 1780, foram instalados em Porto Alegre, os moinhos de vento que hoje dão nome a um bairro. A produção, em grãos ou em farinha, era enviada para Rio de Janeiro e Portugal pelo que a região passou a ser considerada importante celeiro.

Azenhas, movidas pela força d'água, atafonas, movidas por força animal, e moinhos de vento foram algumas das primeiras estruturas a serem construídas no início do povoamento da cidade, ajudando a definir a paisagem e também a identidade de Porto Alegre. Eles aparecem em relatos de viajantes que aqui estiveram como Moniz Barreto que, em 1790, chama atenção para “além das muitas azenhas” para moer o trigo a invenção de “[...] uns moinhos de vento feitos de madeira sobre rodas que se movem puxados por bois, segundo sopram os ventos” (CÉSAR, 1981, p. 172). A memória destas estruturas se faz presente nos dias de hoje no nome de bairros que tiveram sua imagem associada a este tipo de edificação.

É o caso do Bairro Moinhos de Vento, nome que fazer referência aos equipamentos instalados na região mais alta da cidade, ao longo da estrada que ligava a cidade ao povoado de Gravataí, que passou a ser conhecida como Estrada dos Moinhos de Vento, posteriormente Avenida Independência e rua 24 de Outubro (BISSÓN, 2009). Tais moinhos, segundo Macedo (1998) foram

demolidos durante a Revolução Farroupilha¹⁹, para não servirem de pontos elevados de artilharia aos revolucionários.

O bairro da Azenha, por sua vez, remete aos moinhos hidráulicos construídos pelos açorianos, quando aqui chegaram, às margens do arroio dilúvio e ao longo da estrada que ligava Porto Alegre ao município de Viamão (MACEDO, 1998). Segundo Pimentel (1945), o senhor Francisco Antônio da Silveira, o “Chico da Azenha”, teve importante papel no desenvolvimento desta região da cidade. Sua azenha era o principal estabelecimento do tipo nesta localidade durante o século XVIII. Além de cultivar e moer o trigo produzido em suas terras, Chico da Azenha comprava o trigo de produtores menores, o que acabou por aumentar o fluxo de pessoas e mercadorias na região. Ele também foi o responsável por construir “[...] a primeira ponte no lugar, para tornar mais fácil a passagem sobre as águas do arroio Dilúvio” (PIMENTEL, 1945, p. 276).

Embora esse tipo de atividade agroindustrial tenha ajudado a moldar a identidade de Porto Alegre, enquanto atividade econômica encontrou uma série de obstáculos no seu desenvolvimento, sobretudo nas questões relacionadas ao cultivo do trigo, como demonstra Pesavento (1983, p.155):

O cultivo do trigo enfrentou dificuldades, advindas tanto da precariedade técnica e critérios extensivos do produto quanto de sua inserção num mercado altamente competitivo e da falta de amparo governamental. Na medida em que não se constituía num produto colonial de exportação – não se diria ao mercado internacional não era alvo de investimentos por parte do governo.

Assim como Pesavento, Pimentel (1944) associa a decadência da triticultura no Estado diretamente à inabilidade dos agricultores locais, à falta de agrônomos e às sucessíveis pragas que atingiam as lavouras. O autor é ainda mais categórico ao definir uma data que marca o fim da produção de trigo no Rio Grande do Sul: 1823. Com isso, a cultura do trigo foi sendo gradualmente substituída pela cultura da mandioca, produto que, na comparação com o cereal,

¹⁹ A Guerra Civil que ocorreu na província de 20 de setembro de 1835 a 1º de março de 1845. O nome *Farroupilha*, ou *Farrapo* era um termo pejorativo utilizado para se referir aos gaúchos simpatizantes do Partido Liberal, que figuravam entre as lideranças do movimento revolucionário.

não necessitava de técnicas de cultivo elaboradas e se adaptava facilmente a terras de baixa produtividade. Essa cultura ganhou ainda mais força a partir de 1824, com a chegada dos primeiros colonos alemães, instalando-se no Vale do Rio dos Sinos. Com a facilidade no cultivo, a boa produtividade, a mandioca tornou-se um alimento versátil, chave na alimentação dos colonos. Suas raspas podiam ser utilizadas para alimentar os animais e a produção de farinha a partir dela era relativamente mais simples do que a partir do trigo. Produzida dentro das próprias unidades familiares dos colonos, assim como outros tantos artigos agroindustriais como banha, cerveja e embutidos, a farinha de mandioca não tardou a se tornar excedente dentro das comunidades coloniais. Em 1842 o Estado já era autossuficiente na produção de farinha de mandioca, distribuindo através de Porto Alegre o produto para outras regiões do Rio Grande do Sul.

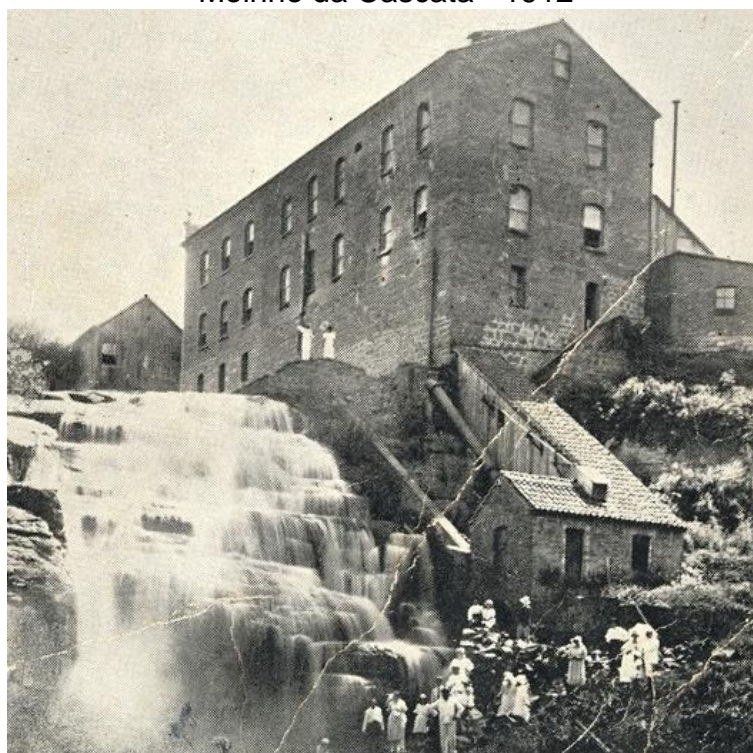
A partir de 1856 o Estado passa a exportar também para as demais províncias brasileiras (PESAVENTO, 1983). Até o final do século XIX, a farinha de mandioca seria o artigo de origem agrícola de maior exportação no Rio Grande do Sul, perdendo apenas para os artigos provenientes da pecuária. De fato, muitas das antigas lavouras de trigo foram convertidas em campos de pastagem para gado que, na época, “[...] passava a constituir o fator único de riqueza” (PIMENTEL, 1945, p. 274).

Ausente por mais de 20 anos nas lavouras gaúchas, o trigo retornaria apenas em 1845 (PIMENTEL, 1945), mas seria apenas a partir da chegada dos primeiros colonos italianos à região da encosta superior da serra nordeste, no final do XIX, que o cereal e seus derivados voltariam a ser produtos importantes dentro da alimentação e da economia do Rio Grande do Sul. Estes colonos possuíam uma longa tradição na cultura do trigo e também da uva em sua terra natal, de modo que “[...] procuravam desenvolver aqui essas mesmas culturas, obedecendo também à indicação do governo para produção na região” (SOUZA, 2000, p. 39). Copstein (2018) faz referência ao *Catálogo da Exposição Brasileira-Alemã de 1881*, em Porto Alegre, onde consta a existência de 30 moinhos na região da colônia de Caxias. Entretanto, apenas o moinho de *Canali & Cia.* “[...] foi citado explicitamente como moleiro, proprietário do melhor estabelecimento

colonial, capacitado a moer 100 sacos de trigo (7.254 litros) em 24 horas” (COPSTEIN, 2018, p. 80-81).

Nesse período é importante também citar o *Moinho da Cascata*: primeiro moinho administrado por Aristides Germani a prosperar na região da Colônia de Caxias (NETTO, 1978). O pequeno moinho de madeira construído em 1891 junto a cascata do Arroio Marquês do Herval, atual rio Tega em Caxias do Sul, seria o embrião de uma das mais importantes agroindústrias do Estado: O Moinho Ítalo-Brasileiro, posteriormente Moinhos Germani S/A, sendo Germani um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da triticultura no Rio Grande do Sul durante o século XX. Na figura 9 aparece o segundo moinho construído Germani, em 1905, para substituir seu antigo moinho de madeira.

Figura 9
Moinho da Cascata - 1912



Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

O estabelecimento de camponeses alemães e italianos em terras até então improdutivas fez não apenas aumentar a produção agrícola do Rio Grande do Sul, mas também diversificou os produtos ofertados. Além das famílias de agricultores que exploravam toda variedade de itens advindos da terra e da

criação de pequenos animais, chegaram também ao Estado diversos trabalhadores de profissões urbanas, como tecelões, sapateiros, ferreiros e carpinteiros. Muitos destes imigrantes possuíam apenas um único ofício e, não conseguindo adaptar-se à vida no campo, estabeleceram-se nos centros urbanos, onde foram responsáveis por desenvolver pequenas manufaturas e o comércio local (SOUZA, 2000). Esse conjunto de fatores serviu como um embrião da industrialização e do desenvolvimento urbano de Porto Alegre, escoadouro da produção colonial para as demais regiões. Tal processo não se verificou de forma tão contundente no até então centro econômico do Estado: a Região Sul.

Na região da pecuária, esse processo não se verificou. Ali, o vínculo econômico de atividade é maior com o campo e menos propriamente com suas cidades. Daí o porquê dessas cidades não funcionarem como centros de apoio à produção rural, e sim de apoio político e social.[...] Enquanto a região dos campos foi desenvolvendo, nas suas grandes propriedades, a pecuária e os produtos dela derivados, utilizando Rio Grande como porto escoador, os imigrantes, em suas pequenas propriedades, passaram a desenvolver uma atividade diversificada, tanto agrícola como de criação, cuja produção era escoada por Porto Alegre. (SOUZA, 2000, p. 43)

Todavia, é justamente na região marcada pelo histórico vínculo econômico e cultural com a pecuária que surge “[...] o primeiro grande moinho de trigo, com características manufatureiras e não mais de artesanato doméstico” (PESAVENTO, 1983, p.166). Em 1894 o comerciante português José Albino da Cunha investe o capital que acumulara ao longo dos anos anteriores, em suas atividades comerciais, na construção do Moinho Rio-Grandense, em Rio Grande (PIMENTEL, 1945).

Figura 10
Ruínas do Moinho Rio-Grandense - 2016



Ruínas do primeiro moinho construído por Albino Cunha em 1894 na cidade de Rio Grande, 2016.

Fonte: Foto do Autor

Albino Cunha desempenharia um papel fundamental na cultura do trigo e no desenvolvimento da agroindústria nos anos seguintes, pressionando o governo por menores impostos sobre a farinha nacional, adquirindo, construindo e modernizando diversos outros moinhos e atuando junto a imprensa local em prol do desenvolvimento da cultura do trigo no Estado.

Figura 11
Jornal “A Federação”, março de
1917



Propaganda publicada em jornal local comunicando o interesse da empresa Moinho Rio-Grandense em comprar trigo e distribuição de sementes aos produtores.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Figura 12
Charge na revista “A Máscara”,
1918



Representação do Comendador Albino Cunha segurando uma folha de trigo. Abaixo da charge pode-se ler “Tenho o segredo commigo da carestia e da fome: Eis o mysterio do ‘come’ Nesta folhinha de trigo.”
Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O censo de 1907 classifica o Moinho Rio-Grandense como uma das 100 maiores empresas de moagem do Brasil, sendo a 33ª em valor de produção (PESAVENTO, 1983). Com o investimento em maquinário importado e em um edifício com características plenamente industrial, chamado à época frequentemente pelos jornais locais de “moinho inglês” (O EXEMPLO, 1917), o maior entrave à indústria de Albino Cunha era justamente a matéria-prima. Com uma produção de trigo insuficiente e de baixa qualidade, o Moinho Rio-Grandense precisava importar trigo da Argentina.

Esse foi um dos principais motivos que fizeram Albino Cunha construir seu primeiro moinho na cidade, uma vez que era através do porto de Rio Grande que chegava matéria prima importada. Mesmo com uma produção de grande escala para a época, o moinho mal conseguia suprir a demanda do mercado

gaúcho, que necessitava importar farinha de países como Estados Unidos e da Argentina. A agroindústria local, como um todo, sofria com a concorrência de produtos americanos, de melhor qualidade e muitas vezes de menor preço. Durante o período da república velha, visando a entrada de seu principal produto no mercado americano – o café – o governo federal acabava por diminuir ou mesmo isentar de impostos uma série de produtos advindos dos Estados Unidos, entre eles o trigo e a farinha (PESAVENTO, 1983).

Com a agricultura e o comércio se desenvolvendo cada vez mais na região de Porto Alegre, muito por conta dos produtos ofertados pelos colonos alemães e italianos, a região começou a ser cada vez mais atrativa à novos investimentos. Enquanto localidades como São Leopoldo, Caxias e Porto Alegre se desenvolviam enquanto cidades, aproveitando-se das pequenas dimensões dos lotes distribuídos aos colonos, desde a chegada dos açorianos, para criar uma rede comercial com variedade de produtos ofertados, a região sul continuava estagnada, em termos de desenvolvimento local, em função a da histórica vinculação com a pecuária e os grandes latifúndios, como demonstra Souza (2000, p. 44):

O mesmo fato não ocorreu com Rio Grande, que continuou porto exportador da região dos produtos derivados da carne. A industrialização que ocorreu em Rio Grande também não foi voltada para sua região e sim para atender as solicitações do mercado do Rio de Janeiro e outros estados. Ali surgiram grandes instalações industriais dependentes do mercado externo, desde as charqueadas, no século XIX, até as indústrias têxteis e de carne, por volta do início do século XX. Se o mercado externo oscilasse, ocorreria o colapso das indústrias locais. Foi o que aconteceu, ainda no princípio do século XX, com Rio Grande, que perdeu para Porto Alegre sua hegemonia no Estado.

Perante essas condições, e após o aumento das tarifas alfandegárias no porto de Rio Grande no início do século XX, Albino Cunha decide por investir na construção de uma nova e mais moderna fábrica em Porto Alegre. A retração do mercado internacional por conta da Primeira Guerra obriga produtores a se voltarem para o mercado interno, tanto como consumidor de seus produtos, como para a aquisição de matéria-prima. A escolha da capital, não apenas por

Albino Cunha, mas por uma série de outros industriários do período, se deve há dois fatores fundamentais:

1. A proximidade com as regiões das colônias italianas e alemãs, que se tornaram um dos principais polos produtores do Estado e também um importante mercado consumidor;
2. A construção de novas estradas de ferro ligando o interior do Estado à capital a partir de 1874 que, estranhamente, não possuía conexão direta entre Porto Alegre e Rio Grande. Os trens que saíam dos dois principais polos econômicos da época necessitavam seguir viagem antes até Santa Maria, para então rumar ao destino final.

É de particular importância a construção das estradas de ferro, sobretudo do Ramal Caxias-Montenegro em 1910, pois esta permitiu a chegada de trens vindos da região da Fronteira Oeste (Uruguiana) e dos Estados do Paraná e São Paulo até Porto Alegre e região das colônias alemãs e italianas. É a partir deste momento que Porto Alegre passa de fato a ser um polo atrator de investimentos tanto em comércio, como em indústrias:

Com a estrada de ferro de Caxias a força do aço dos seus trilhos teve o poder magnético de atrair como imãs os moinhos do litoral da cidade do Rio Grande e de Pelotas, estabelecimentos de grande escala do Comendador Albino Cunha, ali instalados desde 1894, embora, então, só moassem trigo da Argentina sendo apenas utilizado no Rio Grande pequena porção de trigo da terra. Animada a cultura do trigo na zona colonial, servidas pelos trens de Caxias, e tendo em vista o fato de achar-se a capital próxima das colônias, surgiu, por iniciativa do mesmo incansável industrial, em 1916, o Moinho Rio-Grandense de Porto Alegre. (O REGIONAL, 1928)

Todavia, a produção industrial do Rio Grande do Sul ainda era marcada por unidades artesanais, quase sempre familiares. O capital investido e o retorno financeiro quase sempre eram baixos. Como aponta o Censo Industrial de 1907, segundo Pesavento (1985, p. 55) o panorama da indústria local era marcado por:

[...] um reduzido número de grandes estabelecimentos, que concentravam capital, força-motriz e força-trabalho, frente a um predomínio de pequenas empresas, caracterizadas pelo escasso uso de tecnologia, baixo capital e pela dependência do trabalho com relação à destreza e à habilidade manual do operário no uso da ferramenta.

No período inicial do processo de industrialização, algumas das grandes agroindústrias locais surgem como polo de inovação tecnológica. Frederico Cristofel, que em 1873 havia sido responsável por fundar a primeira cervejaria no sul do Brasil, foi o responsável por introduzir a produção pelos “[...] métodos de baixa fermentação, por meio de câmaras frigoríficas” (PIMENTEL, 1945, p. 364). O Moinho Central, de Rubbo & Irmãos, foi “[...] o pioneiro no estado na fabricação de raspas de mandioca” (PESAVENTO, 1983, p.166) e, juntamente com Albino Cunha, os moinhos de *Mascarello & Cia.*, *David Andreazza & Filhos* (Moinho Caxiense) e Aristides Germani (Moinho Ítalo-brasileiro) foram os pioneiros na utilização de cilindro hidráulicos, energia elétrica e à vapor. Aristides Germani, inclusive, foi responsável por introduzir na região de Caxias o “polidor mecânico de grau, por ele mesmo idealizado e fabricado” (*idem*. p. 168).

Muito embora alguns artesãos e empresas familiares tenham conseguido desenvolver seus pequenos estabelecimentos a um modelo plenamente industrial, como a metalúrgica Eberle, a vinícola Pieruccini e o Moinho Ítalo-Brasileiro de Aristides Germani, o cenário mais comum é que as primeiras indústrias do Estado surgissem a partir do acúmulo de capital comercial, seja pela conversão direta do capital do próprio comerciante em capital industrial, como Albino Cunha, seja pela parceria entre produtores e grandes comerciantes, como a família Chaves Barcelos.

Há ainda o caso dos “burgueses imigrantes” (PESAVENTO, 1985), como Ernesto Neugebauer, que vem da Europa trazendo tanto o capital para investimento na indústria, quanto a experiência profissional na gestão de empresas do tipo em sua terra natal. Com tantas diferenças de origem no modelo industrial, havia uma grande disparidade, tanto em meios produtivos (artesaniais, com mão de obra familiar ou mecanizada, utilizando mão de obra assalariada) como no porte dessas indústrias. No geral, o Rio Grande do Sul, diferentemente de São Paulo e Rio de Janeiro, tinha uma indústria voltada para abastecer o

mercado nacional, o que acabou por favorecer a agroindústria, que já dispunha de matérias-primas provenientes de uma longa trajetória da pecuária e da agricultura. Este cenário se manteria ao longo de boa parte do século XX.

Outro fator fundamental para o desenvolvimento da indústria agroalimentar na região foi, sem dúvida, a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Segundo Braghirolli (2014), a questão da alimentação das tropas dos diferentes exércitos envolvidos na guerra “[...] foram um incentivo extraordinário para economia pecuária pela consequente valorização dos artigos de consumo básico” (*idem*. p. 163).

Assim, os países do Cone Sul da América Latina passaram a atrair investimento de muitos países envolvidos diretamente na guerra, transferindo algumas de suas unidades industriais ameaçadas pelo conflito, ou simplesmente investindo no desenvolvimento da produção local para suprir o déficit de sua própria produção ocasionado pelo conflito. Ainda segundo Braghirolli (*ibidem*), “[...] o investimento de capital estrangeiro - inglês, norte-americano e principalmente francês - nos países do cone sul e por todo o Brasil abrangia todos os ramos da indústria e dos transportes”

Embora um dos setores a receber o maior grau de investimento tenha sido o de produtos derivados de carne, com importantes unidades frigoríficas se instalando na região de São Paulo e Rio de Janeiro, no caso do Rio Grande do Sul este ramo agroindustrial encontrou dificuldades para estabelecer-se. Apesar da histórica vinculação com a atividade pecuária e do grande número de cabeças de gado aqui criadas, no início do século XX as charqueadas ainda eram uma das principais atividades econômicas do Estado, embora já em decadência.

O monopólio dos estancieiros (bem como sua influência política local), atrelado a um baixo poder de investimento destes, retardou a entrada de capital estrangeiro no Estado e a substituição da indústria do charque pela indústria frigorífica. Entre 1917 e 1918, a empresa americana Swift instalou uma unidade frigorífica na cidade de Rio Grande, logo assumindo o protagonismo do setor no Estado. Segundo Braghirolli (2014, p. 175) “[...] o complexo foi dimensionado para abater 1.000 cabeças por dia, com refrigeração e congelamento dos subprodutos, trabalho a ser realizado por 1.800 trabalhadores.” Paralelamente a

isso, a União dos Criadores do Rio Grande do Sul decidiu investir na construção do Frigorífico Nacional, em 1917, na cidade de Pelotas. Todavia, a discrepância entre o capital nacional e o estrangeiro investido nestas duas indústrias era tamanho que acabou por inviabilizar a empresa nacional.

2.2 A relevância do Moinho Rio-Grandense para a memória da agroindústria gaúcha

É nessa época, e sob condições parecidas, que Albino Cunha busca expandir as atividades de sua empresa de moagem, construindo a já citada unidade de Porto Alegre. Diferentemente da indústria frigorífica, que desde o princípio contou com concorrência interna de empresas estrangeiras com muito mais recursos, Cunha já se consolidaram antes da guerra como um dos principais produtores de farinha industrializada da região, de modo que a demanda gerada pela Primeira Guerra Mundial apenas fez crescer seus negócios, mesmo que de forma não tão direta. Com o mercado internacional voltado quase que completamente a abastecer os países envolvidos na guerra, diminuindo a disponibilidade de produtos estrangeiros no mercado nacional, coube às agroindústrias gaúchas suprir esta lacuna.

No caso específico da indústria de moagem, sobretudo na fabricação de farinha de trigo, além das campanhas empreendidas por industriários como Albino Cunha e Aristides Germani em prol da triticultura no Estado, deve-se destacar o importante papel desempenhado por Getúlio Vargas, a partir de sua chegada à presidência em 1930. Além de seu papel fundamental na defesa da indústria nacional, Vargas foi um dos políticos mais empenhados no desenvolvimento da triticultura, sendo responsável pelo célebre *slogan* “*Plantai trigo. Ele é a glória dos campos, a fartura do lar e a grandeza da pátria*” (VARGAS *apud*. PIMENTEL, 1945, p. 279).

Figura 13
Slogan de Getúlio Vargas usado em campanhas publicitárias - 1945



Fonte: PIMENTEL, 1945, n.p.

Enquanto governador, Vargas foi responsável por criar, em 1929, a *Estação Experimental Fitotécnica de Bagé*. O local serviu como importante centro de pesquisa agrônômica, estabelecendo diretrizes produtivas, pesquisando novas variedades de plantas e sementes e funcionando como interface entre o governo, os produtores e a agroindústria

A Estação, nos anos 1940, produzia anualmente “perto de 1000 sacos de sementes puras para distribuição aos agricultores inscritos no Registro de Agricultores, Criadores e Profissionais de Indústrias Conexas da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio” (PIMENTEL, 1944, p. 276). Entre as variedades de trigo desenvolvidas pela Estação está o *Trigo Fronteira*, distribuído pela primeira vez em 1934 e que foi, durante anos, a variedade mais cultivada na região sul do estado é tido como trigo que oferecia “as melhores qualidades para panificação” (BARCELOS *apud*. PIMENTEL, 1944, p. 285).

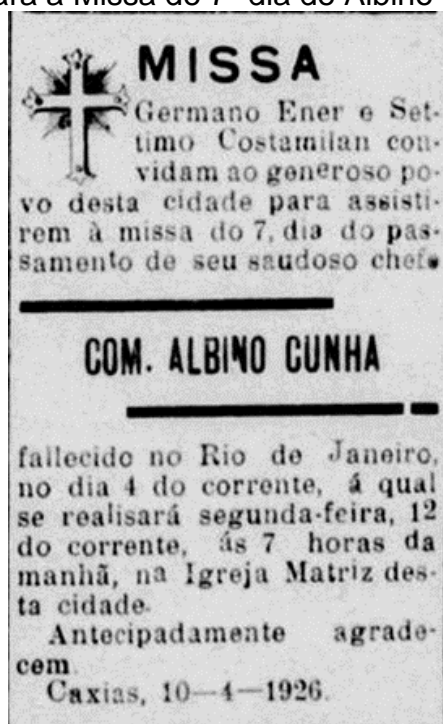
Se Albino Cunha e seus moinhos foram um dos principais responsáveis pela retomada da produção de trigo e farinha no Estado no Início do Século XX, a S.A. Moinhos Rio-Grandenses, empresa herdeira da massa industrial de Cunha, foi uma das principais responsáveis pelo desenvolvimento da triticultura durante a primeira metade do século XX. A importância desses dois agentes

industriais é tamanha e estão tão intimamente interligadas que suas histórias se misturam e por vezes se confundem.

Uma das principais contribuições desta pesquisa no campo da memória talvez seja elucidar a trajetória do Moinho Rio-Grandense enquanto empresa e sua importância para a triticultura gaúcha. Albino Cunha, em vida, possuía no Rio Grande do Sul três grandes moinhos com características tipicamente industriais: O Rio-Grandense de Rio Grande, o Rio-Grandense de Porto Alegre e o Moinho Pelotense, de Pelotas. Também possuía ou era sócio de alguns outros pequenos moinhos espalhados pelo Estado, sobretudo na região das colônias italianas.

Suas empresas carregaram seu nome e o nome de seu principal moinho (Albino Cunha Moinho Rio-Grandense) até sua morte, em abril de 1926. Sua importância e estima dentro da sociedade gaúcha era tamanha que recebeu uma missa de sétimo dia até na cidade gaúcha de Caxias do Sul, na região das colônias italianas, mesmo Cunha que tenha falecido na cidade do Rio de Janeiro. Os jornais locais assim anunciavam a missa, ocorrida na Igreja Matriz:

Figura 14
Chamada para a Missa de 7º dia de Albino Cunha - 1926



Fonte: O REGIONAL, 1926

Após a morte de Cunha, suas empresas passam a ser administradas por seus familiares, mudando de nome para *Viúva Albino Cunha e Cia*, com destaque para os moinhos de Porto Alegre e Pelotas, e filiais em Rio Grande, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Passo Fundo, General Osório, Erechim e Cruz Alta.

Figura 15

Propaganda da empresa da Família de Albino Cunha, após sua morte - 1928



Fonte: A FEDERAÇÃO, 1928.

No entanto, a grande transformação nas antigas empresas de Albino Cunha acontece desde 1929, quando aconteceu a fusão da Viúva Albino Cunha e Cia com a S.A. Grandes Moinhos do Sul. Em fevereiro deste ano (REVISTA SANTISTA, 1984) é fundada o que seria uma das maiores empresas do ramo agroalimentar da época: a Sociedade Anônima Moinhos Rio-Grandenses, a SAMRIG. A empresa, além de todos os moinhos administrados pela família de Cunha, também adquiriu outros moinhos espalhados pelo estado e o moderno Moinho Chaves, de Chaves & Irmãos, em Porto Alegre (PIMENTEL, 1945). Embora não contasse mais como a figura central e patriarcal de um industrial como Albino Cunha, a SAMRIG continuava a ter muito poder e prestígio dentro da sociedade gaúcha. Entre seus principais acionistas estava o gigante alimentar internacional *Bunge and Born* “[...] cujos moinhos, disseminados pelo país, eram responsáveis por cerca de 30% da produção nacional de farinha” (PESAVENTO, 1983, p.170).

Porém, diferente do que aconteceu com a entrada de capital estrangeiro pra o desenvolvimento da indústria frigorífica no Estado, quando toda atenção

foi focada na figura da empresa internacional, no setor de moagem a entrada ocorreu de maneira muito mais sutil. Embora contribuísse com recursos financeiros, tecnologia e experiência na área, a *Bunge and Born* raramente teve seu nome associado diretamente a SAMRIG, apesar do conhecimento geral dos industriais locais.

Seja por escolha da própria Bunge, por pressão dos demais acionistas, ou mesmo por uma estratégia de mercado para evitar relacionar a maior indústria de moagem do estado a um grupo estrangeiro, quase toda relação externa da empresa era feita por outro de seus principais acionistas: A família Chaves Barcelos, uma das mais ricas e influentes famílias da sociedade gaúcha, tendo Ismael Chaves Barcelos como diretor da empresa durante os anos 1930.

Como dito anteriormente, se a figura de Albino Cunha foi importante para a retomada da produção de trigo no Estado, a SAMRIG desempenhou papel fundamental no desenvolvimento desta cultura. Mais do que a modernizar e ampliar a produção farinha no Estado, a SAMRIG contribuiu de maneira fundamental para melhorar a qualidade e aumentar a produção de trigo no Rio Grande do Sul através de pesquisas desenvolvidas pelo seu moderno laboratório de pesquisas agrônômicas, em Porto Alegre, que colabora ativamente com nos órgãos estaduais de pesquisa agrícola:

Além dessa colaboração agrícola experimental, a Estação Experimental de Bagé mantém um permanente contato com vários laboratórios que se dedicam a pesquisas qualitativas de trigo. Destacamos entre estes especialmente o Laboratório dos Moinhos Rio-Grandenses em Porto Alegre, que fornece informações e dados analíticos quanto ao valor industrial dos nossos trigos, que servem para complementar os resultados obtidos no laboratório da própria Estação. (PIMENTEL, 1944, p. 283)

Embora a produção nacional de trigo ainda estivesse muito abaixo dos maiores produtores mundiais do cereal, como Rússia, Estados Unidos e Argentina (maior produtor sul-americano), o desenvolvimento da indústria de moagem, bem como o apoio dado pelo Estado através de incentivos financeiros e pela criação de institutos de pesquisa permitiu ao Rio Grande do Sul despontar, ainda nos anos 30, como o maior produtor de trigo do País.

De um quase total desaparecimento da cultura em meados do século XIX, o Rio Grande do Sul passa a produzir mais de 70% de todo trigo Brasileiro no final dos anos 1930 (PIMENTEL, 1944). Nessa época, 10% de toda área de lavoura do Estado estava destinada ao cultivo de trigo. Mesmo com isso, o Rio Grande do Sul, como o resto do Brasil, possuía uma grande defasagem entre o consumo e a produção de farinha. Estima-se que nesta mesma época para cada quilo de farinha produzido, a população do Estado consumia 1,4 quilos (PIMENTEL, 1944).

A disponibilidade de matéria prima era um problema não só comercial pela necessidade de importação de grandes quantidades de trigo estrangeiro, mas também por limitar drasticamente a capacidade produtiva de modernos estabelecimentos como o Moinho Rio-Grandense. Pesavento (1983) chama a atenção para o fato que SAMRIG trabalhava com capacidade ociosa, tendo em vista que sua capacidade produtiva anual era de aproximadamente 30.000 toneladas de farinha, mas produzia pouco mais de 37 toneladas. Isso significava que embora a indústria agroalimentar gaúcha fosse moderna e do mais alto nível, a disponibilidade de matéria prima era absurdamente insuficiente, de modo que se configurava como um dos principais empecilhos para um maior desenvolvimento do setor agroindustrial.

Todavia, ainda assim a situação agrícola do Rio Grande do Sul, no que se referia à produção de trigo, era muito melhor que a situação do resto do país. Podemos dizer que o Moinho Rio-Grandense, bem como outros modernos estabelecimentos da SAMRIG no Estado, eram agroindústrias de nível internacional, com uma produção muito aquém de sua capacidade, mas que estavam dentro dos padrões nacionais.

Em 1931, com o intuito de garantir a colocação do café (principal produto comercial do país) no mercado norte-americano, o governo brasileiro firma um acordo com o governo dos Estados Unidos onde se torna facilitada a importação de trigo e farinha deste país para o Brasil. Contrariados e receosos com a concorrência com o produto americano, os moageiros locais passaram a intervir junto ao governo federal a fim de garantir a competitividade em preços da farinha

nacional (PESAVENTO, 1983). No mesmo ano, eles conseguem que o governo central eleve novamente as taxas de importação sobre a farinha.

A defasagem na produção de trigo ainda era um problema, tanto que, em 1936, acabou criando um conflito entre pecuaristas e moageiros. Os pecuaristas eram contrários à exportação de farelo de trigo pelas empresas nacionais, uma vez que o produto era uma das bases da alimentação do gado. De forma a atender os interesses deste setor, o governo novamente reduziu as tarifas de importação sobre a farinha de trigo, a fim de pressionar os moageiros. Novamente insatisfeitos, os moageiros formularam um memorial demonstrando suas preocupações e descontentamento com as medidas do governo federal “[...] não apenas estava prejudicando seus interesses como também o dos agricultores de trigo, os industriais que fabricam sacos de algodão, as empresas de navegação e o próprio operariado” (PESAVENTO, 1983, p. 187). O Memorial foi entregue ao então governador do Estado, Flores da Cunha, por representantes da S.A. Moinhos Rio-Grandenses, S.A. Moinho Uruguaianense e Moinho Esperança. O movimento, que resultou na criação Junta Pró-Trigo e do Instituto do Trigo²⁰, tinha na SAMRIG uma de suas principais lideranças.

Dessa forma, já na década de 1930 a empresa se consolidava como a principal indústria produtora de derivados de trigo no Rio Grande do Sul (PESAVENTO, 1983). Essa importância veio a se acentuar ao longo das décadas seguintes, onde a disparidade entre os moinhos de pequenos proprietários e as grandes empresas de moagem tornava-se cada vez maior. Fazendo-se valer de seu maior suporte financeiro, com investimento de uma empresa multinacional e com algumas das famílias mais ricas do Estado como acionista, atrelado a extensa rede de comercialização estabelecida com a região das colônias e um maquinário de ponta importado da Alemanha (*idem*) a S.A. Moinhos Rio-Grandenses estabelecia Porto Alegre como principal polo da indústria de moagem no Rio Grande do Sul.

²⁰ Enquanto a Junta Pró-Trigo eram responsável pelo registro de produtores e pela organização de atividades em prol da valorização do cereal, o Instituto do Trigo atuava na proteção dos interesses de agricultores das indústrias nacionais do trigo, fiscalizando a importação e importação de trigo, obrigando os moinhos a utilizarem matéria prima nacional e orientando a correta produção de farinha de trigo integral.

Figura 16
Maquinário para moagem de farinha no Moinho Rio-Grandense, entre os anos 1970 e 1980.



Fonte: Acervo Centro de Memória Bunge, 2021

Figura 17
Laboratório no Moinho Rio-Grandense, entre os anos 1970 e 1980.



Fonte: Acervo Centro de Memória Bunge, 2021

Os dados da tabela a seguir, de 1937, evidenciam a discrepância produtiva e de valor econômico dos moinhos localizados no interior do Estado, para as grandes agroindústrias da capital, encabeçadas pelo Moinho Rio-Grandense:

Tabela 1 - Panorama da Indústria de Moagem do Rio Grande do Sul em 1937

Município	Nº de moinhos de trigo	Capital (em contos de reis)	Nº De operários	Força motriz (HP)	Valor de Produção (em contos de reis)
Caxias do Sul	2	2.150:000\$	18	255	3.088:000\$
Estrela	1	120:000\$	2	40	147:250\$
Guaporé	4	1.220:000\$	23	96	2.332:840\$
Ijuí	2	150:000\$	3	12	336:000\$
Júlio de Castilhos	2	48:000\$	5	33	210:000\$
Lagoa Vermelha	1	70:000\$	2	7	360:000\$
Passo Fundo	3	3.130:000\$	50	202	5.022:100\$
Piratini	1	30:000\$	2	-	35:500\$
Porto Alegre	2	16.500:000\$	353	1.379	78.213:000\$
Prata	28	1.050:000\$	42	-	344:000\$

Fonte: Adaptado de PESAVENTO (1989, p.189).²¹

Em 1978, o Moinho Rio-Grandense de Porto Alegre passa para o controle da S.A. Moinho Santista, outro grupo do setor agroindustrial associado a Bunge. A empresa inicia uma nova fase da fábrica de Porto Alegre, investindo em modernização de maquinário e ampliando a gama de produtos produzidos no complexo industrial com a construção da nova fábrica de rações. Mesmo com a mudança de gestão, a marca SAMRIG continuou muito forte e o Moinho Rio-Grandense manteve suas atividades produtivas até 2003, quando a Bunge (agora de fato comandando a unidade de Porto Alegre) transfere a fábrica para a região metropolitana de Porto Alegre, deixando o antigo moinho sem uso.

²¹ Nesta tabela foram utilizados apenas os dados referentes exclusivamente aos moinhos de trigo, sem considerar moinhos mistos (moíam mais de um cereal) ou de outras variedades agrícolas.

3 O MOINHO RIO-GRANDENSE DE PORTO ALEGRE: Um Patrimônio Cultural abandonado

Tendo estabelecido o papel fundamental da agroindústria no desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, torna-se natural que uma de suas unidades industriais mais destacadas seja de singular contribuição para a história e para a memória do Estado. Construído em 1916, em um momento chave na história do desenvolvimento industrial do Estado, o moinho carrega em si mais de um século de história atrelado não apenas às questões produtivas e econômicas, mas também às diversas questões relacionadas ao desenvolvimento urbano e arquitetônico da região.

Como patrimônio industrial, a partir do que do que foi estabelecido pela Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, TICCIH, 2003), possui uma série de valores relacionados à história, à memória, à ciência e tecnologia, à arquitetura, mas também a antropologia, à sociologia e a economia. Neste capítulo buscaremos explorar dois destes importantes valores, não por julgá-los mais ou menos importantes que os demais, mas por acreditar que a análise dos fatores que os compõem ajudam a estabelecer conexões com os demais valores associados e a gerar questionamento e debates que possibilitem o estudo, por outras pessoas em outras áreas do conhecimento, destes diversos valores intrínsecos ao Moinho Rio-Grandense.

O primeiro valor que exploraremos será o do moinho para com o desenvolvimento urbano de Porto Alegre, a partir de um olhar para o 4º Distrito. Aqui buscaremos estabelecer tanto as relações que proporcionaram o aparecimento do moinho nesta região específica da cidade, bem como o significado do moinho para a paisagem local e seu papel no desenvolvimento urbano da região.

O segundo ponto que abordaremos é o de seu valor enquanto patrimônio edificado. Embora atualmente bastante degradado e com seus anexos fortemente descaracterizados, o moinho possui ainda uma arquitetura representativa dos primórdios da indústria de características plenamente manufatureiras no Estado. Diferencia-se de muitas fábricas do período não só por seu porte, sua arquitetura funcionalista e quase inteiramente desprovida de

ornamentação, mas também pela engenhosidade dos sistemas construtivos empregados e pela tipologia diretamente atrelada à identidade industrial.

3.1 Do Moinho à cidade: o papel do Moinho Rio-Grandense como elemento de transformação urbana e social em Porto Alegre

Uma cidade pode ser estudada sob diversos pontos de vista, seja pela ótica da Sociologia, da História, da Economia, etc. Cada uma dessas abordagens possui focos específicos, e como tal, é mais ou menos eficiente em explicar diferentes aspectos que constituem um núcleo urbano. Aqui entendemos a cidade como algo criado, produzido (intencional ou não), ou seja, como um *manufacto* (ROSSI, 2016), uma obra de engenharia e/ou arquitetura produzida pelos seres humanos, que cresce no tempo e, portanto, é um produto inacabado, sempre em constante fazer e refazer.

Todavia, com o tempo a cidade cresce sobre si mesma; adquire consciência e memória de si própria. Na sua construção permanecem os motivos originários, mas ao mesmo tempo a cidade esclarece e modifica os motivos do seu próprio desenvolvimento. (ROSSI, op. Cit. p.27)

Como foi dito anteriormente, estudar a cidade como um produto das ações humanas e do tempo sobre o espaço físico e simbólico não é a única, nem tão pouco a mais completa forma de se estudar a cidade, mas “[...] constitui o ponto de vista mais concreto para encarar o problema (da cidade)” (*idem*, p. 39). Estudar a cidade como *manufacto*, como construção, é analisar seu espaço físico e a relação deste com a sociedade. A forma edificada é capaz de abrigar e transmitir, de maneira direta ou indireta, diversas questões que serão exploradas em detalhes por outras ciências, de tal modo que tal estudo da cidade pelo campo da arquitetura constitui uma abordagem autônoma do problema.

A Arquitetura, enquanto criação humana é “[...] indissociável da vida civil e da sociedade em que se manifesta” (ROSSI, 2016, p. 27). Ela é, acima de tudo, coletiva, pois a coletividade, ao mesmo tempo em que se manifesta por meio do

espaço (seja ele construído ou não), também o modifica. Ela carrega consigo histórias, sentimentos, individuais e coletivos, que ajudam a identificar e definir a identidade de um povo. Da casa dos avós, que carrega um significado coletivo importantíssimo para nosso núcleo familiar, aos grandes monumentos nacionais que carregam a identidade de uma nação. Gravamos nossa marca em nosso entorno material da mesma forma que recebemos por meio dele a marca de outros, sejam estes nossos contemporâneos ou nossos antepassados.

O espaço físico é, ao menos potencialmente, um “[...] lugar de memória” (NORA, 1993), fundamental para a formação e para a continuidade da identidade de qualquer grupo social. Para Halbwachs (1990, p. 143), “[...] não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”. Para o autor, essa qualidade dos lugares ocupados pelo grupo de tanto serem marcados, quanto de marcarem os indivíduos é o que faz com que todas as ações do grupo possam ser traduzidas em termos espaciais. Outro fator fundamental para o autor no papel do espaço físico na manutenção da memória é sua qualidade de resistir mais fortemente à passagem do tempo e de ajudar a conservar certos hábitos diretamente relacionados à identidade de cada local:

Sem dúvida, a diferenciação de uma cidade resulta na origem de uma diversidade de funções e costumes sociais; mas, enquanto o grupo evolui, a cidade, em seu aspecto exterior, muda mais lentamente. Os hábitos locais resistem às forças que tendem a transformá-los, e essa resistência permite perceber melhor até que ponto, em tais grupos, a memória coletiva tem seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais. Com efeito, as cidades se transformam no curso da história. (HALBWACHS, 1990, p. 136)

Um grande exemplo desta associação entre a memória, os costumes e a cidade está justamente no uso dos espaços. Quantos exemplos podem citar, em nossas cidades, de ruas, bairros ou regiões inteiras que concentram funções muito específicas e diretamente ligadas àquele lugar? Muitas vezes funções econômicas e sociais que só se mantêm ali “em virtude da força do hábito” (*idem*, p. 138). Veremos, mais adiante, como essas funções persistem na cidade, mesmo quando perdem sua função ou seu público se modifica. Mas cada um de nós, independente da cidade onde mora, facilmente consegue identificar em seu

entorno lugares que há tempos carregam uma função e uma identidade a partir de um uso específico.

Sempre há a rua dos livreiros, a rua das farmácias, a rua dos bancos, a rua das padarias, e os bairros industriais como é o nosso caso do 4 Distrito. E mesmo quando esta função desaparece, quase sempre deixa alguma marca na cidade. Lembremo-nos do capítulo anterior e como os moinhos e azenhas, depois de mais de dois séculos, ainda tem sua marca em Porto Alegre pelo menos no nome dos respectivos bairros. São fragmentos da memória perpetuados no tempo pelo espaço da cidade.

Essa qualidade do espaço de conservar, ao longo dos anos, ideias e mesmo modos de se utilizar o espaço também é explorado por Lavedan (1926) quando fala sobre a “lei da persistência da planta”, onde os elementos do espaço urbano (edifícios, ruas, etc.) que persistem na cidade ajudam a entender a morfologia da cidade atual a partir da conexão que estes estabelecem com a morfologia urbana de tempos passados aos quais representam.

Em uma cidade, há certos elementos arquitetônicos que são catalisadores de seu desenvolvimento urbano. A dinâmica das cidades faz com que sua estrutura urbana tenha uma maior tendência para a transformação, ou adaptação as necessidades da população, do que para a conservação. Assim, os elementos que se mantêm são fundamentais para compreender a dinâmica em si. Não são, porém, pontos isolados que, sozinhos, modificam a paisagem de um local, mas sim elementos que, compondo um conjunto com outros elementos de natureza semelhante, tornam-se parte importante da história e da identidade de uma cidade e norteiam seu desenvolvimento ao longo dos anos. Para Aldo Rossi (2016), estes são os “fatos urbanos”: edifícios, isolados ou em conjunto, mas também ruas, bairros, lugares de maneira geral.

Produtos da coletividade que carregam significados, sentimentos e memórias. Conceituar um fato urbano é uma tarefa complexa, uma vez que ele “será sempre diferente do tipo de conhecimento de quem vive aquele mesmo fato” (*idem*, p. 43), de modo que dar-lhe uma definição exata é também limitar sua relevância a um único aspecto dos vários que o compõem. Sua importância reside muito mais na análise que se faz dele, do que de seu significado em si.

Sua natureza, no entanto, é muito semelhante à de uma obra de arte, como uma construção na matéria que é, ao mesmo tempo, condicionante e condicionada pelo entorno.

Concentramo-nos aqui no edifício como fato urbano, uma vez que entendemos a cidade com um todo formado por partes, sendo a arquitetura a parte de mais fácil constatação pela sua natureza material. “Assim como as paredes, as colunas, etc., são os elementos que compõem os edifícios também os edifícios são os elementos que compõem as cidades” (DURAND, 1802-1805 *apud*. ROSSI, 2016, p.47)²². Para entender a dinâmica dos fatos urbanos dentro da cidade é importante entender antes o conceito de “permanência” proposto por Marcelle Poëte (*apud*. ROSSI, 2016, p. 69). Certos elementos urbanos (ou fatos) permanecem na cidade ao longo dos anos, seja fisicamente (dotados de vitalidade contínua), ou como marcas de algo que se perdeu, mas permanece no lugar como um sinal do que já não é mais.

As permanências são responsáveis por manter coesa certas estruturas dentro da cidade. Tais permanências podem ser elementos propulsores, quando integrados à vida da cidade e acumulando funções condizentes com o cotidiano, mas também podem ser elementos patológicos quando estão isolados na cidade e não admitem mudanças para que se possa manter seu significado. Frequentemente um mesmo fato urbano pode transitar entre elemento propulsor e elemento patológico a partir da maneira que o encaramos e do uso que lhe damos. Uma casa-museu pode ser convertida em parte integrante de um museu de território; ruínas de uma antiga construção podem ser integradas a um parque. **Antigas indústrias abandonadas podem ser convertidas para novos usos e integrar o percurso cultural da cidade.**²³

É importante frisar que tanto permanências propulsoras quanto permanências patológicas são partes indissociáveis da cidade pois ambas são partes fundamentais de um todo que é a cidade. Percebe-se, no antigo distrito industrial de Porto Alegre, um forte caráter de permanência patológica, uma vez

²² No original em francês “*De même que les murs, les colonnes, etc., sont les éléments dont se composent les édifices de même les édifices sont les éléments dont se composent les villes*”.
Tradução livre nossa.

²³ Grifo nosso.

que é um fato urbano representativo de uma função que já não existe mais (ao menos da maneira como costumava ser). Todavia, apagar este fato urbano seria destituir a cidade de uma importante parte de sua história e de um elemento fundamental que ajuda a entender as dinâmicas atuais de seus espaços urbanos.

Passemos então ao fato urbano central desta pesquisa: O Moinho Rio-Grandense. Sua arquitetura, que mesmo em um contexto de forte identidade industrial, consegue destacar-se, bem como sua histórica importância econômica e social e sua localização em uma das mais antigas e importantes vias da cidade conferem ao moinho um inestimável valor como Referencial Urbano para a cidade de Porto Alegre. Como fato urbano, poderíamos classificá-lo como tal apenas por sua persistência dentro da cidade, como um elemento histórico da cidade. Porém, essa única qualidade por si só não sustentaria toda uma pesquisa e também negligenciaria uma série de questões pertinentes ao moinho que precisam ser exploradas. Partindo deste ponto, visando analisar os principais aspectos do Moinho Rio-Grandense enquanto fato urbano, podemos interpretá-lo de duas formas: como parte integrante e fundamental de um fato urbano maior e complexo, mas também como fato urbano em si próprio. Ambas as abordagens necessitam ter um conhecimento prévio sobre o contexto ao qual o moinho está inserido.

A primeira interpretação encara o Moinho como parte fundamental de um fato urbano maior e mais complexo: o 4º Distrito. Essa interpretação vai ao encontro da teoria de Rossi (2016) que visualiza nos fatos urbanos uma qualidade de condicionar e ser condicionado e também da necessidade de se encarar o fato urbano em sua totalidade, como um todo formado por partes:

Creemos, pelo contrário, que o todo seja mais importante do que cada uma das partes; e que apenas o facto urbano na sua totalidade, logo também o sistema viário e a topografia urbana até as coisas que se podem apreender passeando para um lado e para outro de uma rua, constitua esta totalidade. (ROSSI, 2016, p.47)

Para entender a natureza do Moinho Rio-Grandense enquanto parte de fato urbano que compreende toda uma região da cidade, se torna necessário antes estabelecer seu lugar dentro da evolução urbana de Porto Alegre. A ocupação da região atualmente conhecida como 4º Distrito tem início a partir da abertura da atual Rua Voluntários da Pátria. Segundo Franco (2018), o governo da Capitania havia ordenado, em 1806, a abertura de uma via, a partir da Praça do Paraíso (atualmente Praça XV de Novembro) que seguiria a margem norte do Guaíba. Até aquele momento, a região era um ermo de mata espessa “aonde só iam as lavadeiras, aguadeiras e alguns que mais ousados queriam embrenhar-se pelo mato” (CORUJA *apud*. MATTAR, 2001, p. 25).

A nova estrada, ou caminho, recebeu a denominação popular de Caminho Novo, nome que se manteve até 1870. Os arrabaldes só viriam posteriormente, mas desde esta época Porto Alegre começa organizar sua estrutura urbana em torno de radiais. É a partir do Caminho Novo, também, que Porto Alegre começa sua expansão urbana. Não tardou para que a região se tornasse um dos principais recantos para quem busca a tranquilidade e o contato com a natureza. Ao mesmo tempo, a estrada tornou-se uma das principais vias de acesso a Porto Alegre, conectando a cidade à região da Vila do Gravataí e, posteriormente, às colônias alemãs e italianas.

Uma das primeiras construções de uso comum na região mais ao norte do Caminho Novo seria a capela em homenagem a Nossa Senhora dos Navegantes. Segundo Licht (1996), em 1875, Dona Margarida Teixeira de Paiva, integrante da elite luso-brasileira da cidade, doou um terreno para construção de uma capela em homenagem a santa, no local onde atualmente encontra-se a atual Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes (construída entre os anos 1910 e 1930).

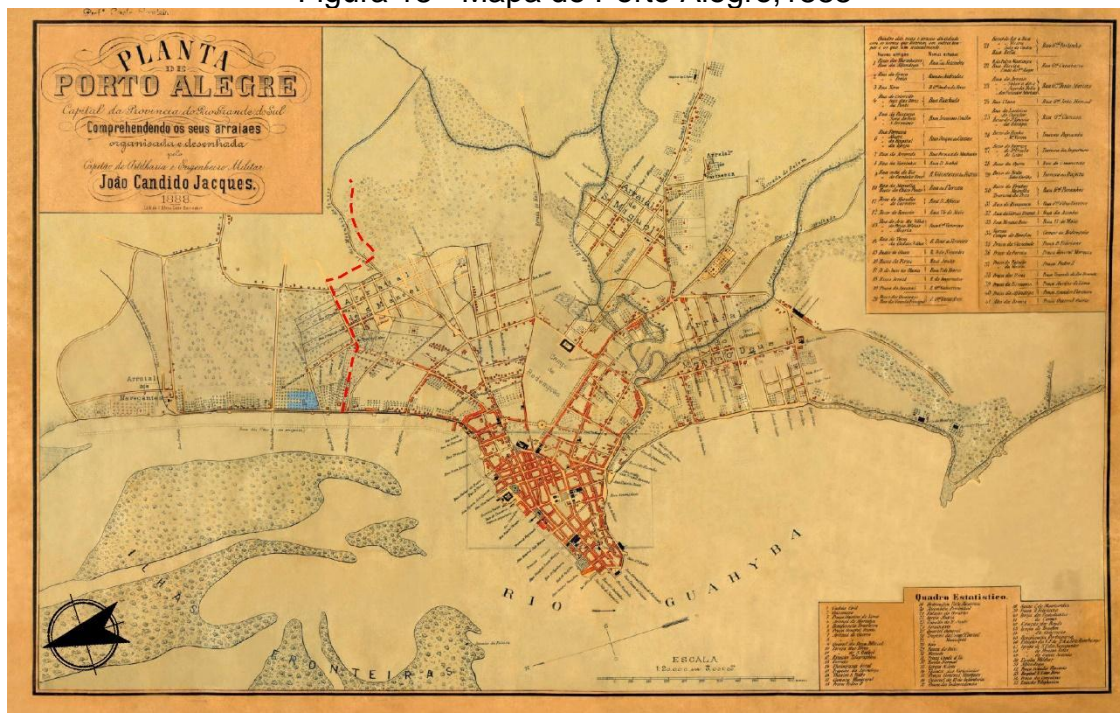
Era o princípio do arrabalde dos Navegantes, muito embora ainda bastante desconectado do núcleo urbano da cidade. Na mesma época, como vimos, começa a construção da estrada de ferro junto ao Caminho Novo (agora já Rua Voluntários da Pátria) e a chegada da segunda grande leva de imigrantes europeus, sobretudo italianos, a partir de 1875.

Ao longo do século XIX, vários trapiches e docas para embarque e desembarque de pessoas e produtos foram construídos ao longo da margem norte do Guaíba, paralela à Rua Voluntários da Pátria. Segundo Macedo (1999) ali ocorria o embarque dos colonos que seguiam por vias fluviais até São Leopoldo e, posteriormente, para a colônia de Caxias. Muitos destes imigrantes, sobretudo pequenos artesãos e trabalhadores urbanos, acabaram por se estabelecer ali mesmo, formando um princípio de aglomerado urbano “[...] que acabaria por causar alterações no então caminho das chácaras” (MATTAR, 2001, p. 40-41).

Segundo Pimentel (1945), os primeiros caminhos perpendiculares à Voluntários da Pátria na região que viria a ser o arrabalde de Navegantes seriam abertos entre 1880 e 1890, em especial a Rua São Pedro. Ainda segundo o autor, “[...] implantou-se em toda a região um arruamento em ‘tabuleiro de damas’, com quarteirões bastante diminutos e excessivo espaço viário” (*idem*, p. 47). Todavia, nessa época ainda persistem muitas quadras com dimensões que representavam os limites das antigas chácaras, sobretudo na região mais próxima ao Centro, no que hoje são os bairros Floresta e São Geraldo.

Marcado em azul na figura 18, o local onde hoje encontra-se o Moinho Rio-Grandense, ainda sem a demarcação das ruas que conformariam o quarteirão. A norte da linha vermelha tracejada encontra-se a região que futuramente seria o 4º Distrito. Para melhor visualização, ver Anexo 2.

Figura 18 - Mapa de Porto Alegre, 1888



Fonte: IHGRGS. 2021. Marcação do Autor.

Ao analisarmos o mapa de 1888 (fig. 18), um dos primeiros a retratar a região que viria a ser o 4º Distrito, podemos perceber que, embora já apareçam as principais vias da região, a subdivisão das quadras ainda não estava implantada, com as construções concentradas ao longo da Rua Voluntários da Pátria. Entre elas estavam algumas oficinas que seriam o embrião das futuras fábricas que ali se estabeleceriam, que já começam a aparecer ainda na década de 1870, como as fundições Becker e Berta (MIRANDA, 2003).

Em 1892 é fundada a Companhia Territorial Porto Alegrense, com objetivo principal de comprar e lotear terrenos, sobretudo na Zona Norte da cidade (STROHAECKER, 2005). Em 1895 a empresa é responsável pelo loteamento das antigas áreas das chácaras dos arrabaldes de Navegantes e São João, comercializando lotes “[...] destinados às classes operárias, principalmente imigrantes (italianos, alemães e poloneses), que procuravam residir nas proximidades das fábricas” (*idem*. n.p.). A modificação do espaço urbano na então periferia de Porto Alegre torna-se evidente ao compararmos o mapa de 1888 com o mapa abaixo, de 1896 (fig. 19). Marcado em vermelho, o local onde hoje encontra-se o Moinho Rio-Grandense, ainda sem a demarcação das ruas

que conformariam o quarteirão. A norte da linha vermelha tracejada encontra-se a região que futuramente seria o 4º Distrito. Para melhor visualização, ver Anexo 2.

Figura 19 - Mapa de Porto Alegre, 1896



Fonte: IHGRGS. 2021. Marcação do Autor.

Essa configuração de espaço e a morfologia urbana do local permanecem mais ou menos inalteradas até a década de 1910, como pode ser visto no mapa de 1906 (fig. 20). Destaca-se a região ainda sem loteamento demarcada pela Rua Voluntários da Pátria (vermelho) e pelas atuais Avenida São Pedro (verde), Avenida Presidente Roosevelt e Rua Visconde de Rio Branco (rosa), Avenida Cristóvão Colombo (azul) e Rua Barros Cassal (roxo), com a futura quadra do moinho marcada em azul. A norte da linha vermelha tracejada encontra-se a região que futuramente seria o 4º Distrito. Toda a área conformada pela Rua Voluntários da Pátria e pelas atuais Avenidas São Pedro, Presidente Roosevelt e Cristóvão Colombo, e pelas ruas Visconde de Rio Branco e Barros Cassal ainda era marcada pelos grandes lotes e construções concentradas nas vias de maior fluxo. É só entre 1910 e 1911 que se desenha o contorno da atual quadra

onde hoje se encontra o Moinho Rio-Grandense, com a abertura das ruas Moura Azevedo e Conselheiro Camargo (FRANCO, 2018).

Figura 20 - Mapa de Porto Alegre, 1906



Fonte: IHGRGS. 2021. Marcação do Autor.

É também durante a primeira década do século XX que Porto Alegre vivencia um grande aumento populacional, segundo dados apresentados por Paiva (1942). De 1900 a 1910 a população da cidade quase dobrou, passando de 73.274 (65.000 nos dados modificados por Paiva), para 130.227 (110.000). Tal intensidade de crescimento seguirá até o início da década de 1920. Paiva (*idem*) atribui tal crescimento ao “desenvolvimento comercial e industrial e o desenvolvimento dos sistemas de transporte” (*idem*. p.24).

Em sua passagem pela cidade, em 1904, o jornalista Italiano Vittorio Buccelli (2016) destaca ainda a Rua Voluntários da Pátria como “[...] uma das mais interessantes da Capital” (BUCCELLI, 2016, p. 105) por concentrar, na região próxima ao centro, uma série de comércios e casas de exportação, além da sede das empresas da região colonial do Estado, mas também por ser o “[...] centro do movimento industrial da cidade, que conta com grande número de

estabelecimentos importantíssimos, de fábricas de máquinas, de cervejas, móveis, tecidos, pregos, gravatas, espartilhos, etc. (*ibidem*). O relato de Buccelli é de suma importância, pois evidencia, já nessa época, um acentuado desenvolvimento industrial da cidade a partir do eixo da Voluntários da Pátria. Todavia, a partir deste relato também é possível notar que, embora o núcleo produtivo já começasse a se estabelecer, arquitetonicamente as fábricas deste período ainda não se diferenciavam muito das construções simples dos anos anteriores que caracterizavam a paisagem local. O relato a seguir demonstra a simplicidade da paisagem local ao falar, mais uma vez, da Voluntários da Pátria:

Outra vez rua, agradou-nos seguir a pé até o fim da linha; um passeio prazerosíssimo, que se faz por um par de quilômetros entre a estrada de ferro e a margem do Guaíba, cuja vista é continuamente interrompida por estabelecimentos industriais que surgem sobre sua beira com uma longa fila de chaminés; construções simples e sem luxo, mas que respondem plenamente ao fim para o qual foram feitas. (BUCCELLI, 2016, p. 110).

As primeiras fábricas a surgir da região, embora possuíssem potencial de fato urbano pela sua história e pelo papel que desempenharam no desenvolvimento da cidade, arquitetonicamente seguiam um padrão herdado dos armazéns e oficinas artesanais do século passado. Essas fábricas, segundo Miranda (2003, p. 64) eram “[...] na grande maioria, partidos de pavilhão único em alvenaria e terçamento em madeira”, quase sempre com apenas uma linha interna de pilares também em madeira, que acabava por configurar “partidos térreos e longos, muitas vezes conectando-se à estrada de ferro e à rua” (*ibidem*).

Essa configuração de espaço era comum até nas mais importantes e modernas fábricas da época, como a fundição *E. Berta & Cia.* (figura 21 e 22), de Alberto Bins, que recebeu especial destaque nos relatos de Buccelli (2016), considerada “[...] entre os principais da América do Sul” (*idem*, p. 106). As fábricas eram quase sempre pavilhões únicos, com produção em linha ou, no caso de indústrias de maior porte como a FIATECI, múltiplos pavilhões, cada um abrigando uma função distinta. Nas edificações localizadas junto à rua Voluntários da Pátria era comum que a implantação fosse dividida em duas

partes: na parte superior da rua ficava a área produtiva propriamente dita, enquanto na extremidade junto ao Guaíba localizavam-se os depósitos e os trapiches onde os barcos ficavam atracados os barcos responsáveis pelo escoamento da produção, com a ferrovia perpendicularmente a estes dois blocos.

Figura 21

Fachada Fundição E. Berta e Cia, 1904



Fonte: BUCCELLI, 2016, p. 114

Figura 22

Interior da Fundição E. Berta e Cia, 1904



Fonte: BUCCELLI, 2016, p. 115

Poucas eram as indústrias que rompiam esta tipologia. Destaca-se a Cervejaria Bopp, construída entre 1910 e 1913 na Avenida Cristóvão Colombo, e que utilizava uma estrutura interna de concreto armado e terçamento do telhado em metal para vencer grandes vãos e verticalizar seus espaços, chegando a 17 metros de altura. Embora o projeto da cervejaria trouxesse uma série de inovações tecnológicas e de utilização do espaço, esteticamente pouco se diferenciava do padrão da arquitetura eclética que caracterizava a maioria dos prédios da época.

Assim, o Moinho Rio-Grandense enquanto parte do fato urbano que é o antigo distrito industrial da cidade tem sua importância maximizada justamente por ser uma das primeiras construções tipicamente industriais a romper com o padrão arquitetônico da época e por estar historicamente localizado no momento de consolidação da estrutura urbana do que viria a ser o 4º Distrito. No mapa a seguir (fig. 23), de 1916, justamente o ano de construção do Moinho, já podemos ver uma configuração urbana muito mais próxima da atual, com a quadra onde encontra-se o Moinho já completamente demarcada. Neste mapa também já podemos ver uma

subdivisão da cidade em distritos, com o 4º Distrito já correspondendo a boa parte do setor industrial de Porto Alegre ainda em formação. Percebe-se aqui já aqui bem claramente a quadra em formato de “U” onde está o Moinho Rio-Grandense (azul) e também a demarcação dos distritos.

Figura 23 - Mapa de Porto Alegre, 1916



Fonte: IHGRGS. 2021. Marcação do Autor.

A delimitação por distritos, segundo Mattar (2010), remonta ao ano de 1892. Em dezembro deste ano foi assinado pelo então intendente Alfredo Augusto de Azevedo o Ato nº. 7, dividindo a cidade em 6 distritos. Na época “[...] a área correspondente ao 4º Distrito tinha uma delimitação muito abrangente, contendo espaços que hoje pertencem a outros bairros” (idem. p. 44). Em 1927 a cidade passa por uma nova retificação dos seus limites, com uma nova classificação e subdivisão por zonas, distritos e seções. Porto Alegre passa então a ter oito distritos, como o 4º Distrito sendo delimitado desta forma:

Limitado pelo littoral, a partir da rua Almirante Barroso até o rio Gravatahy; por este rio até encontrar o Arroio Feijó; seguindo por este até o Passo do Dornelles; d'ahi e seguindo as divisas com o Município de Viamão até o Passo do Sabão; pelo Arroio do mesmo nome até encontrar a divisa do terceiro districto; por esta, constituída pelo becco do Felizardo, Estrada do Capitão Montanha, rua Carlos Gomes, Estrada da Pedreira, ruas Bordini, Christovan Colombo e Almirante Barroso até o litoral. (PORTO ALEGRE, 1927, p. 48)

Guido Mondim (1987) defende que o 4º Distrito adquiriria uma identidade própria, intimamente associada aos arrabaldes de Navegantes e São João, mas que também transcendia os limites físicos destes dois, possuindo um forte significado sentimental para os moradores. Para o autor:

São João e Navegantes eram o que entendíamos então por 4º. Distrito - e que queríamos como um arrabalde só. Na memória dos remanescentes ainda é assim. Contudo, São João ficou mais longe do São João de que vou contar histórias, pois ele é hoje São Geraldo. Navegantes era só Navegantes, nele incluindo-se o que agora é também um bairro - a vila Dona Teodora. (MONDIM, 1987, p. 14)

Com o loteamento das áreas das antigas chácaras e a inclusão das até então regiões periféricas ao traçado urbano da cidade, as décadas de 1910 e 1920 foram preponderantes para o desenvolvimento de Porto Alegre. O Crescimento populacional visto na primeira década do Século XX mantém-se durante a década de 1910, segundo dados apresentados por Paiva (1942).

Entre 1910 e 1920 a capital passa de 110.000 para 190.000 habitantes, crescimento justificado principalmente pela melhora nas condições de vida que fez aumentar o número de nascimentos em relação ao número de óbitos e pela chegada “[...] em diversas etapas históricas, de muitos imigrantes” (idem. p. 26).

Assim, ao analisarmos a cidade hoje, sob o ponto de vista histórico e do desenvolvimento urbano, visualizamos nas indústrias desse período que persistiram, um verdadeiro potencial de fato urbano por terem sido elementos fundamentais para o desenvolvimento da cidade.

Miranda (2003) destaca os anos de 1915 a 1930 como período de “Impulso” da indústria local, como o estabelecimento de algumas das principais empresas que dominariam o mercado ao longo da primeira metade do século XX. Segundo a autora, o período da Primeira Guerra Mundial foi preponderante para o surgimento destas indústrias, tendo em vista que a “[...] dificuldade de importação durante o conflito

demonstrou a dependência do setor industrial brasileiro com relação ao mercado externo, provocando uma reorganização do setor” (MIRANDA, 2003, p. 84).

Se os primeiros anos de industrialização do Estado contaram com uma arquitetura simples e funcional, mas que em essência seguia os mesmos princípios da arquitetura comercial, de forma pouco especializada, o período do Impulso demonstra uma clara preocupação na construção de unidades de concepção industrial elaboradas desde a parte do projeto. Vemos projetos inteiramente importados de países já com tradição industrial, como no caso do Moinho Rio-Grandense (vindo da Inglaterra), mas também projetos concebidos por grandes nomes da arquitetura local, como a Cervejaria Bopp e o Moinho Porto-Alegrense, projetados por Theodor Wiederspahn.

A região do 4º Distrito, que até o início do século era este espaço de lazer rodeado de natureza, logo passou a ser um dos maiores centros urbanos da cidade. O mapa abaixo, elaborado a partir de dados apresentados por Paiva (1942), demonstra a densidade populacional no território do município no início dos anos 1940 (fig. 24). Podemos ver que, apesar da distribuição da população por quase toda área do município, as áreas de maior densidade encontravam-se no centro (pela antiguidade e concentração de comércios e serviços) e no 4º Distrito. Nota-se, no 4º Distrito a presença de vários pequenos núcleos bastante densificados (de 200 a 599 habitantes por Hectare. Para uma melhor visualização, ver mapa ampliado no apêndice A.

Figura 24 – Mapa de densidade populacional por hectare em Porto Alegre, 1942



Fonte: Desenho do Autor, 2021. Desenhado a partir de mapa originalmente publicado em Paiva (1942, n.p.)

Durante esse período também se estabelece o 4º Distrito como distrito industrial da cidade. O mapa abaixo (fig. 25), também elaborado segundo dados expostos por Paiva (1942), demonstram a concentração de indústria de médio e grande porte na região. Embora pequenas oficinas pudessem ser encontradas por quase todo território do município, as grandes fábricas concentravam-se quase exclusivamente às margens da Rua Voluntários da Pátria, em vermelho, e da atual Cristóvão Colombo, em azul.

Figura 25 – Mapa de Concentração de Indústrias em Porto Alegre, 1942



Fonte: Desenho do Autor, 2021. Desenhado a partir de mapa originalmente publicado em Paiva (1942, n.p.)

A título de comparação, a Fig. 26 mostra um mapa de distribuição da atividade comercial na cidade no mesmo período. Aqui podemos perceber uma clara concentração desta atividade na região central. Observe-se a distribuição de comércios na cidade e a concentração dessa atividade no Centro. Para uma melhor visualização, ver mapa ampliado no apêndice A.

Figura 26 – Mapa de Concentração de Comércios em Porto Alegre, 1942



Fonte: Desenho do Autor, 2021 a partir de mapa originalmente publicado em Paiva (1942, n.p.)

Os dois mapas acima nos permitem ter um melhor entendimento da dinâmica da cidade. Enquanto o Centro, bairro mais antigo e já bastante consolidado e de onde partiam e chegavam todos os meios de transporte (trens, bondes, embarcações, etc.) consolida-se como polo comercial da cidade, a indústria, como contraponto, estabeleceu-se no 4º Distrito, explicando a grande densidade de moradores nessas duas regiões. Porém, talvez o dado mais fundamental para entender a importância da indústria e do 4º Distrito para o desenvolvimento da cidade venha da análise do mapa que demonstra a densidade de trabalhadores por hectare no território do município (fig. 27). Enquanto as moradias distribuem-se por quase todo território do município, percebe-se neste mapa a concentração dos postos de trabalho na região Central (principalmente) e no 4º Distrito.

Vimos como a população distribuía-se, no início dos anos 1940, de maneira mais ou menos homogênea por todo município, com pontos de maior densidade próximo às áreas de concentração de comércio e indústria. Porém, ao analisarmos o citado mapa de densidade de trabalhadores, percebemos a esmagadora concentração de pontos de trabalho na região do Centro e do 4º Distrito. Vimos como Porto Alegre desenvolveu-se a partir do centro, ao ponto que até meados do século XIX as demais regiões do atual território do município mal eram retratadas nos mapas.

Assim sendo, com o desenvolvimento tanto da cidade, como do setor industrial a partir do 4º Distrito, vemos na indústria a atividade responsável por absorver (ou até mesmo por atrair) a grande maioria das massas de trabalhadores provenientes do crescimento populacional que a cidade registrou na primeira metade do século XX.

Figura 27 – Mapa de densidade de trabalhadores por hectare em Porto Alegre, 1942



Fonte: Fonte: Desenho do Autor, 2021. Desenhado a partir de mapa originalmente publicado em Paiva (1942, n.p.)

Esta vinculação entre o desenvolvimento urbano e a indústria pode ser facilmente verificada ao analisarmos também o processo de decadência do 4º Distrito. Há uma ideia geral de que a saída das indústrias da região em direção às cidades vizinhas foi o principal motivo da rápida degradação de seu antigo distrito industrial. Porém, essa questão se desenvolve de maneira muito mais complexa, de modo que causa e consequência um pouco que se confundem neste processo de abandono do 4º Distrito. Com a crescente participação do setor industrial na economia nacional como um todo, vemos, em diversas cidades brasileiras, a indústria passando a ocupar um papel central dentro da dinâmica das cidades, atraindo investimentos públicos e privados para melhoramento de seu entorno e alterando antigas estruturas de seus traçados urbanos.

Com a conclusão da Ponte do Guaíba, em 1958, a cidade ganha um novo e importante acesso, deslocando parte de seus fluxos de entrada, que antes aconteciam exclusivamente por portos ou ferrovias, para a região da Avenida Sertório, no sentido leste, diminuindo um pouco a importância do eixo Navegantes-Centro através da rua Voluntários da Pátria. A questão da nova ponte também tem impacto direto na vida dos moradores. Para Kiefer (*apud* MATTAR, 2010, p.312) “a travessia integra-se pouco à vida do bairro”, rompendo uma relação íntima do pedestre com a rua a partir da criação de pistas muito largas, travessias inseguras e de foco exclusivamente nos veículos.

Paralelamente a isso, o Plano Diretor de 1959 desempenha papel fundamental na mudança das dinâmicas da cidade e do 4º Distrito. A região, que apesar da eminente vocação industrial, caracterizava-se por um uso bastante diversificado, com residências e comércios que atendiam aos trabalhadores das fábricas, a partir do Plano de 1959 assume uma função quase que exclusivamente industrial, “incentivando ou proibindo a localização de certas atividades nos seus diversos setores” (MATTAR, 2010, p. 313).

Weimer (2004a) identifica no zoneamento rígido imposto pelo Plano de 1959 um dos principais causadores do esvaziamento do 4º Distrito, com a perda não somente de unidades industriais, mas também de boa parte de sua vocação residencial. Segundo o autor, as rígidas restrições impostas pelo plano impediam a ampliação das fábricas num de seus momentos de maior desenvolvimento, forçando-as a “[...] fechar suas portas e se reassentar noutras áreas, preferencialmente em municípios periféricos, onde estariam a salvo dos desmandos do plano” (WEIMER, op. Cit., p.202). Isso acarretou um grande aumento nas despesas com transporte de seus funcionários, que acabou forçando muitos destes também a se mudarem para próximo das fábricas. A situação tende a se agravar nos anos 1960, como demonstra Mattar (2010, p. 314):

Desta forma, aproximadamente após os anos 60, o uso residencial 687 entrou em processo de estagnação e descaracterização, modificando-se o conteúdo social da área, que, com a introdução de outras atividades, acabou sofrendo grandes transformações físicas, como o exemplo das transportadoras, que prejudicaram o sistema circulatório daquelas ruas.

Como salienta Mattar (*idem*), o aparecimento das transportadoras, estimuladas pela nova ponte e pela construção da BR-116, foi outro fator que contribuiu para a piora da qualidade do espaço urbano do 4º Distrito. Esse ônus, todavia, acaba sendo imposto duas vezes e de maneiras distintas. Se o estabelecimento dessas transportadoras acaba por piorar os fluxos da região e contribuir para a destruição de uma parcela significativa de seu patrimônio edificado para a *construção* de grandes estacionamentos para os caminhões, a construção do Porto Seco²⁴, em 1980, fez boa parte dessas empresas abandonarem a região, culminando no aparecimento de diversos vazios urbanos.

Mais do que a vinculação à indústria, parte da identidade fundamental do 4º Distrito foi formada a partir dos diversos usos que se estabeleceram ao redor destas fábricas. Esta não era uma região apenas de fábricas, mas também de casas, comércios, clubes sociais, etc., como demonstra Mattar (2010, p.18):

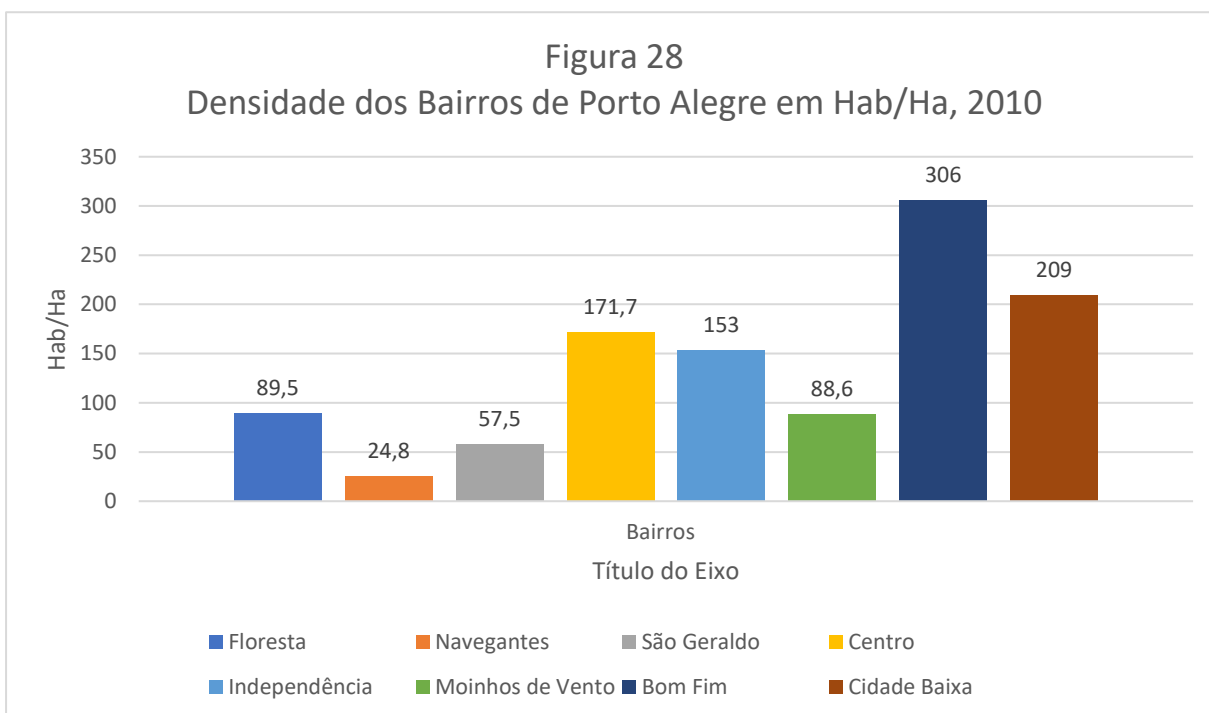
A concentração de trabalhadores e a usual proximidade entre moradia e trabalho gerou um lugar miscigenado, não somente nos seus aspectos humanos, isto é, nos relativos à população e suas formas de sociabilidade, mas também no físico, através do desenvolvimento de várias tipologias arquitetônicas.

Desta forma, não apenas a saída das indústrias locais culminou no processo de degradação da região, mas, sobretudo, a perda de sua qualidade de espaço plurifuncional ao transformar-se numa zona de vazios urbanos com pouco foco em habitações e pouco ou nenhum uso cultural (realidade que começa a mudar). Assim, o 4º Distrito justifica sua importância como fato urbano, uma vez que a atividade industrial ali empreendida pode ser relacionada tanto ao crescimento da região, como a sua degradação.

O gráfico abaixo (fig. 28) demonstra a disparidade, em termos de densidade populacional, entre os três bairros que compõem o 4º Distrito e outros cinco bairros vizinhos contemporâneos destes três primeiros. Ressalto aqui que apenas parte do bairro Floresta pertencia ao 4º Distrito, de modo que boa parte deste manteve seu uso residencial ao longo do século XX. Nota-se, a partir da análise do gráfico, certa

²⁴ O Complexo Logístico do Porto Seco, construído em 1980, fica localizado na zona nordeste de Porto Alegre, próxima à divisa com o município de Alvorada, e concentra boa parte das empresas de transporte localizadas na cidade.

semelhança em termos de densidade entre Moinhos de Vento e Floresta. Estes dois bairros estão conectados diretamente, porém destaque que atualmente o Moinhos é um dos bairros mais nobres da cidade, enquanto Floresta é um bairro de classe média.



Fonte: Gráfico do Autor, 2021. Dados obtidos a partir de Observapoa (2011).

É importante ressaltar, todavia, que, segundo Rossi (2016), entender a dinâmica da cidade pela lógica das áreas residenciais é um trabalho contraproducente, uma vez que o modo de se viver de uma sociedade dentro do espaço da residência muda muito lentamente ao passar dos anos, em comparação com os demais aspectos da vida urbana. Logo torna-se fundamental balizar nossa análise a partir do estudo daquilo que Rossi (*idem*) denomina elementos primários:

[...] são aqueles elementos capazes de acelerar o processo de urbanização de uma cidade e, relacionando-os com um território mais vasto, são elementos caracterizadores dos processos de transformação espacial do território. Atuam frequentemente como catalisadores. Originariamente, a sua presença apenas se pode identificar com uma função (e neste caso coincidem com as atividades fixas), mas depressa ascendem a um valor mais significativo. (ROSSI, 2016, p. 111)

Com isso podemos dizer que as indústrias que permanecem no 4º Distrito cumprem essa função de elementos primários, uma vez que "[...] participam da evolução da cidade no tempo" (ROSSI, 2016, p. 109). Mais do que isso, são representativas de uma memória ligada a um importante período histórico da cidade, quando muito de sua identidade atual foi construída. São patrimônios da cidade não só pela sua antiguidade ou por seu valor arquitetônico, mas também por ser basicamente o que restou de uma pluralidade de identidades que vão pouco a pouco se perdendo.

Tendo estabelecido o papel que essas indústrias desempenharam na constituição do 4º Distrito como fato urbano, podemos passar então à segunda interpretação que se faz do Moinho Rio-Grandense: o moinho enquanto fato urbano por si só, como elemento primário na dinâmica do espaço urbano. É importante salientar, todavia, que nenhum fato urbano pode ser analisado de maneira isolada, desconectado de seu entorno. É da união destes elementos primários com as áreas ao redor, bem como da relação destes com as demais permanências e persistências presentes no espaço urbano que se constitui a estrutura física da cidade. A proposição que fazemos aqui é a do reconhecimento da importância singular do Moinho *para o conjunto* e não *independentemente* dele.

O Moinho Rio-Grandense é uma marca histórica do apogeu da agroindústria na cidade. Ele carrega em si diversas memórias importantes para a região vinculadas são só as questões econômicas, como também a importantes questões sociais. Foi palco das maiores greves de operário da cidade na primeira metade do século XX, incluindo a primeira Greve Geral da cidade, em julho de 1917, que paralisou Porto Alegre quase que completamente por cinco dias (SILVA JUNIOR, 1996). Os 150 trabalhadores do Moinho paralisaram suas atividades durante a greve, deixando evidente para toda sociedade porto-alegrense a insatisfação dos operários com as péssimas condições de trabalho (PESAVENTO, 1983).

O conflito foi a primeira ação prática em busca de direitos trabalhistas e foi fundamental para dar voz aos trabalhadores gaúchos, que alcançaram, através da mediação do Estado, um aumento salarial (PESAVENTO, 1983).

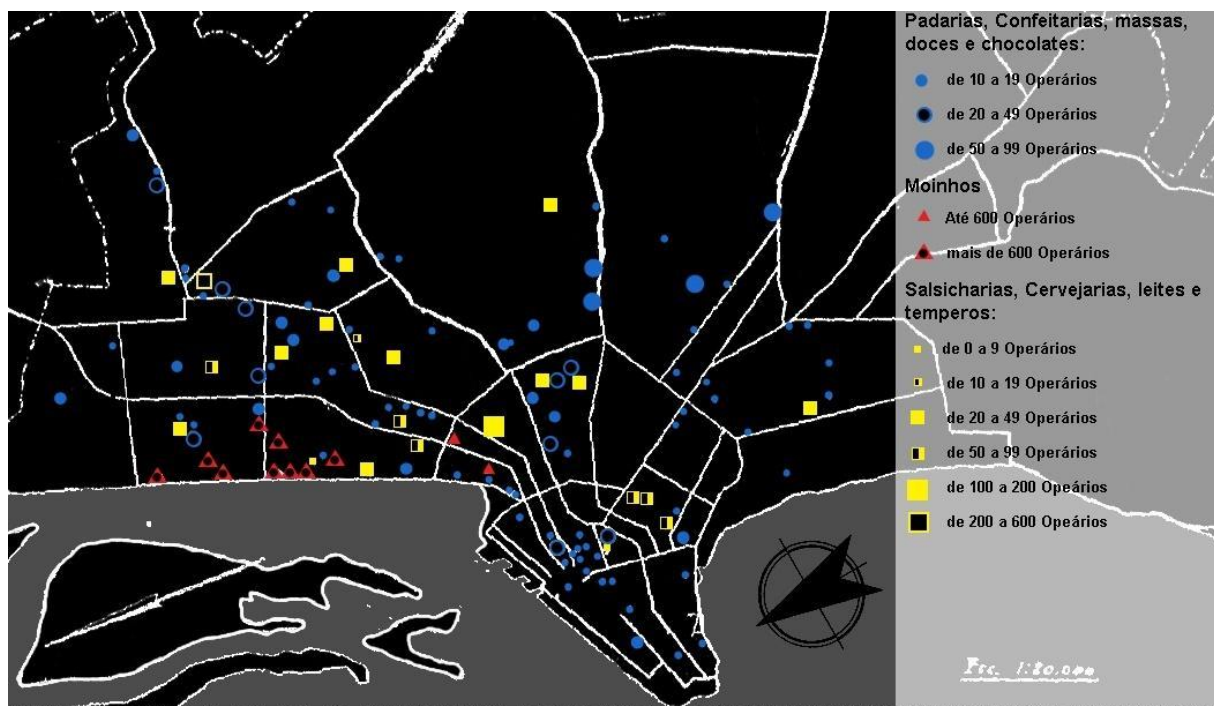
O apoio dos trabalhadores da Agroindústria era fundamental na busca por maiores direitos trabalhistas, tendo em vista que, como visto no capítulo 2, essa era uma das principais atividades econômicas do Estado. Já no final da década de 1910,

a indústria de beneficiamento de produtos agrícolas era uma das que mais se desenvolvia (COSTA, 1922).

Segundo dados apresentados por Pimentel (1944), estima-se que no Estado existissem por volta de 1.200 estabelecimentos voltados à produção agroalimentar até o ano de 1937, empregando por volta de 18.500 operários. Em Porto Alegre, por volta dos anos de 1938, dos 678 estabelecimentos industriais existentes na cidade, aproximadamente 182 eram indústrias agroalimentares (PIMENTEL, 1945). Segundo Paiva (1942), este era o principal grupo tanto em número de estabelecimentos, como em capital empregado e valor de produção anual. Também era o segundo em número de operários, com mais de 2600 empregados, perdendo apenas para o setor de tecidos, com 3.450 empregados. Sozinhos, estes dois setores empregavam quase 45% dos trabalhadores da indústria local.

O mapa abaixo (fig. 29) demonstra a distribuição das indústrias agroalimentares, subdivididas por tipo de produtos e porte, pelo território de Porto Alegre. Nota-se que, enquanto as padarias, confeitarias, fábricas de doces e chocolates, fábricas de bebidas e embutidos distribuem-se de maneira mais ou menos homogênea pelo perímetro urbano da cidade, os moinhos (sobretudo os de maior porte) concentravam-se no 4º Distrito, em região próxima ao Moinho Rio-Grandense. Além deste, no período destacavam-se também o Moinho Central, o Esperança e o Germani (PIMENTEL, 1945), sem contar o Moinho Porto-Alegrense que também fazia parte do grupo SAMRIG. Todos estes localizados na região do 4º Distrito.

Figura 29 – Mapa das Agroindústrias em Porto Alegre, 1942



Fonte: Desenho do autor, 2021. Desenhado a partir de mapa originalmente publicado em Paiva (1942, n.p.).

Dentre as agroindústrias do período, a indústria de moagem em Porto Alegre era a segunda em termos de capital aplicado, perdendo apenas para o setor de bebidas (PAIVA, 1942). Sozinhas, as indústrias de moagem de trigo representavam 20% de todo capital investido no setor. Como visto no capítulo 2, a SAMRIG despontava como a principal indústria de moagem do Estado. Nesse sentido, fica clara sua importância singular dentro do contexto econômico e social do Rio Grande do Sul durante boa parte do século XX. Tanto Pesavento (1983) quanto Pimentel (1945) destacam a S.A. Moinhos Rio-Grandenses como o principal grupo moageiro do Rio Grande do Sul durante a primeira metade do Século XX. As unidades de Porto Alegre, que contavam com as modernas fábricas Rio-Grandense e Porto-Alegrense, possuíam capacidade de produção diária na casa das 120 toneladas (PIMENTEL, 1945).

A título de comparação, a média da produção diária no ano de 1915, ano anterior a construção do Moinho Rio-Grandense de Porto Alegre, havia sido de 35 toneladas²⁵ considerando todo o estado do Rio Grande do Sul. Vimos no capítulo 2

²⁵ Valor estipulado com base nos dados da produção anual apresentados por Pesavento (1983, p.164)

como esta empresa desempenhou papel fundamental para o desenvolvimento da triticultura no Estado, de modo que sua importância social e econômica não se restringe aos limites do município de Porto Alegre. A distribuição de sementes para produtores locais, a compra ostensiva de trigo destes mesmos produtores, além dos estudos agrônômicos desenvolvidos em parceria com a Estação Experimental Fitotécnica de Bagé são alguns pontos que fazem do Moinho Rio-Grandense uma empresa de grande influência na economia e na sociedade gaúcha do século XX.

Essa importância econômica e social tem em sua arquitetura um vetor para a consolidação do Moinho Rio-Grandense como fator urbano em Porto Alegre, uma vez que parte do capital da empresa era investida na expansão de seu complexo industrial na cidade.

Vimos como a região do entorno era marcada por pequenas casas térreas, sobrados e grandes áreas verdes até pouco tempo antes da construção do Moinho. Embora esta não tenha sido a primeira nem a mais antiga edificação com características tipicamente industriais ainda existente na região, suas dimensões, quantidade de trabalhadores e linguagem arquitetônica lhe conferem importância singular na transformação da paisagem e no desenvolvimento da região. Na figura 30, da década de 1910, podemos ver a relação direta do Moinho com o lago Guaíba que, na época, margeava a rua Voluntários da Pátria. Na imagem, nota-se o trapiche construído pela empresa de Albino Cunha, por volta de 1916 e 1917. Ao fundo, o moinho ainda com seu aspecto original, com quatro pavimentos e telhado em duas águas.

Figura 30
Trapiche e cais do Moinho Rio-Grandense na década de 1910



Fonte: Acervo Centro de Memória Bunge, 2021

Os trapiches que atendiam o Rio-Grandense e serviam para carregar e descarregar embarcações que traziam trigo e levavam farinha para o restante do Rio Grande do Sul foi o princípio do avanço da cidade sobre as águas naquela região. Na figura 31 podemos ver como o moinho mantém-se, ainda hoje, como importante elemento da paisagem na rua Voluntários da Pátria. Nota-se que, embora o perfil do lado contrário da rua em frente ao moinho tenha mudado quase que completamente, perdendo a relação direta com o rio Guaíba, muitas das estruturas vizinhas ao moinho em seu lado da rua ainda permanecem. Na montagem abaixo (fig. 31) à esquerda temos a foto publicada por COSTA (1922, p.226), com destaque para o Moinho Rio-Grandense. À direita aparece a imagem atual do mesmo local (GOOGLE EARTH PRO, 2019).

Figura 31
Comparação entre o mesmo local, na Rua Voluntários da Pátria em frente ao Moinho Rio-Grandense, na década de 1920 e em 2020



Fonte: Montagem do autor, 2021.

Mattar (2010) lista ao menos seis edificações, entre pequenas casas térreas e sobrados de uso misto com moradias de aluguel, construídas nas proximidades do Rio-Grandense entre 1923 e 1929. Embora praticamente todas tenham sido ou demolidas ou fortemente descaracterizadas, é importante destacar o sobrado de uso misto, com comércio no térreo e seis pequenas unidades habitacionais no segundo pavimento (fig. 32), construído por Paulinho Gonçalves (com projeto de José Lutzenberger) em frente ao Rio-Grandense, na rua Moura Azevedo. Este projeto, de 1925, demonstra a preocupação do período na construção de unidades habitacionais multifamiliares que pudessem atender os operários da indústria local. Na montagem

(fig. 32) temos em cima o projeto original de Lutzember (Filme 022,proc.1263/1925 apud. MATTAR, 2010, p. 174) e abaixo a situação atual do prédio, em foto do autor de 2020. Nota-se que pouco sobrou do prédio original fora a estrutura e a modulação da fachada. Ressalto que o acesso pela escada lateral que aparece no projeto original atende aos dois prédios (ao sobrado e ao edifício da esquina) de modo que ambas as edificações, que aparentemente inclusive possuíam o mesmo uso, podem ter pertencido ao mesmo proprietário.

Figura 32

Comparação entre o mesmo local, na Rua Voluntários da Pátria em frente ao Moinho Rio-Grandense, na década de 1920 e em 2020



Fonte: Montagem do autor, 2021.

Embora, para os órgãos de patrimônio locais, o objeto de preservação integral seja única e exclusivamente o edifício principal do moinho, suas relações espaciais estendem-se para muito além de seus limites físicos. Mesmo que seu ciclo de atividade produtiva tenha se encerrado, já no século XXI, em um momento onde as atividades do moinho se restringiam basicamente à quadra onde o mesmo está inserido, seu alcance no espaço físico da cidade foi muito maior.

Figura 33
Comparação entre o mesmo local, na Rua Voluntários da Pátria em frente ao Moinho Rio-Grandense, na década de 1920 e em 2020



Fonte: Montagem do autor, 2021.

Na figura 33, acima, temos à esquerda, foto do Acervo de Memória Bunge, provavelmente entre as décadas de 1960 e 1970. Destaque para passarela ligando o moinho e os armazéns. À direita, imagem atual do mesmo local (Foto do Autor, 2016). Muitos desses espaços se perderam ou se transformaram de maneira permanente, como o caso dos antigos trapiches que deram lugar a aterros e novas vias da cidade. Outros espaços, todavia, subsistem ainda hoje, mesmo que a vinculação com o antigo moinho esteja quase que restrita à memória e a pequenas reminiscências.

As imagens abaixo (fig. 34 e 35) mostram algumas áreas que integravam o espaço do Moinho, deixando clara a vinculação da região com a S.A. Moinhos Rio-Grandenses (SAMRIG). Pouco sobrou da grande maioria dessas estruturas, mas os grandes silos metálicos e o setor da passarela de grão que conectava essa estrutura ao píer ainda existem como um importante e característico elemento da paisagem local. Em alguns poucos galpões que sobraram, do outro lado da rua Voluntários da Pátria, ainda é possível ver (quase completamente apagado) a marca da SAMRIG.

Figura 34
Antiga Fábrica de Rações e Silos da SAMRIG – 1960/1970



Fonte: Acervo Centro de Memória Bunge, 2021

Embora a imagem acima (fig. 34) não possua data exata, é possível ver, ao fundo, a abertura da Avenida Castelo Branco, o que situa a foto entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Nessa foto já podemos ver os silos metálicos e a passarela elevada, assim como a fábrica de rações e alguns galpões, além dos trens que circulavam pela rua Voluntários da Pátria.

Figura 35
Comparação Entre a área defronte ao Moinho – 1980/2020

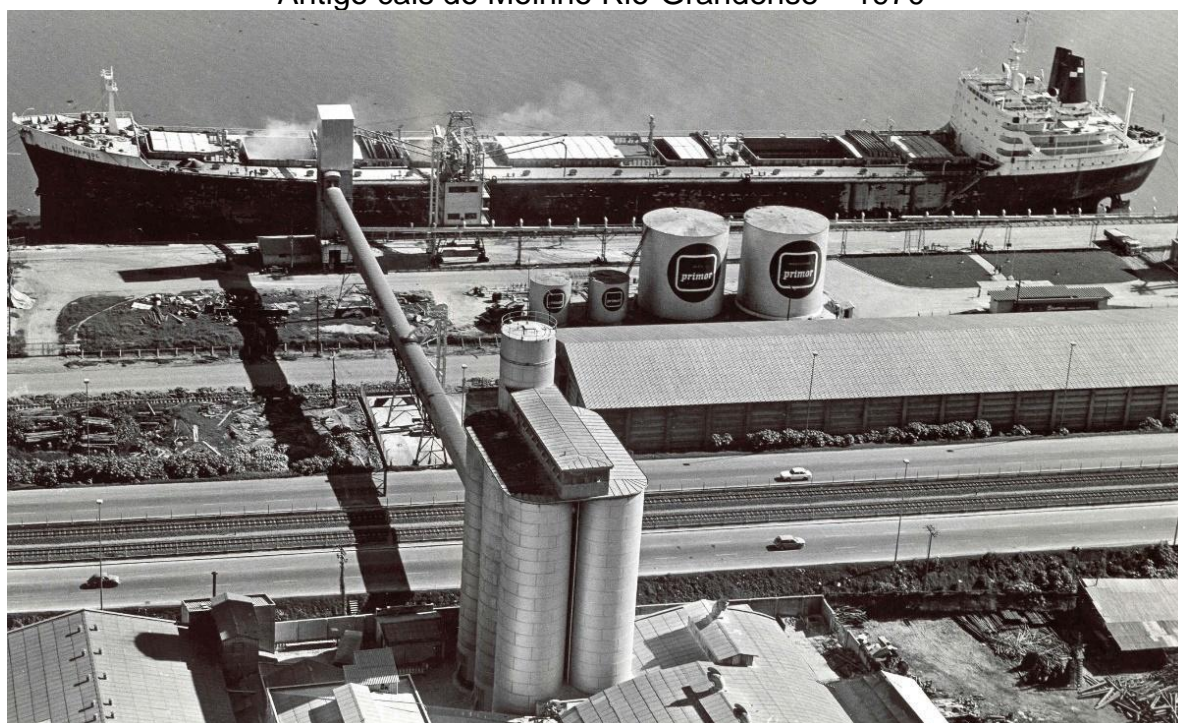


Fonte: Montagem do autor a partir de imagens Acervo Centro de Memória Bunge (2021) e Google Earth (2021)

Na figura 35 é feita uma comparação entre a área da antiga fábrica de ração e silos, por volta dos anos 1980 e atualmente. Sobraram apenas os silos e parte de um dos galpões.

Esses espaços, embora quase desvinculados do Moinho, guardam uma relação indissociável com a história global desta indústria. Discutiremos, mais adiante, como seria possível reintegrar esses espaços a narrativa que envolve o Moinho, mas é inegável que, em se tratando de um projeto de requalificação, a utilização destes espaços deve ser estudada e discutida. É importante salientar que, mesmo que a preservação dessas estruturas não seja determinante para a preservação do moinho em si, excluí-las do projeto invariavelmente significará seu eventual desaparecimento e, com elas, uma parte da memória da SAMRIG.

Figura 36
Antigo cais do Moinho Rio-Grandense – 1970



Fonte: Acervo Centro de Memória Bunge, 2021

Nesta foto acima (fig. 36) podemos ver um navio sendo carregado no antigo cais pertencente ao moinho. Nota-se os icônicos grandes silos e a passarela, ligando diretamente o moinho à embarcação. Também é possível notar a presença de alguns silos menores (já destruídos) com a marca de farinha Primor (produzida no moinho) e um grande galpão que ainda existe.

Sendo o Moinho Rio-Grandense o núcleo principal e a edificação mais antiga de um enorme complexo industrial que se esfarela, pouco a pouco, ao longo do fim do século XX e início do século XXI, coube a ele a função de concentrar a memória desta indústria na região como um ponto de referência a um passado de que pouco restou. Sendo assim, a definição do Moinho Rio-Grandense como fator urbano passa necessariamente pelo seu reconhecimento como aquilo que Pierre Nora (1993) define como “Lugares de Memória”.

Embora o conceito, originalmente apresentado por Nora em *Les lieux de mémoire*, em 1984, tenha sido banalizado e até mesmo sofrido reformulações pelo próprio autor ao longo dos anos (ENDER, 1993), seu significado original diz respeito aos “[...] lugares onde a memória se cristaliza e se refugia” (NORA, 1993, p. 7), sendo, simultaneamente, lugares materiais, simbólicos e funcionais. Um prédio, uma rua, ou até mesmo um livro ou um quadro podem ser lugares de memória, contanto que carreguem em si um forte significado simbólico representativo para a memória de um determinado grupo social ou nação.

Mesmo que sua definição seja complexa e, por vezes, contraditória, a importância dos lugares de memória reside mais em sua função do que em seu significado propriamente dito. Para Nora (*idem*), lugares de memória são essencialmente restos: fragmentos de um passado que perdeu sua continuidade e do qual a sociedade necessita para restabelecer certos significados, hábitos ou costumes do passado no tempo presente. São agentes fundamentais da memória simbólica, afetiva e sempre passível de evolução e transformação, em contraposição a uma história que é, antes de tudo, uma operação intelectual de “[...] reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993, p. 9).

A memória atua como agente de multiplicidade e representatividade de diferentes grupos sociais que ocupam o espaço da cidade. Sem ela, a relação que guardaremos com o passado seria exclusivamente segundo o viés da história, impessoal, geral e atrelada aos espaços representativos da sociedade tradicional.

Com isso, o Moinho Rio-Grandense se constitui como fato urbano, pois é também lugar de memória. É um fragmento de um passado que não existe mais e também a memória cristalizada de grupos sociais que encontram dificuldades de representação na história tradicional da cidade. Sua permanência no espaço urbano é fundamental, tendo em vista que a memória não nasce de maneira espontânea, ela

precisa ser evocada a partir de um lugar de memória para que subsista no tempo presente.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos (NORA, 1993, p.13).

Saliento, todavia, que de nada adianta a definição unilateral do Moinho como lugar de memória sem que haja antes o desejo pela sua preservação ou a vontade de se lembrar das diversas memórias associadas a ele. É preciso, antes de tudo “[...] ter vontade de memória” (*idem*. p. 22), ou seja, é preciso haver a intenção de rememorar um fato ou acontecimento, incorporando-o a um ritual de lembrança. Caso contrário, o lugar de memória será apenas uma “fonte indireta” (*ibidem*) da história: um testemunho não intencional de um passado a ser estudado por historiadores apenas, sem qualquer relação afetiva.

A afetividade, no entanto, pode ser construída. Para isso é necessário que se tenha conhecimento prévio sobre o objeto. A ninguém interessa algo de que pouco ou nada se sabe. Assim, parte do reconhecimento do Moinho Rio-Grandense como fato urbano e como lugar de memória passa necessariamente pelo reconhecimento de seu valor individual. Tendo já explorado seu valor para a memória da agroindústria e para o desenvolvimento urbano de Porto Alegre, resta ainda explorar sua importância enquanto patrimônio edificado. Para isso, é fundamental compreender sua arquitetura e os valores que a tangenciam, o que faremos a seguir.

3.2 O valor do Moinho como patrimônio industrial

Para além dos valores coletivos, sejam eles sociais ou de desenvolvimento urbano para a cidade de Porto Alegre, o Moinho Rio-Grandense guarda uma série de valores arquitetônicos intrínsecos à sua forma, sua função e sua técnica (tanto

produtiva quando construtiva). Esses valores, sobretudo, são vitais para o entendimento deste elemento industrial enquanto Patrimônio Artístico (incluindo aí o valor técnico), para além do histórico, pois é esta consistência física onde a imagem se manifesta que garante a recepção na consciência humana dos valores do objeto e asseguram sua transmissão ao futuro.

É por meio da Arquitetura também que uma série de outros valores materiais e imateriais subsistem através do tempo: as técnicas construtivas preservadas na materialidade arquitetônica, o senso de identidade de uma comunidade ancorado na localização e na forma do edifício, as marcas do tempo e da história da cidade (como as marcas da enchente de 1941 preservadas nas paredes do Moinho), etc. Porém, para entender tal importância é preciso antes entender o lugar do Moinho Rio-Grandense no panorama arquitetônico e seu valor para a arquitetura industrial de Porto Alegre, sobretudo nas primeiras décadas do século XX.

Como preconiza a Carta de Nizhny Tagil (2003), a preservação do Patrimônio Industrial se baseia mais no seu valor universal do que na singularidade de edifícios isolados, de modo que analisar qualquer um de seus aspectos fundamentais sem levar em conta o contexto local seria uma abordagem não só equivocada, como também ausente de fundamentos importantíssimos para sua completa compreensão.

Há certa dualidade no que se refere à construção do Moinho, em 1916. Se por um lado a eclosão da primeira guerra mundial e a conseqüente escassez de matérias primas serviu como impulso para o desenvolvimento da indústria gaúcha, esta ausência também acabou por limitar a construção do edifício, sobretudo no que se refere a ornamentação. Essa hipótese, defendida por Weimar (1998), é bastante plausível se compararmos o Moinho Rio-Grandense a outros moinhos construídos no mesmo período, porém posteriores a guerra, como o caso do Moinho Chaves (fig. 37), de 1921, e o Moinho Esperança (fig. 38), construído nos anos 1930.

É possível perceber uma desaceleração na construção civil durante o período da Grande Guerra através do levantamento de edifícios icônicos construídos em Porto Alegre entre 1880 e 1930 feito por Schäffer (2011). A autora lista mais de 15 edifícios, dos mais variados estilos, construídos entre os anos de 1909 e 1913 na cidade. Este número cai pela metade durante os 5 anos de guerra (1914-1918), chegando a quase uma dúzia nos seis anos seguintes (1919-1924) e voltando ao mesmo ritmo apenas na década de 1930.

Figura 37
Moinho Chaves



Fonte: Foto do Autor, 2020

Figura 38
Antigo Moinho Esperança

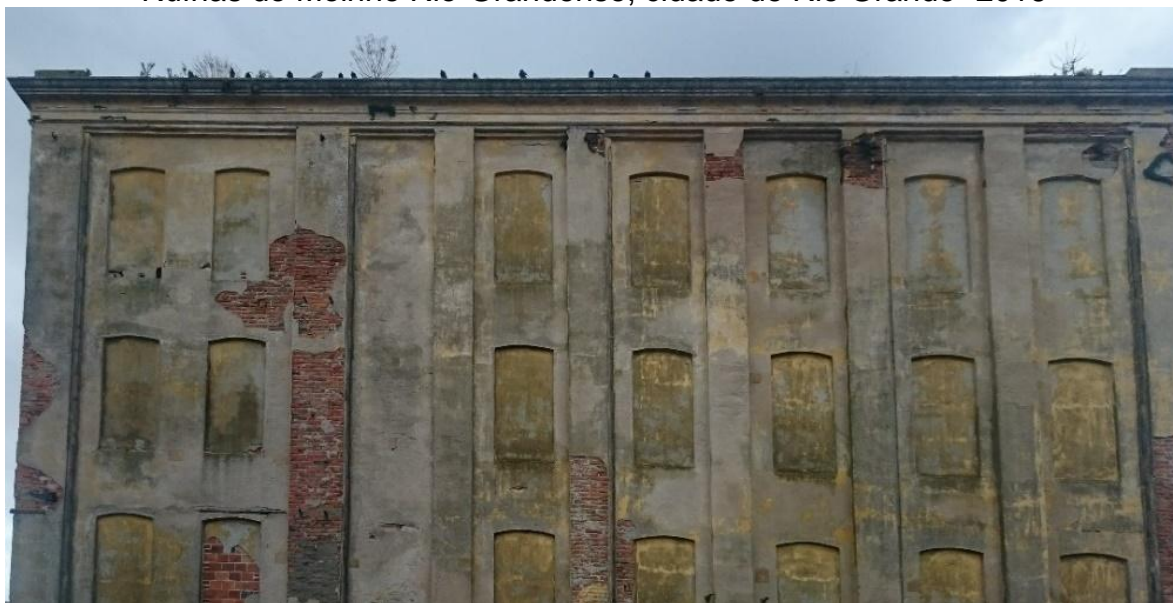


Fonte: Foto do autor, 2021

Há, todavia, uma segunda hipótese que também encontra bastante fundamento ao analisarmos o histórico e, sobretudo, o contexto ao qual o Moinho Rio-Grandense está inserido. Esta hipótese seria que a funcionalidade de sua forma e a quase total ausência de ornamentação em sua fachada seriam escolhas conscientes de projeto, não apenas uma consequência da falta de materiais importados.

O primeiro Moinho Rio-Grandense, o de Rio Grande, construído em 1894, também era quase que totalmente desprovido de ornamentação em sua fachada e já apresentava algumas das soluções formais e construtivas que voltariam a aparecer no edifício de 1916, como grandes janelas de arco abatido, fachada ritmada pelo jogo de cheios e vazios e estrutura mista de paredes de alvenaria de tijolos maciços reforçados por pilastras e estrutura metálica:

Figura 39
Ruínas do Moinho Rio-Grandense, cidade de Rio Grande- 2016



Fonte: Foto do Autor, 2016

Embora o número de grandes obras tenha diminuído na cidade entre os anos de guerra, a construção de prédios de estilo Eclético não cessou, com a ornamentação presente nas fachadas tanto de projeto menores, como casas e pequenos comércios, como em prédios de grande porte. São deste período importantes construções da cidade, como a ala oeste do antigo Hotel Majestic (atualmente Casa de Cultura Mário Quintana) e o prédio do antigo Curso Anexo à Escola Complementar de Porto Alegre, atual Colégio Estadual Paula Soares, ambos. A seguir, serão descritas edificações industriais referenciais da virada do século XIX para XX a fim de contextualizar o Moinho Riograndense.

Diferente de outras grandes indústrias do final do século XIX e início do século XX construídas na cidade, como a Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense (1893), Cervejaria Bopp (1911), o Moinho Chaves (1921) e A.J Renner (1922) que tiveram projetos assinados por arquitetos e engenheiros europeus radicados em Porto Alegre como os alemães Theodor Wiederspahn e Carl Hartmann e o polonês Jacob Pufal, o Moinho Rio-Grandense teve seu projeto desenvolvido na Inglaterra (Miranda, 2003), tendo como responsável técnico o engenheiro Antônio Faria dos Santos²⁶.

²⁶ Miranda (2003) atribui a construção a Antônio Maria dos Santos, enquanto Weimer (1998) utiliza o nome Antônio Faria dos Santos. A diferença provavelmente é ocasionada por um erro de digitação

Santos não é citado por Weimer (2004b) em sua obra que compila o nome dos principais arquitetos e construtores do Rio Grande do Sul entre os anos de 1892 e 1945. Isso pode significar que o mesmo talvez não possuísse uma obra de destaque e tenha atuado meramente como um intermediário entre os técnicos ingleses e a aprovação de projeto e construção do edifício. Talvez por conta desta vinculação quase total com os técnicos estrangeiros, o projeto guarda algumas semelhanças tipológicas como alguns moinhos ingleses do século XIX, como o Swainson, Birley & Co Cotton Mill (fig. 40), em Preston, ou o Murrays Mills, em Manchester (fig. 41), ou ainda o Wellington Mill (fig. 42), em Stockport.

Figura 40
Swainson, Birley & Co Cotton Mill – 1835 -1900



Ilustração feita por Charles Hardwick, em 1857, de uma antiga fábrica de algodão construída em 1835 em Preston, Inglaterra. A fábrica foi demolida em 1900.

Fonte: HARDWICK, 1857, p. 425

Na imagem acima (fig. 40) temos uma ilustração feita por Charles Hardwick, em 1857, de uma antiga fábrica de algodão construída em 1835 em Preston, Inglaterra. A fábrica foi demolida em 1900. A figura 41 mostra o Murray Mill, uma fábrica de algodão em Manchester, Inglaterra. Foi fundada em 1797, operando até meados dos anos 1950. É a fábrica de algodão movida a vapor mais antiga do mundo. O edifício da foto é o New Mill (Novo Moinho), construído em 1804. Já na Figura 42

e como não foi possível ter acesso à fonte original dos dois autores, optou-se pelo nome utilizado na publicação mais antiga.

temos o Wellington Mill, um dos edifícios que integravam a Hat Works, antiga fábrica de chapéus em Stockport, Inglaterra. Foi fundada em 1828 pelo industrial Thomas Marsland. Funcionou até os anos 1930 e atualmente é usado como edifício de apartamentos.

Figura 41
Murray Mill – 2008



Fonte: ALLEN, 2008.

Figura 42
Wellington Mill – 2000



Fonte: Historic England, 2016.

Essa tipologia de grandes moinhos movidos a vapor de maneira geral é caracterizada por prismas retangulares de quatro a sete pavimentos, com linhas contínuas de grandes janelas que proporcionam boa iluminação e ventilação natural. A estrutura era mista, com linhas de pilares metálicos independentes, sobre os quais eram apoiadas as vigas, também metálicas. O fechamento acontecia em paredes de alvenaria aparente ou rebocadas, podendo ser ou não reforçada por pilastras de alvenaria que sustentavam as linhas de vigas mais externas.

Tal tipologia, com algumas alterações e marcas características de estilos arquitetônicos locais, foi bastante empregada no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX. Hardman e Leonardi classificam este tipo de arquitetura, no contexto brasileiro, como “*Britânica Manchesteriana*” (1991, p.134). Este modelo contrapõe-se ao que os autores classificam como uma arquitetura industrial “*colonial brasileira*”, da qual faziam parte as “primeiras fábricas criadas no império”, de fachada “similar à de uma casa-grande de fazenda de açúcar ou café” (*idem*. p. 133), como no caso da Fábrica de Tecidos São Luiz (fig. 43), em Itu (SP), de 1869.

Figura 43
Fábrica de Tecidos São Luiz – Século XIX



Fonte: Espaço Fábrica São Luiz, 2021.

No caso das fábricas *Manchesterianas*, seguia-se os mesmos princípios já citados das fábricas inglesas, com “[...] fachada típica de tijolinhos vermelhos, estrutura sóbria e pesada, simetria de planos” (*idem.* p. 134). Pertencente a esta tipologia industrial, destaque aqui o Moinho Fluminense (fig. 44), construído em 1887 no Rio de Janeiro e que foi o segundo moinho a vapor do Brasil e o mais antigo ainda existente. Este, como o Rio-Grandense, possui linhas contínuas de grandes janelas com verga de arco abatido sobre paredes de alvenaria (aqui aparente), reforçadas com pilastras também em alvenaria. Este moinho, tal como o de Porto Alegre, passou por alteração no número de pavimentos (de 5 para 7), ficando a antiga cornija marcada em sua fachada como um elemento decorativo não intencional.

Figura 44
Moinho Fluminense, Rio de Janeiro (RJ) - 2019



Fonte: Foto do Autor

Todavia, Costa (2001) chama a atenção para que, embora o padrão Manchesteriano tenha se tornando, no final do século XIX, predominante em grandes centros industriais como os de São Paulo e Rio de Janeiro, o mesmo não ocorre no Rio Grande do sul, que neste primeiro momento mantém sua vinculação com o estilo de indústria *colonial-brasileira* (sobretudo na Zona Sul do Estado). O desenvolvimento da indústria próxima aos portos e as primeiras ferrovias também ajudou a popularizar, neste período inicial da industrialização do estado, a tipologia de pavilhão: partidos térreos e longos, distribuídos ao longo das vias férreas ou do porto, muitas vezes conectados diretamente a estes, facilitando assim a produção em linha e o transporte.

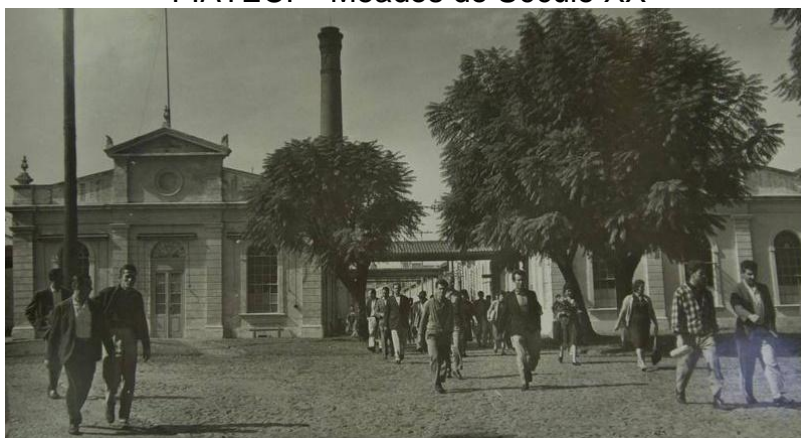
Essas unidades industriais eram formadas por blocos únicos ou conjunto de blocos separados por função. Eram construções de alvenaria de tijolos, com terçamento em madeira e, no caso das construções de maior porte, possuíam linhas internas de pilares para sustentação da cobertura. Na grande maioria dos casos, apenas as fachadas voltadas para a rua recebiam maiores detalhes de ornamentação. Muitas das primeiras fábricas construídas em Porto Alegre seguiam essa tipologia, como a Fábrica de Pregos Pontas de Paris (fig. 45), de 1891, e a icônica Companhia de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense (fig. 46), a FIATECI, de 1893.

Figura 45
Fábrica de Pregos Pontas de Paris - 1922



Fonte: BLANCATO, 1922 *apud*. MIRANDA, 2003, p.68

Figura 46
FIATECI – Meados do Século XX



Fonte: JONER, 2013

A Influência de imigrantes europeus, sobretudo alemães que chegaram ao Rio Grande do Sul no final do século XIX introduziu uma variante do estilo *manchesteriano* na arquitetura industrial local, muito mais comum aqui do que o estilo original: o “estilo alemão”. Hardman e Leonardi (1991) definem as edificações desse estilo como “construções altas e compactas, dois andares e janelas pequenas, paredes brancas ou amarelas” (*idem*. p. 134). Essa arquitetura podia ser vista na Fábrica de Cerveja Raffaele Anselmi (fig. 47) em Rio Grande, construída em 1913.

Figura 47
Cervejaria Ritter, Porto Alegre - 1894



Fonte: PIMENTEL, 1945, p. 364

As exceções a estes modelos (o colonial-brasileiro, o de pavilhões e o do estilo alemão) eram poucas nas primeiras décadas de industrialização do estado. Ambos os Moinhos Rio-Grandenses possuem qualidade de vanguarda pela época em que foram construídos, sobretudo o de Porto Alegre pela escala e importância no cenário industrial local. Há, porém, três importantes moinhos construídos nas primeiras décadas do século XX que diferem em soluções formais do padrão da arquitetura industrial local e que merecem ser citados.

Além do já citado Moinho Porto-Alegrense, destaco aqui o Moinho Pelotense (fig. 48), de 1925, que também segue uma linha de racionalismo construtivo e aproxima-se de algumas soluções formais do estilo *Art Déco*. E também, por último, um dos moinhos construído por Aristides Germani em 1928, próximo a antiga ferrovia em Caxias do Sul. Hoje conhecido como Moinho da Estação (fig. 49), teve projeto também desenvolvido por técnicos ingleses (fig. 50) no estilo *manchesteriano*, empregando as mesmas soluções construtivas e formais do Moinho Rio-Grandense, embora em menor escala.

Figura 48
Moinho Pelotense – Pelotas, RS



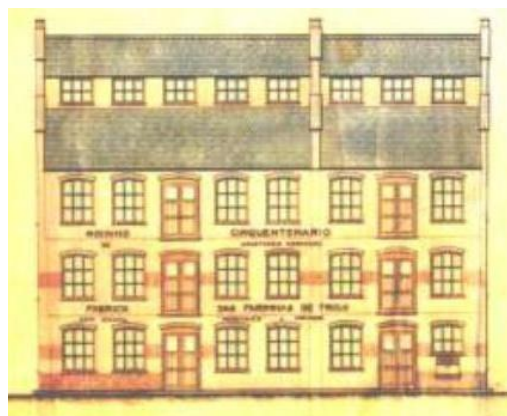
Fonte: MOURA & SCHLEE, 1998 *apud*. MIRANDA, 2003, p.52

Figura 49
Moinho Germani - 2021



Fonte: Foto do Autor.

Figura 50
Projeto Moinho Germani - 1928



Fonte: COSTA (2001, p.139).

Na figura 49 temos um dos muitos moinhos construídos pelo industrialista ítalo-brasileiro Aristides Germani, na cidade gaúcha de Caxias do Sul. É conhecido atualmente como Moinho da Estação e foi convertido em centro comercial e cultural. Na figura 50 aparece o projeto original do mesmo moinho, desenvolvido na Inglaterra. Possuía três pavimentos e um lanternim, com janelas de verga arco abatido, posteriormente ampliado.

Podemos perceber, assim, que embora certas soluções técnico-construtivas aparecessem esporadicamente em algumas indústrias gaúchas durante esse período

inicial do processo de industrialização local (ou como via de regra em outros lugares do Brasil), o Moinho Rio-Grandense acaba se destacando por reunir uma série de valores que irão primeiramente aparecer aqui no que diz respeito à escala, qualidade, grau de implementação e continuidade de processos. Tais condições foram fundamentais na consolidação deste como um dos (se não o), principal moinho de trigo do Rio Grande do Sul durante décadas.

Com o contexto estabelecido, podemos enfim analisar o Moinho Rio-Grandense com base em seus valores arquitetônicos e construtivos específicos. Partimos do pressuposto que o Moinho como importante elemento arquitetônico, pode ser considerado como obra de arte, uma vez que transmite, além dos óbvios valores históricos a ele associados uma série de valores estéticos, tecnológicos, de configuração, de programa de usos, etc. Representativos de um determinado estilo arquitetônico diretamente ligado à época e à função do moinho.

É comum, ao falarmos sobre patrimônios não consagrados, como visto anteriormente no Capítulo 1, que seus valores estéticos sejam negligenciados por uma parcela da sociedade que não consegue reconhecer o valor de obras relacionadas à história do trabalho e da vida cotidiana das camadas mais populares. No entanto, nem mesmo essas pessoas podem descartar o valor histórico de um patrimônio como o Moinho Rio-Grandense.

Ao falarmos de valores relativos ao patrimônio é fundamental retomarmos alguns conceitos de Alois Riegl, vistos anteriormente no capítulo 1. Para Riegl (2014, p.32), “[...] obra de arte é toda criação humana tangível, visível ou audível, que apresenta valor de arte; sendo monumento histórico toda obra de constituição análoga que possui valor histórico”. Segundo essa lógica, todo monumento histórico seria também, em algum nível, um monumento artístico e vice-versa, pois mesmo a obra mais banal carrega em si uma série de questões associadas ao desenvolvimento artístico em questão.

Essa relação entre arte e história se faz ainda mais presentes em casos onde o objeto em questão representa um testemunho raro ou único de um determinado fazer artístico. Os valores atribuídos aos monumentos por Riegl (2014) são fundamentais para entender como o moinho se relaciona com a memória e a história local, bem como sua importância dentro da arquitetura enquanto expressão artística.

Sendo assim, é importante fundamentar esta análise em uma teoria que nos permita valorizar tanto os aspectos estéticos, quanto os valores históricos do Moinho. Esta análise deve ser capaz de reconhecer sua importância como elemento de perpetuação da memória, ao mesmo tempo em que nos permita identificar os pontos fundamentais que guiarão sua preservação e interpretação e uma eventual proposta de restauração e reutilização. Neste sentido, é de particular importância a teoria estabelecida por Cesare Brandi em 1963 em sua Teoria da Restauração. Seguindo os preceitos de Riegl, Brandi, na sua Teoria de Restauração (2019), considera objeto artístico desde uma ótica fenomenológica, ou seja, atribuindo ao sujeito o papel de conceituar e atribuir valor do objeto. Portanto, para Brandi o valor artístico será sempre um valor de contemporaneidade.

O autor defende a dúplice instância da obra de arte, ou seja, toda obra de arte é constituída tanto de valores estéticos, contidos em sua materialidade, quanto por valores históricos, testemunhos de um determinado tempo e lugar. Assim, o autor parte do axioma de que “[...] restaura-se somente a matéria da obra de arte” (BRANDI, 2019, p. 31), ao estabelecer que em um projeto de restauro intervenhamos apenas nos meios físicos pelos quais a obra de arte transmite seu valor histórico e artístico.

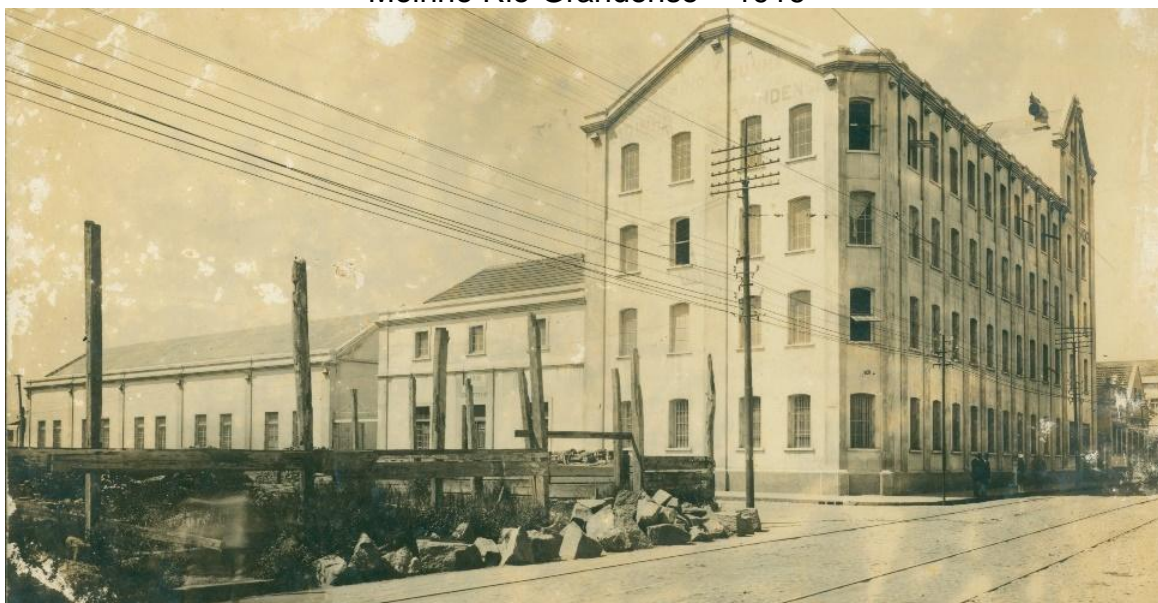
Embora a teoria de Brandi seja específica para obras de arte *stricto-sensu*, ele inclui um apêndice sobre o restauro em arquitetura, salientando que embora a finalidade da arquitetura seja o habitar, os valores históricos e artísticos que possui lhe outorgam esse caráter de obra de arte, por tanto digna de se preservar. Em decorrência analisa-se a materialidade do Moinho segundo quatro conceitos fundamentais estabelecidos por Brandi: (1) Matéria, (2) Unidade, (3) tempo e (4) espaço.

Para ele, a unidade de obra de arte é fundamental, pois sua manutenção é imprescindível em qualquer processo de restauração. A unidade de Brandi não é uma unidade orgânico-funcional, em que o todo é um conjunto de partes que pressupõem uma continuidade lógica. Embora fisicamente fracionável, cada elemento da forma subsiste *potencialmente* como o todo, ou seja, cada fragmento carrega consigo e de forma indissociável uma parte do valor total da obra de arte. É justamente essa questão que irá orientar a recuperação de formas perdidas ou degradadas e pela qual são excluídas as analogias na recuperação de elementos perdidos.

Dessa forma, é imprescindível que antes de qualificar o valor de cada elemento isolado da obra em si, deve-se compreender antes a qualidade do *todo*. Podemos entender o todo do Moinho como este grande bloco de esquina que transmite sua função produtiva ao entorno pela própria forma que assumo, como base nos elementos de sua matéria que vimos anteriormente, mas também temos que considerar uma série de estruturas a ele associado e como estas dialogam entre si. O edifício principal é um bloco de esquina, como vimos.

Localizado no cruzamento da Rua Voluntários da Pátria com a Rua Moura Azevedo e foi construído inicialmente com quatro pavimentos no corpo principal e cinco pavimentos, mais um frontão, na parte que abrigava os silos, totalizando aproximadamente 2200m² de área interna (1550m², se descontada a área dos silos). A escolha por integrar o armazenamento ao bloco principal acaba por gerar uma setorização da fachada principal (da rua Voluntários da Pátria), mas que não compromete a unidade do edifício, que permanece com o aspecto de bloco único. A esquina é chanfrada em 45°, conforme “[...] imposição das posturas municipais” (WEIMER, 1998, p. 29) e a fachada da Moura Azevedo possuía também um pequeno frontão nesta primeira etapa do edifício.

Figura 51
Moinho Rio-Grandense – 1916

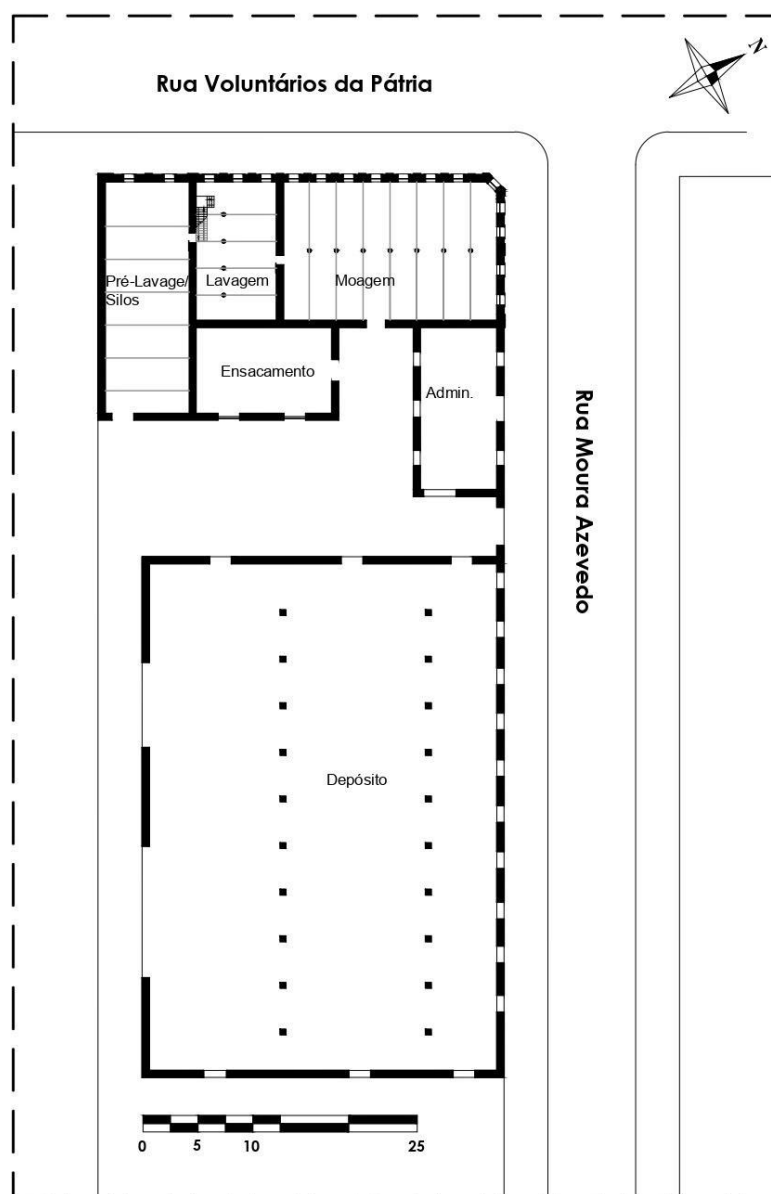


Fonte: Acervo Centro de Memória Bunge, 2021

A planta possui formato de “L”, com o prolongamento do volume dos silos. Estes eram feitos de madeira, numa espécie de torre interna apoiada sobre uma estrutura metálica, que ia do segundo ao quinto pavimento. Abaixo do armazenamento encontrava-se o setor de pré-lavagem. No projeto original, completam a divisão do espaço interno os setores de lavagem e moagem.

O processo de produção era verticalizado, bastante moderno para a época, e utilizava elevadores de grãos para movimentar a carga do topo à base do edifício. Como afirma Miranda (2003, p. 87) “[...] esse tipo de processo, com concepção em altura, possuía amplos espaços nos pavimentos para as grandes máquinas como peneiras e trituradores.” Embora não tenha sido possível ter acesso ao projeto original, a análise de fotografias antigas, dos projetos de alteração encaminhados à Prefeitura ao longo dos anos e os relatos de pesquisadores como Weimer (1998) e a própria Miranda (2003), é possível concluir que junto com o edifício principal foram construídos também os anexos da rua Moura Azevedo, somando mais de 1300m², que abrigavam o setor administrativo, o ensacamento e o depósito de farinha. A imagem abaixo representa uma reconstituição da planta baixa original do térreo (fig. 52).

Figura 52
Planta Baixa – Térreo Moinho Rio-Grandense



Fonte: Desenho do autor, 2021.

A respeito do espaço, foi analisado no capítulo anterior ao abordar o moinho como fato urbano. Ou seja, como uma obra de arquitetura que se insere em um contexto urbano. As relações que a obra de arte estabelece com seu entorno são fundamentais para entender sua espacialidade e sua situação, seja no lote, no quarteirão, na rua, no bairro ou até mesmo na cidade e na paisagem. Tendo já abordado as principais questões relacionadas ao moinho e sua atuação na paisagem local, este capítulo se restringe às relações espaciais que o Moinho estabelece com o quarteirão.

Assim, ao falarmos de espaço, aqui estaremos nos referindo à quadra onde o Moinho se encontra. Já definimos o Moinho Rio-Grandense como uma edificação tipicamente industrial do início do século XX. Além disso, possui valor em si mesmo pela qualidade singular de sua arquitetura. De maneira geral, o moinho é constituído de um bloco produtivo principal, onde estão contidos quase que a totalidade dos elementos arquitetônicos que lhe conferem valor artístico, mas também por uma série de anexos igualmente antigos, mas já bastante descaracterizados.

Desse modo, focaremos esta análise dos elementos arquitetônicos sobre o edifício principal. Localizado em um lote de esquina, o edifício guarda uma dupla relação formal-espacial: a partir da ótica do observador que olha para o edifício a partir da rua, o Moinho é uma grande barra retangular com uma forte marcação de vazios sobre cheios, ocasionada pela repetição das aberturas. Embora seja um edifício de esquina, o edifício volta-se para o interior da quadra a partir da marcação dada pelo frontão colocado sobre o módulo formado pelas três últimas pilastras que subdividem a fachada.

Seguindo esta lógica, a espacialidade do Moinho é definida então por duas fachadas principais, que se encontram em um chanfro de esquina. É importante salientar que, pelo gabarito urbano e pelas características distintas da Rua Voluntários da Pátria, uma artéria de grande fluxo, e as ruas Moura Azevedo e Conselheiro Camargo, vias coletoras com baixo trânsito tanto de carros como de pedestres, a relação que cada fachada faz com o entorno imediato é singular.

Na rua Voluntários da Pátria, a espacialidade é dada pela monumentalidade da fachada, como um elemento único em uma via de faces tão heterogêneas, onde entre edificações até mais altas, o moinho destaca-se por sua arquitetura única, de formas simples e austeras, pela rigidez das linhas e pelo ritmo das aberturas. Já nas ruas Moura Azevedo e Conselheiro Camargo, a relação espacial com o entorno se dá por meio das fachadas dos anexos que cumpre uma função de transição formal e conformação espacial entre o grande e imponente bloco principal do Moinho e o entorno imediato caracterizado por grandes galpões térreos e pequenos edifícios de dois a três pavimentos.

A segunda relação formal-espacial que se faz do moinho é a partir do olhar sobre sua planta. Assim, o edifício deixa de ser uma única barra para adquirir, em planta, um formato de “L”, com o lado menor voltado para dentro do lote e

praticamente invisível da rua. Esta relação, todavia, explica o foco na extremidade do volume em vez da esquina, já que o frontão na verdade demarca o ponto de união do “L”.

Essa forma apresenta indissociável relação com a função do edifício, que marca a separação do setor produtivo, contido no bloco maior, do setor de armazenamento, na figura dos silos internos, numa composição volumétrica que segundo Weimer (1998, p. 30) “[...] acabou por aproximá-la, em tempos muito precoces, aos postulados que só depois da guerra viriam a ser formulados e só mais tarde viriam a ser levados à prática.”

Devido à característica funcionalista da arquitetura industrial, compreender sua estrutura é também compreender sua essência física enquanto obra de arte, a que Brandi (2019) denomina matéria. Esse conceito está ligado diretamente ao primeiro axioma proposto por Brandi (2019) de que só se restaura aquilo que é obra de arte pois diz respeito justamente aos meios físicos pelos quais a imagem se manifesta. A matéria, segundo Brandi, está conformada por estrutura e aspecto. Entendemos a estrutura além do sistema estrutural como a tecnologia construtiva. E como aspecto, as características morfológicas decorrentes da tipologia configuracional e da tecnologia construtiva.

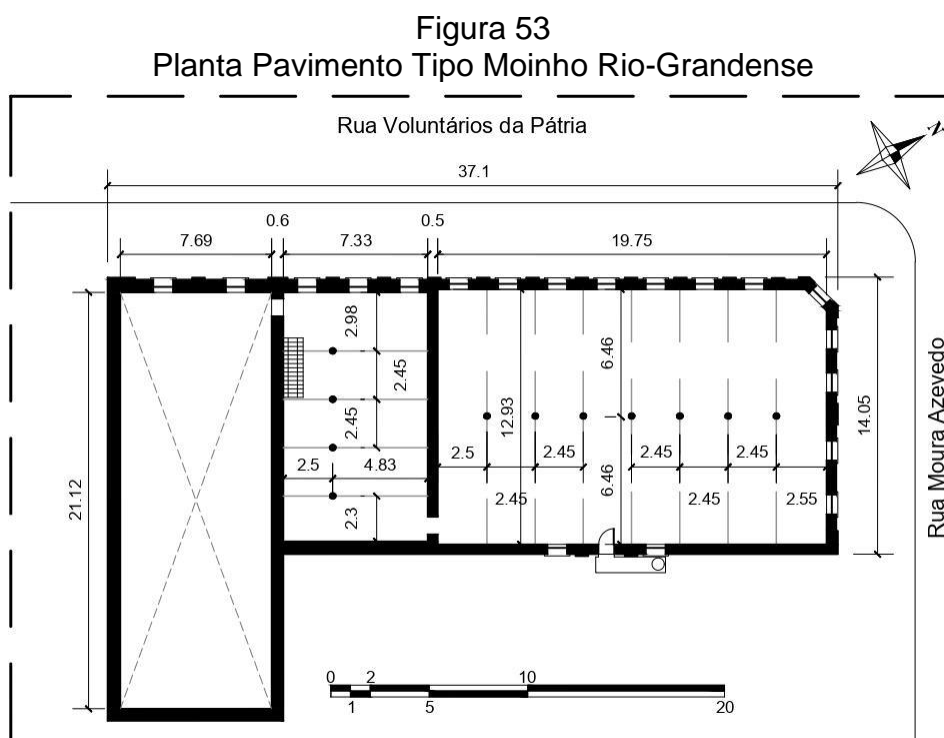
Enquanto estrutura, Moinho Rio-Grandense se destaca por utilizar um sistema que não foi muito comum no Rio Grande do Sul no início do Sec.XX: a estrutura metálica. Originalmente foi utilizado um sistema de linha única de pilares metálicos, de secção circular e diâmetro de 27 centímetros, que serve de suporte a vigas de perfil “I”, com altura aproximada de 44 centímetros e largura de 15 centímetros e que se apoiam perimetralmente em uma alvenaria de tijolos reforçada por pilastras. Assim, há duas formas de se olhar para a matéria deste edifício: a primeira seria contextualizar ambos os elementos construtivos como partes integrantes e indissociáveis de um conjunto pelo qual se dá a matéria.

Assim, tanto aspecto, quanto estrutura (BRANDI, 2019) estão contidos neste mesmo elemento único formado por estrutura metálica e alvenaria rebocada. Outra maneira de se abordar a questão da matéria seria olhar separadamente para cada um de seus elementos construtivos, hipótese que detalharei aqui não por julgar ser mais ou menos correta, mas porque nos ajudará a entender melhor a inter-relação a dos elementos construtivos. Nas estruturas metálicas, tanto aspecto quanto estrutura

estão representados por um mesmo elemento que cumpre ambas as funções e que colabora para o estabelecimento da unidade potencial dos ambientes internos, reforçando a identidade industrial da edificação

A distribuição dos pilares varia conforme o setor do edifício: na área de moagem, os pilares são centralizados, alinhados à fachada principal, afastados 6,40 metros do eixo até a parede (no térreo) e 2,45 metros (medida entre eixos) entre si, somando um total de 7 pilares. Já no setor de lavagem, os pilares são distribuídos ortogonalmente à fachada, com o eixo deslocado mais para perto dos silos. A menor medida entre o eixo e as paredes laterais é de 2,50 metros e a maior de aproximadamente 4,80 metros. Em relação às paredes ortogonais, o eixo do primeiro pilar está afastado 3 metros da parede da fachada principal e o eixo do último pilar está a 2,30 metros da parede dos fundos.

Entre os pilares, o afastamento se mantém em 2,45 metros. Embora esse sistema misto de linhas internas de vigas e pilares com fechamento em alvenaria estrutural já fosse bastante empregado na época para edificações de médio e grande porte, como no caso do Moinho Porto-Alegrense e da Cervejaria Bopp, era muito mais comum o uso de estruturas internas de concreto armado.



Fonte: Desenho do Autor, 2021.

Figura 54
Estrutura de Viga-Pilar no térreo do setor de Moagem - 2016



Fonte: Foto do Autor, 2017

Nas paredes, a solução empregada difere em aspecto do padrão *manchesteriano*, ao utilizar reboco sobre a estrutura de tijolos maciços, tanto interna quanto externamente. Esteticamente essa escolha define um aspecto particular que aproxima o Moinho da linguagem arquitetônica local que, salvo alguns poucos exemplos na região das colônias alemãs e italianas, não utiliza alvenaria aparente como aspecto de sua arquitetura.

As paredes externas possuem espessura variada e são reforçadas por pilastras nos pontos de contato com as vigas metálicas. Elas vão de 65 centímetros (75 centímetros nas pilastras) no térreo, diminuindo para 50 centímetros nos segundo e terceiro pavimento, até 30 centímetros no quarto pavimento (espessura essa que foi mantida na construção do quinto pavimento).

Embora o reboco tenha sofrido com ação do tempo e por um acelerado processo de desmantelamento das estruturas internas, a estrutura da alvenaria de tijolos permanece em bom estado, assim como boa parte das estruturas metálicas. O mesmo não pode ser dito da estrutura do silo, que foi inteiramente desmontado e removido, e dos entrespisos. Estes últimos eram feitos de madeira, que segundo Miranda (2003, p. 99) “era comum o uso deste material para a secagem do trigo”. Hoje os pisos se encontram quase que completamente deteriorados, tanto por ação deliberada dos proprietários, como por problemas de infiltração no telhado.

A fachada da rua Voluntários da Pátria mede aproximadamente 21 metros de altura até a platibanda e 24 metros até o topo do frontão, por 35,50 metros de comprimento. Está subdividida em 14 linhas de pilastras, com afastamento entre elas de aproximadamente 1,85 metros no setor de moagem, 2,00 metros no setor de pré-lavagem e 3,00 metros nos silos. Entre a primeira pilastra, que faz a transição para o chanfro da esquina, e a segunda pilastra há um afastamento de 70 cm onde não há qualquer tipo de abertura.

O ritmo nesta fachada é dado por 12 linhas verticais formadas pelas grandes janelas pivotantes de arco abatido, medindo aproximadamente 1,00m x 2,10m. No frontão, as duas linhas são acrescidas de uma pequena janela de 1,00x1,60 metros cada. Assim, são 12 janelas por andar, totalizando 60 janelas (62 com as pequenas aberturas no frontão). No térreo, originalmente, as duas últimas janelas (do setor dos silos) davam lugar a uma porta e uma grande janela, ambas de verga reta. Essa configuração de fachada se manteve durante boa parte da existência do edifício, quando nos anos 1990 (provavelmente) estas duas últimas aberturas do térreo foram substituídas por janelas semelhantes às demais. Todas as janelas, com exceção das do quinto pavimento que estão postas sobre a antiga cimalha, possuem uma pingadeira.

No chanfro da esquina há única linha de janelas que vai do primeiro ao quinto pavimento, postas entre duas pilastras com afastamento de aproximadamente 1,45 metros. A fachada da rua Moura Azevedo possui coroamento de forma trapezoidal (reto no topo e chanfrado nas extremidades), medindo aproximadamente 22 metros de altura no ponto mais alto. Seu comprimento é de 12,50 metros, possuindo pilastras nas extremidades e no centro, como afastamento entre a primeira (esquina) e a segunda pilastra de aproximadamente 4,40 metros e entre a segunda e a terceira de 5,40 metros. Aqui são 20 janelas (4 por pavimento, 10 em cada segmento de fachada delimitado pelas pilastras) e todas possuem pingadeiras.

Figura 55
Moinho Rio-Grandense
Fachada Voluntários da Pátria



Fonte: Foto do Autor.

Figura 56
Fachada Moura Azevedo



Fonte: Foto do Autor

Completa o aspecto da matéria do edifício o reboco sobre a alvenaria de tijolos, que recebe uma pintura que variou bastante durante os anos, mas que, no geral, seguiam o padrão dos edifícios do início do século XX, com pano de fundo claro e molduras e detalhes escuros. O edifício não possui uma base bem marcada, mas há um engrossamento do reboco no encontro com o piso (sóculo) que, assim como os demais detalhes, frequentemente recebia pintura de cor mais escura.

E, em ambas as fachadas, quase não há elementos decorativos. As exceções são pequenos losangos, provavelmente feitos de tijolo rebocado, colocados logo abaixo das cimalthas do quarto e quinto pavimento em todas as pilastras. Também é possível notar a presença de uma espécie de capitel geometrizado, na mesma linha das cimalthas, fazendo o coroamento das pilastras.

Na época da construção do edifício havia, em ambos os frontões, a inscrição “Albino Cunha”, seguida logo abaixo por “Moinho Rio-Grandense”. Esta inscrição podia ser vista também na empena cega do silo e foi mantida alterada para S.A. Moinho Rio-Grandense quando se tornou empresa de capital aberto, em quase todas as fases do edifício. A imagem abaixo (fig. 57) mostra o contraste entre o projeto original, ainda com os quatro pavimentos, o escritório e o depósito, em comparação ao contexto atual da edificação.

Figura 57
Comparativo entre projeto original (1916) e Edifício Atual (2021)



Fonte: Montagem do autor, 2021

A cobertura do edifício também desempenha papel fundamental na definição de seu aspecto. Nos anos 1950 o moinho, que até então possuía 4 pavimentos no seu corpo principal, ganhou mais um pavimento, assumindo o aspecto que possui até hoje. Junto a esse quinto pavimento foi construído outro elemento bastante característico da arquitetura industrial: o lanternim. Este se trata de um pequeno telhado construído sobre a cumeeira do telhado principal, geralmente com aberturas laterais, que tem como principal função melhorar a ventilação e iluminação do edifício. Ele foi construído em uma complexa estrutura de madeira, coberta por telhas de fibrocimento e possuindo uma passarela técnica interna feita de estrutura metálica. As laterais eram compostas quase que inteiramente por aberturas de ferro e vidro, definindo assim seu aspecto.

Embora seja possível perceber pelas fotografias antigas que os telhados dos anexos possuíam cobertura de telhas cerâmicas, não podemos chegar a uma conclusão no que se refere ao telhado do edifício principal. Sabe-se que

possuíam uma água-furtada sobre o setor de Pré-lavagem, elemento que cumpria função análoga ao lanternim, mas definir o tipo de cobertura nesta primeira fase do edifício seria mais uma conjectura que uma convicção. O que se sabe ao certo é que desde os anos 50, quando ganhou sua cobertura atual, as telhas são metálicas ou de fibrocimento.

Essa configuração de telhado se manteve quase inalterada até o começo dos anos 2000, quando uma reforma na cobertura substituiu as aberturas do lanternim por um fechamento em telhas de fibrocimento, preservando a estrutura, mas modificando bastante seu aspecto. Outro elemento importante do aspecto do telhado do moinho era dado por várias chaminés e exaustores que pontuavam o telhado. Embora a maioria destes elementos tenha sido removida com o passar dos anos, ao menos três ainda podem ser vistos da rua.

Tendo apresentado algumas das principais questões referentes à *matéria* do Moinho Rio-Grandense, podemos passar ao segundo axioma estabelecido por Brandi, onde entenderemos melhor a importância da *unidade* e do tempo *para* a obra de arte. Segundo o autor:

[...] a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo. (BRANDI, 2019, p. 33)

Por fim, destacamos a questão do tempo na teoria brandiana e sua relação com o Moinho Rio-Grandense. Para o autor, o tempo na obra de arte se faz presente, fenomenologicamente, em três momentos distintos. O primeiro como *duração*, no que se refere ao tempo de formulação da obra pelo artista ou, no nosso caso, do projeto pelo arquiteto. Vimos umas séries de questões e condicionantes a respeito do projeto do Moinho, no entanto, devido ao anonimato de seus reais projetistas, a maior parte dessas questões relativas a este primeiro *tempo* do moinho chegam até nós apenas pelos registros (textuais e fotográficos) sobre os primeiros anos do edifício.

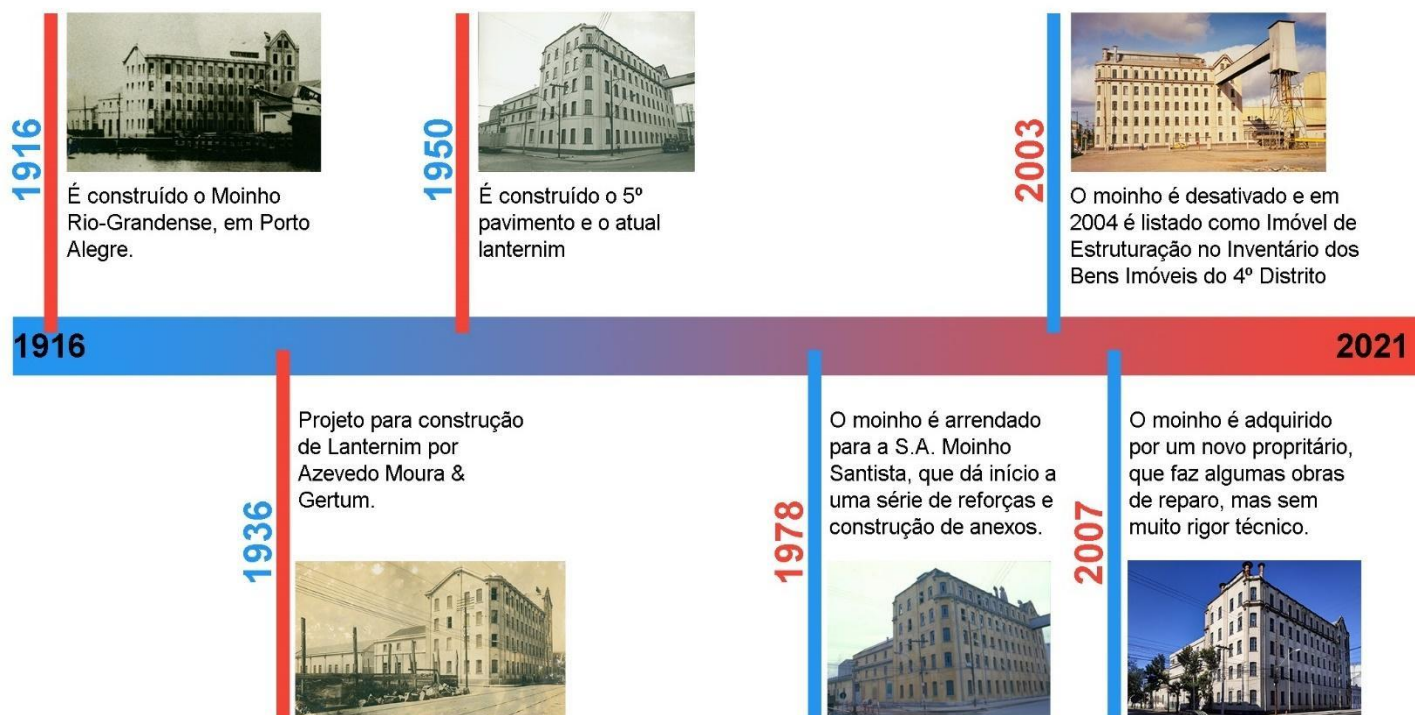
O segundo tempo, todavia, nos é particularmente importante, pois nele está contida a maior parte da trajetória do edifício rumo à sua consagração como

patrimônio industrial. Este tempo é justamente o *intervalo* entre o fim do projeto e o reconhecimento do objeto como obra de arte. Nele estão contidas todas as alterações, acréscimos, subtrações e modificações no edifício.

Por fim, o terceiro tempo, para Brandi, é justamente o tempo presente. É o momento onde o projeto de restauro deve se inserir, não apenas como medida de recuperação, mas sobretudo como momento de reconhecimento do objeto como obra de arte. Assim, pode-se dizer que o último tempo que incide sobre determinado objeto inicia-se no instante de sua consagração como patrimônio cultural.

Todos os tempos dentro da teoria Brandiana são importantes, tendo em vista que cada um traz consigo a compreensão de diferentes momentos fundamentais da trajetória, neste caso de um edifício, rumo a seu reconhecimento como um bem histórico e cultural. Todavia, é no segundo tempos em que mais devemos focar nossos esforços de pesquisa. Isso se deve pela quantidade de questões que emergem daí e, principalmente, pois é neste tempo onde o objeto pode ganhar ou perder valor, dependendo da qualidade da intervenção. Desconsiderar as modificações pelas quais o moinho passou nesses mais de 100 anos em uma análise arquitetônica é também negligenciar um elemento da "[...] fisicalidade de que a imagem precisa servir-se para atingir a consciência" (*idem*. p. 57).

Figura 58
Linha do Tempo do Moinho Rio-Grandense



Fonte: Desenho do autor, 2021

No gráfico acima (fig. 58) estão dispostos os principais acontecimentos entre o “tempo de criação” e o “tempo de consagração” do Moinho Rio-Grandense. Veremos na sequência, com maior profundidade, o contexto e a importância de cada um destes.

A transformação do edifício ao longo dos anos foi marcada por várias etapas, desde a construção de novos anexos adjacentes, armazéns próximos e transformações significativas na estrutura do edifício principal. Foi possível verificar nos planos obtidos junto ao Arquivo Municipal de Porto Alegre um projeto de construção de um lanternim, de dimensões muito semelhantes ao que hoje existe no edifício, encaminhado à prefeitura em abril de 1936 (Processo N° 7054/936).

O responsável técnico pelo projeto foi o escritório de engenharia Azevedo Moura & Gertum que, segundo Miranda (2003), em 1929 havia projetado a Fábrica de Chapéus Kessler e em 1934 foi responsável pelo moderno projeto do Edifício da Tecelagem da A.J. Renner. Esta era uma das principais firmas de

construção da cidade na primeira metade do século XX, com mais de 235 projetos aprovados em Porto Alegre entre os anos de 1925 e 1949 (WEIMER, 2004b).

O quinto pavimento, todavia, segundo os planos presentes no processo Nº 6644/50, só seria encaminhado à prefeitura em novembro de 1950. A SAMRIG, seguindo a tendência das primeiras ampliações feitas nos anos 1930, deixou o projeto a cargo de outro importante escritório de engenharia local: Ernesto Woebcke & Cia. Ltda. Segundo Weimer (2004b, p.194), esta era “[...] uma das empresas mais bem conceituadas no mercado imobiliário de Porto Alegre”. O escritório possuía, à época, já uma grande experiência com projetos para indústrias. Para o Moinho Rio-Grandense, em 1924, já haviam projetado o Moinho Pelotense. Em Porto Alegre foram responsáveis pela construção, em 1936, dos arrojados silos de concreto armado da Maltaria Navegantes e, em 1937, pelo projeto do icônico edifício da fábrica de chocolates Neugebauer. Nesse sentido, podemos perceber que a incorporação de um novo pavimento ao edifício original foi projetada e executada por técnicos bastante capazes e com experiência em projetos de fábricas.

O novo pavimento foi construído seguindo as linhas e as proporções originais do prédio, removendo o pequeno frontão da fachada da Moura Azevedo e utilizando a cimalha do coroamento do edifício original como uma espécie de elemento decorativo. O pavimento termina na linha dos vértices inferiores do frontão da Voluntários da Pátria, com o coroamento da parede feito por meio de uma cimalha semelhante à original.

Assim, o Moinho Rio-Grandense se consolida na paisagem do 4º Distrito como um grande bloco prismático de cinco pavimentos, numa época em quem menos de 1% das edificações urbanas de Porto Alegre tinham mais de quatro pavimentos, segundos dados apresentados por Pimentel (1945, p. 476). O quinto pavimento, além de uma atualização técnica que permitia maior produção, pode ser considerada uma atualização formal.

Se os anos 1930 introduzem o racionalismo clássico e derivações do *Art Déco* na arquitetura de Porto Alegre, o final dos anos 1940 e, sobretudo, os anos 1950 marcam o estabelecimento da Arquitetura Moderna no país. O prédio de

quatro pavimentos, estrutura metálica, com dois frontões e elementos decorativos racionalizados que havia sido sinônimo de modernidade na década de 20 já não tinha o mesmo impacto na paisagem local, que contava já o moderno edifício da maltaria da Cervejaria Continental (1932-1936) e alguns outros projetos que, aos poucos, abandonaram o formalismo e o decorativismo que dominara a cidade nas décadas passadas.

Dessa forma, a intervenção além de verticalizar a estrutura, reforça a simplicidade das formas com a supressão de um dos frontões. A estrutura de paredes de alvenaria se mantém inalterada, mas há uma leve modificação no aspecto com a incorporação do quinto pavimento que, na prática dá maior destaque a continuidade das linhas verticais e ao ritmo dado pelas grandes janelas pivotantes de arco abatido de 1,00 x 2,10 metros.

Embora a compreensão do estilo e da forma do Moinho por parte dos arquitetos que propuseram a intervenção dos anos 1950 estivesse de acordo com o partido original, o mesmo não pode ser dito da qualidade das questões técnicas. As estruturas metálicas propostas por Woebcke e Cia para a ampliação do edifício foram de qualidade bastante inferior à daquelas importadas da Europa. No quarto e quinto pavimento, os robustos pilares cilíndricos dão lugar a perfis tubulares retangulares de secção bastante reduzida. Estes pilares apresentam leve deformação em alguns pontos e tiveram que ser reforçados em algum momento dos anos seguintes, como mostra a figura 59.

Nota-se também nesta imagem que o último pilar (à esquerda) não recebe o reforço conforme os demais pilares, sendo um bom indicativo de que originalmente foi projetado apenas com o elemento central. Também na ampliação, as vigas metálicas de perfil "H" deram lugar a vigas de madeira maciça. Estas também receberam um reforço metálico no quinto pavimento, embora não se possa concluir se por erro no dimensionamento ou por degradação do material.

Figura 59
Interior do Moinho Rio-Grandense, 4º Pavimento – 2017



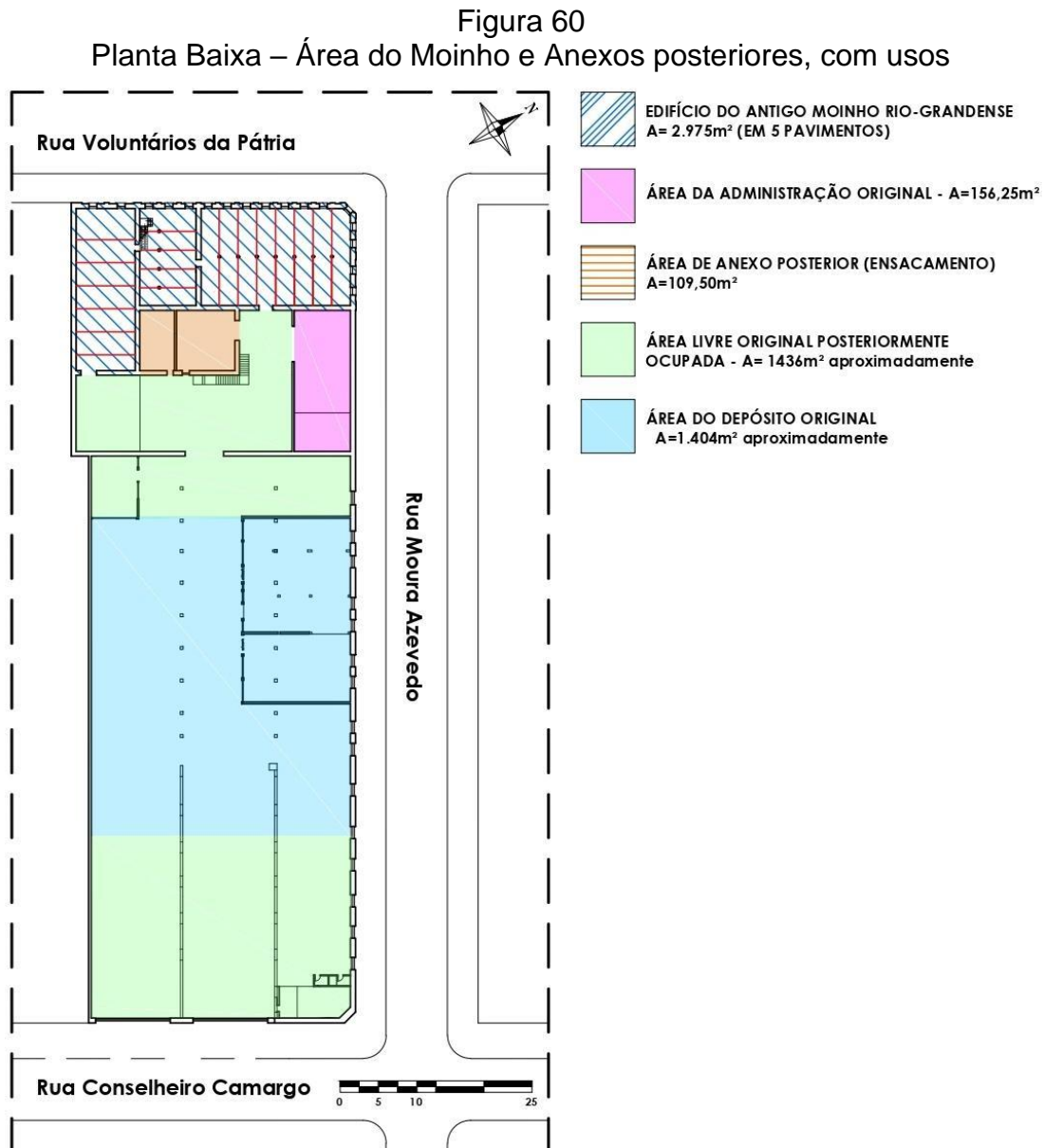
Fonte: Foto do Autor, 2017

Na figura 59 é possível perceber o último pilar, mais à esquerda, sem reforço. A linha vermelha tracejada no terceiro pilar demonstra uma leve deformação vertical na estrutura, indicativo de sobrecarga.

Embora não tenha sido possível ter acesso ao projeto original, as análises feitas por outros autores e as fotografias dos primeiros anos do Rio-Grandense nos mostram que, muito provavelmente, tanto o prédio do escritório (anexo ao moinho) quanto uma parte dos depósitos foram construídos juntos com o edifício principal, uma vez que sua matéria é bastante semelhante. O escritório era um edifício de dois pavimentos (ou um pavimento e uma sobreloja, pela proporção entre primeiro e segundo piso), com uma porta e duas janelas no primeiro piso e três pequenas janelas no segundo, com todas as aberturas sendo de verga reta.

Apesar de o edifício seguir ao menos parcialmente a linguagem compositiva do Moinho, utilizando o mesmo tipo de cornija e capitel geometrizado nas pilastras, há aqui um nível maior de decoração percebido pela moldura nas janelas do segundo piso. Originalmente havia uma separação entre este edifício e o depósito, onde havia um grande portão metálico. É bem provável que o escritório tenha funcionado no local, no mínimo, até o final dos anos 1920,

quando as indústrias de Albino Cunha se tornam empresas de capital aberto e expandem suas operações.



Sobre os depósitos, também é bastante difícil traçar uma trajetória das alterações. Por fotografias, é possível perceber que originalmente era uma construção de um pavimento, com telhado em duas águas e oitão em alvenaria perpendicular à rua Moura Azevedo. Também nota-se que, ao menos nos primeiros anos, o prédio era menor e não ocupava toda a testada da quadra. O

primeiro projeto para essa área que se tem registro é de 1929 (Nº 11.177/930) para um sistema de transporte horizontal que conectava os armazéns de farinha (nos anexos do edifício principal do moinho) ao armazém de trigo junto ao trapiche do Guaíba.

Embora a baixa resolução dessas plantas impossibilite uma análise mais detalhada, foi possível constatar que os armazéns de farinha, nesta época, eram compostos por três pavilhões paralelos, cada um com um telhado em duas águas no mesmo sentido da foto de 1916, mas com a presença de um lanternim no telhado do bloco central. A configuração deste espaço lembra muito as fábricas térreas que eram o padrão industrial da época. Em maio de 1948 um novo projeto para essa área é encaminhado à Prefeitura (Nº 14037/48), onde é proposta a construção de um almoxarifado para a sacaria. Embora seja difícil identificar precisamente onde este anexo foi construído (um pequeno bloco de 3,00x3,00 metros em uma planta em escala 1/500), é possível perceber através da planta de situação o quão densamente ocupado era o quarteirão do moinho, já nessa época, e quais outros lotes próximos a SAMRIG possuía para expansão.

Figura 61
Depósito de farinha, provavelmente na década de 1980



Fonte: Acervo Centro de Memória Bunge, 2021

Figura 62
Depósito de farinha, atualmente.



Fonte: Foto do Autor, 2017.

Em 1949 e 1950 são encaminhados dois projetos à Prefeitura para o lote na esquina da rua Moura Azevedo com a rua Conselheiro Camargo. O primeiro (Nº 34869/49) é de um telhado para um depósito de 12,00 x 6,00 metros, já o segundo (Nº 6644/50) é de um projeto para armazéns. Neste projeto, consta apenas uma planta de situação, localizando o prédio na esquina. Pelo acervo fotográfico a que se teve acesso, este é provavelmente o mesmo prédio existente ainda hoje no local. Este prédio se constitui em um bloco único, tendo dois pavimentos na esquina e um pavimento no restante do corpo.

Percebe-se no projeto uma busca por se aproximar da linguagem arquitetônica dos anexos, com grandes janelas de verga reta, marcação das pingadeiras e uso de formas puras e ângulos retos, sem ornamentação. De certa forma, este armazém (até pela época em que foi construído) se aproxima muito mais a uma linguagem da arquitetura moderna, com janelas em fita, fachada livre e pé-direito duplo, do que da arquitetura manchesteriana do Moinho Rio-Grandense.

Após a década de 1950, há uma escassez de material sobre as intervenções feitas no moinho. Porém, em material presente no Acervo Centro de Memória Bunge (2021) consta que a partir de 1978, quando as instalações da empresa são arrendadas para a S.A. Moinho Santista Indústrias Gerais, a

área industrial do moinho passa por diversas modificações, incluindo a reforma e modernização do setor de limpeza de trigo, no edifício principal, e a construção da fábrica de rações balanceadas para alimentação animal, em 1986, na área do antigo trapiche.

Fotos da época, presentes no mesmo acervo, demonstram que já nesta época, entre o final dos anos 1970 e meados dos anos 1980, tanto o moinho quanto seus anexos já apresentavam configuração bastante semelhante a atual. Nesta época, o Moinho ainda possuía a porta de acesso na rua Voluntários da Pátria e contava com uma grande passarela metálica sobre a rua que conectava uma abertura no quinto pavimento no setor do silo aos armazéns, aos novos silos de metal e, posteriormente, ao cais. Essa passarela foi removida em 2010 e no lugar foi feita uma reconstituição da abertura original de arco abatido. Em 2003 a produção de farinha é transferida para uma nova fábrica na região metropolitana de Porto Alegre, encerrando o ciclo produtivo do edifício.

Tendo estabelecido uma cronologia geral das intervenções pela qual passou o Moinho Rio-Grandense, é importante retomar novamente Brandi e a questão do tempo na obra de arte, especificamente o terceiro tempo que constitui o *instante* de reconhecimento do objeto como obra de arte em si. O autor chama a atenção para que o próprio processo de restauro muitas vezes cumpre esta função de reconhecimento da obra de arte, uma vez que “[...] a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro” (BRANDI, 2019, p. 30)

Embora esta pesquisa possa ser entendida como um princípio de processo de restauro, uma vez que investiga os valores do Moinho e propõe seu reconhecimento como obra de arte, há dois momentos da história deste edifício que me parecem mais condizentes com o início de seu terceiro *tempo*.

O primeiro seria seu reconhecimento legal como patrimônio cultural da cidade. Como visto anteriormente, isso se dá em 2008, quando o edifício principal do moinho é listado como Imóvel de Estruturação no Inventário dos Bens Imóveis do Bairro São Gerald. Esta proteção seguiu os parâmetros estabelecidos pelo inciso I do parágrafo único do art. 14 da Lei Complementar nº

434, de 1999, que definiu Edificação Inventariada de Estruturação como “[...] aquela que por seus valores atribui identidade ao espaço, constituindo elemento significativo na estruturação da paisagem onde se localiza” (PORTO ALEGRE, 1999, p. 8).

Outro momento que marcaria o início deste terceiro tempo, este muito mais subjetivo e impreciso, mas igualmente significativo, seria o momento onde o Moinho passa a ser reconhecido por uma parcela da sociedade como um importante elemento da história e da cultura da cidade. Sua inclusão no Inventário dos Bens Imóveis do 4º Distrito não seria então fim deste processo de reconhecimento, não início, uma vez que os inventários surgem de uma série de discussões entre diversos atores sociais que incluem não só a municipalidade, como estudiosos, meio acadêmico, políticos e sociedade civil. É difícil precisar o momento exato em que um objeto assume perante a sociedade essa importância de monumento histórico, mas no caso do Rio-Grandense percebe-se que desde os anos 1980 sua importância histórica e cultural já era discutida:

A história do moinho de Porto Alegre remonta ao século passado, pois o prédio em que hoje ele funciona foi inaugurado em 1891²⁷, com a entrada em operação do Moinho Rio-Grandense. Foi o primeiro estabelecimento fabril do Estado e a construção é de tal valor arquitetônico que no ano passado foi declarada Patrimônio Histórico da Cidade por decisão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, na administração de Guilherme Socias Villela. (REVISTA SANTISTA, 1984, p. 14)

O reconhecimento do Moinho como patrimônio cultural da cidade, no entanto, não retardou seu processo de degradação. Entre 2003 e 2007, o maquinário é resolvido e o edifício passa por um acentuado processo de degradação, com falta de manutenção preventiva, abandono, vandalismo e

²⁷ A S.A. Moinho Santista, dona do Moinho Rio-Grandense na época e responsável por essa publicação aqui confunde o Moinho Rio-Grandense de Porto Alegre com seu homônimo de Rio Grande no que se refere a data de construção. Vale salientar também que não há, ao menos na prefeitura de Porto Alegre, nenhum registro anterior ao início dos anos 2000 de qualquer proteção legal ao Moinho.

problemas de infiltração da cobertura, que acaba danificando boa parte das estruturas de madeira dos entresijos.

Em 2007 a TMSA Engenharia adquire o Moinho e edificações anexas, passando a utilizar o local como depósito de maquinário industrial. A empresa inicia obras de reparação da cobertura, mas sem os critérios técnicos estabelecidos pela Carta de Nizhny Tagil (2003), Princípios de Dublin (2011) ou por qualquer teoria de restauro. É nesse período em que há modificação do aspecto do lanternim, com a substituição das aberturas pelos fechamentos em telhas de fibrocimento, e o desmantelamento da estrutura dos silos e dos entresijos de madeira. Há projetos por parte da empresa de fazer uma reciclagem de uso, utilizando o edifício como conjunto de salas comerciais e escritórios, mas até hoje nenhum trabalho nesse sentido foi executado.

Com mais de um século de história, o Moinho Rio-Grandense carrega consigo uma série de valores históricos, sociais e culturais que transparecem por meio de sua arquitetura e que por ela chegam até nós nos dias atuais.

O edifício é representativo de uma linguagem arquitetônica tipicamente industrial, marcado fortemente por influências da arquitetura inglesa do período da Revolução Industrial e que foi construído em uma época onde o padrão que se estabelecia era bastante diferente, sobretudo no contexto da cidade de Porto Alegre, onde representa uma série de inovações técnicas e arquitetônicas.

Seus valores individuais, por si só, estão plenamente alinhados com os princípios da Carta de Nizhny Tagil (2003), sobretudo no que se refere ao pioneirismo e à raridade das soluções técnico-construtivas empregadas. Embora estudos sobre a importância arquitetônica do edifício principal apareçam de forma esporádica no meio acadêmico desde meados dos anos 1990, o real valor de seu conjunto arquitetônico ainda parece inexplorado.

A leitura de planos e projetos pelos quais o edifício principal e seus anexos passaram ao longo destes quase 105 anos nos ajuda a estabelecer sua trajetória arquitetônica, mas é necessária a ampliação do debate para áreas além da arquitetura para que se possa ter a real noção de sua importância para a cidade de Porto Alegre.

Mais do que um testemunho físico da história e da memória da agroindústria gaúcha, o Moinho Rio-Grandense se constitui num importante ativo cultural da cidade, com potencial de “[...] auxiliar a alcançar metas de um desenvolvimento sustentável em nível local” (ICOMOS-TICCIH, 2011) por meio de sua preservação, segundo estabelecidos pelos Princípios de Dublin (*idem*).

Contudo, mesmo que tenha sido reconhecido legalmente como patrimônio edificado da cidade há mais de 10 anos, sua real importância para a história da Arquitetura e da agroindústria do Rio Grande do Sul ainda parece ser negligenciada. Não há, nem da parte do poder público, nem da sociedade civil ações de valorização deste importante patrimônio industrial local e nem mesmo a proteção conferida pelo inventário impediu o desmantelamento de suas estruturas internas e perda quase completa dos patrimônios materiais e imateriais a ele associados, com seu maquinário, processos produtivos e histórias e saberes de seus trabalhadores. Assim sendo, esta pesquisa espera contribuir para ampliação deste debate, buscando dar reconhecimento a esse importante Patrimônio Industrial antes que mais aspectos fundamentais de sua história centenária venham a desaparecer.

4 O PASSADO NO FUTURO DO MOINHO: Diretrizes para preservação e fruição do Moinho Rio-Grandense

Tendo visto os principais elementos que conferem valor de patrimônio cultural ao Moinho Rio-Grandense, é fundamental buscar maneiras de garantir sua preservação e auxiliar em sua valorização perante a sociedade. Não apenas por ser um edifício de valor histórico para o desenvolvimento da cidade, mas por configurar-se como um potencial espaço onde podem se estabelecer diálogos, debates e planejamento do futuro. Assim são os bens culturais em sua essência. Mais do que uma lembrança do passado, sua permanência no espaço urbano deveria orientar a busca constante pela construção de uma cidade que represente a todos de maneira justa e igualitária.

Os bens preservados, no processo de construção da cidade, assumem importância como permanências que representam um duplo capital – material e simbólico. [...] A preservação dessas evidências, que irão alimentar as memórias e a história da cidade e de seus habitantes está relacionada com um projeto de cidade do futuro e não com a mera contemplação da cidade do passado. (MEIRA, 2004, p. 14)

A questão da preservação da memória, sobretudo no que tange à conservação de seus suportes materiais no contexto de grandes cidades e de cidades capitais, frequentemente encontra como obstáculo a ideia de que o patrimônio é um obstáculo ao progresso. É constante que duas visões opostas sobre a questão do patrimônio cultural entrem em conflito: a uns, o patrimônio está completamente envolto em ideais de romantismo e saudosismo como se sua única função fosse evocar um passado que, na grande maioria dos casos, é irreal e idealizado. Já para outros, o patrimônio cultural, sobretudo o edificado, é visto como um inimigo do progresso, um entrave para a modernização ou, em alguns casos, a materialização de um passado que não queremos lembrar. Ambas as visões acerca do patrimônio são ausentes de questionamento, ignoram fatos e o valor social contido nestes objetos.

A sociedade contemporânea vive, mais uma vez, uma crise de suas bases, tanto econômicas, quanto sociais. Com uma diferença cada vez maior entre os mais ricos e os mais pobres (GAVRAS, 2021), movimentos migratórios

cada vez mais intensos, motivados por crises humanitárias ao redor do mundo, entre outros fatores, há cada vez mais, minorias ocupando um mesmo espaço urbano que, historicamente, atende aos anseios dos grupos dominantes.

Essa crescente desigualdade econômica e social vem reforçando também uma desigualdade cultural, silenciando grupos, apagando monumentos e referências identitárias de grupos sociais menos favorecidos. Criam-se assim sujeitos fragmentados (SANTOS, 2008), compostos de diferentes identidades, pertencentes a muitos grupos e, ao mesmo tempo, verdadeiramente não integrados a nenhum.

Como sugere Santos (*idem*, p.1), essas transformações sociais “[...] acabam por configurar a cultura como lócus fundamental do processo de constituição de sociedades”. Isso porque, tal como afirma Canclini (1983), existe uma relação indissociável entre o capital econômico e o capital cultural, tendo em vista que as ditas “culturas populares” (*idem*), quase sempre atreladas aos grupos minoritários ou subalternos, derivam de um processo desigual de apropriação dos bens econômicos e culturais. Tal relação reflete-se diretamente nas políticas de preservação do patrimônio, sobretudo no espaço das grandes metrópoles, uma vez que estas reproduzem e perpetuam as estruturas de poder vigentes.

Por mais que as narrativas construídas e o senso de coletividade e pertencimento busquem sustentar uma transcendentalidade social do patrimônio consagrado como algo representativo dos diferentes grupos que integram determinada sociedade, na prática vemos como os setores hegemônicos utilizam-se das estruturas de poder que lhes favorecem para se apropriar do patrimônio comum:

[...] Consagram-se como superiores certos bairros, objetos e saberes, porque estes foram gerados pelos grupos dominantes, ou porque tais grupos contam com a informação e formação necessárias para compreendê-los e apreciá-los, ou seja, para controlá-los melhor. [...] Os setores dominantes não só definem quais bens são superiores e merecem ser conservados, mas também dispõem dos meios econômicos e intelectuais, tempo de trabalho e de ócio, para imprimir a esses bens maior qualidade e refinamento.

(CANCLINI, 1994, p. 97)

Por essas razões, os bens culturais produzidos, ocupados ou reivindicados pelas classes populares, como é o caso dos espaços de trabalho associados à grupos operários “costumam ser mais representativos da história local e mais adequados às necessidades presentes do grupo que os fabrica” (*ibidem*). Porém, por vincular-se a grupos que constantemente lutam por seu espaço na cidade, a memória popular está em constante risco, uma vez que sua perpetuação depende quase que exclusivamente dos esforços ou do poder público – tão volúvel na realidade recente brasileira – ou da continuidade do grupo ao qual pertence.

Por tais questões, abordar o direito ao patrimônio cultural é também tratar do direito à identidade. Aqui, entendemos identidades não como um reflexo unificado com fim de representar plenamente um grupo ou grupos de indivíduos, mas “[...] como um conjunto de repertórios de ação, de língua e de cultura que permite a uma pessoa reconhecer sua vinculação a certo grupo social e identificar-se com ele” (SANTOS, op. Cit., p.2). Sendo a identidade um reflexo direto das ações do grupo que a proclama, as escolhas dessas ações tem o poder de imprimir mudanças culturais, tornando assim os bens culturais espaços constantes de disputa, questionamento e autoafirmação.

Assim, discutir patrimonialização sem levar em conta as tensões sociais e o papel destes elementos do passado na construção social do indivíduo é também negligenciar uma de suas maiores potencialidades. Mais do que remeter a outros tempos, o patrimônio cultural possui uma “dimensão transformadora” (MEIRA, op. Cit., p.14) capaz de fazê-lo assumir função de “referência para a construção do futuro” (*ibidem*) tendo em vista sua capacidade de transmitir valores através do tempo, possibilitando entender e até mesmo reinterpretar e ressignificar importantes elementos que constituem a identidade de cada povo.

Desta forma, visando contemplar não apenas a dimensão física, mas também social do patrimônio, a questão fundamental deste capítulo consiste na proposição de diretrizes para a valoração, preservação e fruição do Moinho Rio-Grandense como bem cultural de modo que possa estar integrado em primeira

instância a dinâmica do 4º distrito, como espaço de referência para a memória operária, mas também à cidade de Porto Alegre, como importante espaço de cultura. Para tal fim, propõem-se diretrizes que visam atingir os seguintes propósitos:

- a) Desde a dimensão material, reverter o processo de degradação do entorno e potencializar o Moinho como agente de transformação do setor, estabelecer as prioridades para a conservação do espaço físico do Moinho e propor novos usos que permitam a fruição do espaço, sempre que compatíveis com as características do edifício e as qualidades do lugar.
- b) Desde a dimensão imaterial, destacar o papel do Moinho como documento para a história da agroindústria do Rio Grande do Sul e como suporte de memória e identidade para os grupos a ele associado, incluindo aí antigos trabalhadores, proprietários e seus decentes, mas também os atuais proprietários, comunidade local e eventuais novos usuários do espaço;

4.1 Referenciais de intervenção no patrimônio industrial

Como visto no capítulo 1, o patrimônio industrial é um tema relativamente emergente no campo da preservação. Embora os debates a respeito da preservação da memória industrial tenham iniciado em meados dos anos 1950 na Inglaterra (Kühl, 2006, p. 1), o tema só ganhou projeção internacional e começou a se consolidar como um campo de estudo exclusivo a partir do início do século XXI. Mesmo com algumas iniciativas pioneiras no campo da museologia em prol desta memória industrial, em especial *o Écomusée du Creusot Montceau-les-Mines*, em âmbito internacional e, em âmbito nacional, o projeto para um Museu de Indústria em São Paulo elaborado pela professora Waldisa Rússio Guarnieri em sua tese de doutorado (GUARNIERI, 1980), atualmente talvez o maior campo de estudo do patrimônio industrial resida nas

pesquisas envolvendo o patrimônio edificado no campo da arquitetura e do urbanismo.

Parte da justificativa disso vem do pelo grande potencial construtivo e de adaptação que estas estruturas industriais adquirem ao perder sua função original, mas também pelo grave impacto urbano que o abandono dessas estruturas gera nas grandes cidades. No cenário nacional, emblemático deste potencial transformador é o já citado caso do SESC Pompéia, em São Paulo.

No entanto, até o início dos anos 2000, a partir da criação do TICCH em 1999 e da elaboração da Carta de Nizhny Tagil em 2001, as iniciativas envolvendo o patrimônio industrial eram esparsas, esporádicas e quase sempre aconteciam em lugares onde a indústria era uma narrativa fundamental para a história da localidade.

É o caso do *Museo Hidráulico Molinos del Río Segura*, em Múrcia, na Espanha. Em 1985 iniciou-se o processo de reabilitação do conjunto de antigos moinhos de farinha do final do século XVIII para uso museal e cultural. O projeto do arquiteto Juan Navarro Baldeweg, concluído em 1989, foi eleito um dos dez melhores projetos dos anos 1980 na Espanha²⁸. O museu tornou-se, ao longo das décadas seguintes, um exemplo de patrimônio musealizado em um lugar de conhecimento e fruição de mais de 600 anos de história da agroindústria e da moagem de farinha na região.

Além de um espaço cultural para atividades musicais, exposições de arte, fotografia e atividades educativas, o museu é, acima de tudo, um moinho em funcionamento, com maquinário original, exposições e maquetes que demonstram o processo produtivo para os visitantes. Mais do que reutilizar um antigo edifício industrial, o projeto se utiliza do edifício como documento histórico (RIEGL, 2014), um meio de validação da memória coletiva (HALBWACH, 1990) presente na região.

Além da valorização da arquitetura e do espaço físico, é louvável a utilização do maquinário como elemento narrativo e de exposição no trabalho de

²⁸ MUSEO HIDRÁULICO MOLINOS DEL RÍO SEGURA: EL MUSEO HIDRÁULICO. EL MUSEO HIDRÁULICO. Site da instituição. Disponível em: <http://www.molinosdelrio.org/museo/>. Acesso em: 13 ago. 2020.

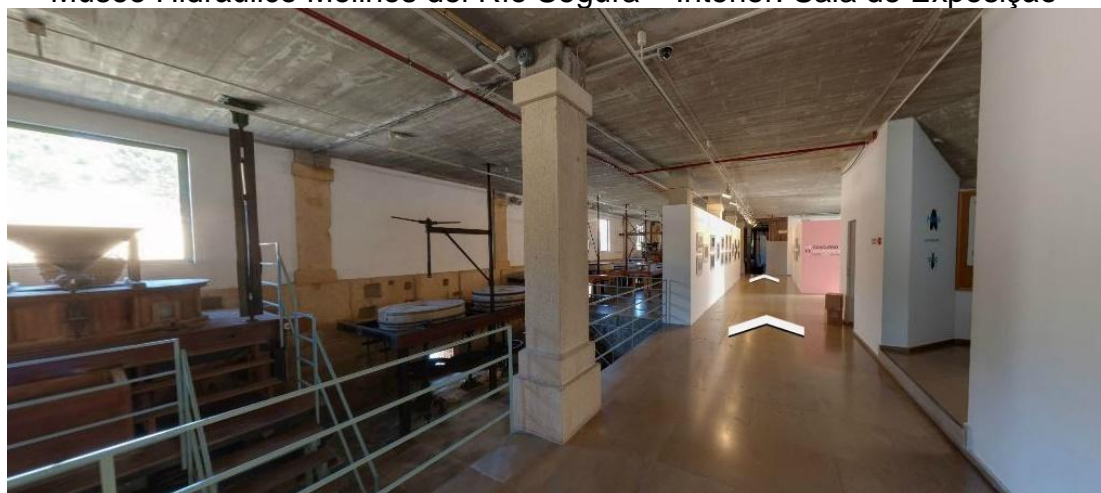
valorização e consolidação da memória agroindustrial. Este exemplo nos é particularmente interessante para a elaboração de um plano de requalificação do Moinho Rio-Grandense pois também possui como foco um patrimônio agroalimentar, onde as estratégias de preservação empregadas não só se preocupam com a materialidade do edifício, como também – a partir do uso de estratégias museográficas – evocam a memória do uso original. Mesmo que o uso final tenha sido modificado, com a conversão de um espaço produtivo em museu, a ênfase museológica no maquinário e a persistência na temática, nas técnicas e métodos produtivos conservam a essência da edificação.

Figura 63
Museo Hidráulico Molinos del Río Segura – Vista Nordeste



Fonte: MUSEO HIDRÁULICO MOLINOS DEL RÍO SEGURA. Múrcia (Espanha). Site da instituição. Disponível em <http://www.molinosdelrio.org/museo/img/museovista01gd.jpg>. Acesso em 18 de agosto de 2020.

Figura 64
Museo Hidráulico Molinos del Río Segura – Interior: Sala de Exposição



Fonte: MUSEO HIDRÁULICO MOLINOS DEL RÍO SEGURA. Recorte da visita virtual. Múrcia (Espanha). Site da instituição. Disponível em <http://www.molinosdelrio.org/visitavirtual/>. Acesso em 18 de agosto de 2020.

Embora a realidade atual do Moinho Rio-Grandense, que foi destituído de praticamente todo seu maquinário original, não nos permita explorar tão bem esta questão do uso, é importante aprender com os Molinos del Río Segura a importância não apenas do edifício, mas de todas as estruturas a ele associadas quando buscamos reafirmar a identidade industrial. Mesmo que pouco ou nada tenha restado do interior produtivo do Moinho, esta é uma lacuna que pode ser parcialmente preenchida através de estratégias museográficas, como o uso de maquetes, painéis informativos e representações simbólicas do antigo espaço de trabalho.

Investir na ênfase ao uso original talvez seja uma das estratégias de preservação mais relevantes quando se fala de patrimônio industrial, justamente pelo potencial didático e pelas diferentes escalas e variáveis que este possui. Conforme estabelecido pelos Princípios de Dublin (ICOMOS, TICCIH, 2011) às múltiplas dimensões deste patrimônio são uma importante fonte de aprendizado que ilustram aspectos importantes de sua identidade e seu valor para com a sociedade.

Porém essa estratégia nem sempre é possível ou mesmo desejável. Dependerá muito do contexto local e da maneira como a população de determinado lugar interage com seus espaços destinados especificamente ao

uso cultural. Um museu da indústria que não é visitado ou não desperta o interesse da comunidade nada mais é do que um depósito com assistência técnica. Mais à frente neste capítulo veremos como isto tem menos a ver com a função museológica em si, e mais com as estratégias de interpretação e utilização do espaço museal. Por hora, é importante estabelecer que propor novos usos para o patrimônio industrial também se configura como uma estratégia viável e efetiva, dependendo do contexto onde o mesmo está inserido.

É importante compreender que a evolução e as transformações pelas quais o patrimônio industrial passa são parte importante de sua história, contanto que a qualifiquem. Como bem elucidam os Princípios de Dublin (op. Cit.) a reversão do objeto a um estado prévio só será aceitável em casos excepcionais e para fins educativos, como elucidar as questões relativas aos métodos produtivos ou a organização do trabalho no espaço industrial. Assim sendo, propor novos usos ao patrimônio industrial edificado se constitui em uma estratégia não só bastante viável, como prevista nas normativas que abordam esta classe de patrimônio.

Salienta-se, todavia, que tais usos “devem respeitar os elementos significativos existentes” (ICOMOS, TICCIH, 2011, p.4), de modo a não só integrar as estruturas existentes ao projeto, como também potencializar seu valor e significado. Tratando-se de patrimônio edificado, encontrar um uso coerente e integrado à dinâmica urbana é tão importante quanto preservar a materialidade.

A refuncionalização mediante a implantação de um novo programa de usos foi a estratégia da intervenção do antigo Moinho Marconetti, na cidade de Santa Fé, Argentina. A futura intervenção no Moinho Rio-Grandense poderia implementar estratégias de projeto análogas às empregadas no Moinho Marconetti, dadas as semelhanças entre eles.

A primeira semelhança entre as duas edificações é justamente a época: ambas construídas no período entre o início e o fim da Primeira Guerra Mundial, onde o mercado internacional de produtos industrializados vivia grande crise. Além disso, o moinho de Santa Fé também fica localizado em um dique na zona portuária da cidade que, devido a obsolescência das estruturas industriais ao

longo das décadas anteriores “[...] se tornou o setor de maior crescimento e desenvolvimento da cidade” (SANTA FÉ (ARGENTINA), 2018). Assim sendo, ambas as edificações possuem uma história centenária, tendo vivido o apogeu e a decadência da região onde se encontram.

Figura 65
Liceu Municipal Antonio Fuentes del Arco - Moinho Marconetti



Fonte: CAIROLI, Federico. Santa Fé (Argentina), 2018

Todavia, a semelhança mais evidente entre as duas edificações está em sua arquitetura. Tipologicamente ambos os moinhos adotam o estilo *Manchesteriano*, com fachada seguindo um ritmo determinado pelas aberturas de verga de arco abatido, distribuídos em cinco pavimentos e com a presença de lanternim. Ambas as edificações possuíam silos dentro do volume principal, embora a diferenciação deste setor seja mais destacada na fachada do Moinho Marconetti. As edificações ainda compartilham o mesmo sistema construtivo de estrutura mista, com linha central de pilares metálicos apoiados nas extremidades por alvenaria portante de tijolos maciços, rebocados no moinho Rio-Grandense e aparentes no Marconetti.

Figura 66
Imagem Interna Moinho Marconetti
antes da intervenção



Fonte: CAIROLI, Federico. Santa Fé (Argentina), 2019.

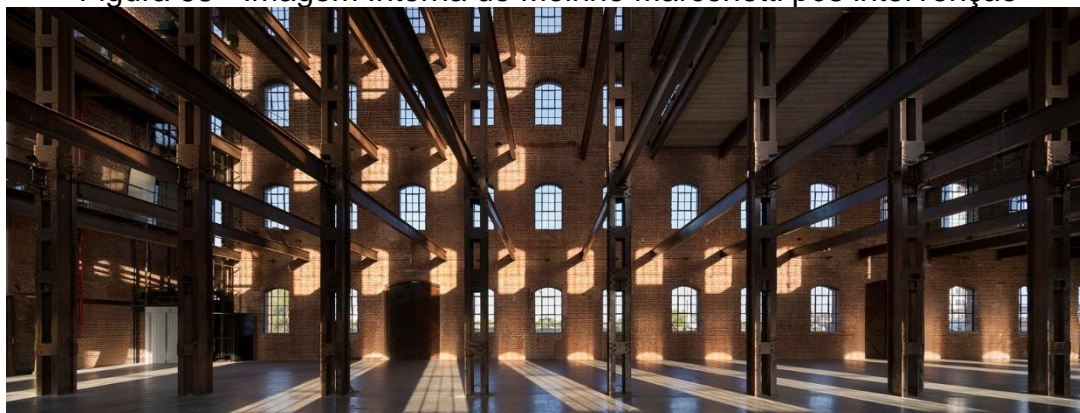
Figura 67
Imagem Interna
Moinho Rio-Grandense



Fonte: Foto do Autor, 2016

As intervenções feitas na estrutura original no Moinho Marconetti são todas em nível de conservação, sem recomposições ou réplicas das estruturas perdidas, sinalizando os processos construtivos e as estruturas pré-existentes do edifício e refletindo os diferentes graus de conservação detectados. O novo uso proposto, de abrigar o Liceu Municipal e as atividades acadêmicas das escolas que o compõem, permitiu a concepção de espaços flexíveis, “[...] que se sobrepõem e avançam no espaço da nave central, de acordo com a exigência superficial de cada área, gerando tabuleiros com dupla e tripla altura que aumentam a espacialidade existente” (SANTA FÉ, 2019). Com isso, a estrutura metálica original e a materialidade de tijolos e ferro, elementos de maior importância desta arquitetura, acabaram por desempenhar um papel central na concepção dos espaços e na identidade do projeto.

Figura 68 - Imagem Interna do Moinho Marconetti pós intervenção



Fonte: CAIROLI, Federico. Santa Fé (Argentina), 2019.

Projetos como o dos Molinos del Río Segura e da Refuncionalização do Moinho Marconetti não devem ser vistos como modelos estáticos, um *checklist* para o sucesso, plenamente aplicável a todos os moinhos de tijolo e ferro do início do século XX. Quando falamos de patrimônio edificado, é importante entender que, tal qual defendia Brandi (2019) ao falar de restauro de obras de arte no geral, cada caso é um caso e que a mínima diferença de contexto, arquitetura ou objetivo almejado pode alterar completamente as condições de projeto e gerar resultados totalmente distintos. Porém, é importante ter em projetos como estes bons exemplos do potencial latente do patrimônio industrial.

A carga histórica e cultural, comum aos patrimônios edificados nessa dimensão, aliados à versatilidade dos espaços industriais e à rica materialidade que geralmente acompanha suas estruturas conferem a tais espaços um grande potencial como lugares de memória (NORA, 1993), ricos em significado e carregados de potencial cultural. Uma vez recuperados, estes podem ser reintegrados à sociedade, seja pela manutenção dos usos como espaços de produção diferenciados, como modelos musealizados de métodos produtivos do passo, seja pela proposição de novos usos, condizentes com a memória industrial local, que permitam não apenas ressignificar esses espaços, mas explorar toda a memória contida neles.

Ao citar estes dois exemplos, objetiva-se estabelecer um parâmetro de intervenção para o Moinho Rio-Grandense, a partir de duas propostas que

representam respostas quase opostas para o mesmo tema da preservação. Em um caso preserva-se o edifício e se musealiza seu uso, no outro se recupera o edifício e propõem-se um novo uso compatível, ressignificando elementos que perderam sua função útil, mas sem abandonar a identidade industrial do conjunto. Desta forma, estabelece-se que qualquer intervenção pensada para o Moinho Rio-Grandense que se encontra entre essas duas abordagens estará, a princípio, bem fundamentada.

Nos dois casos acima apresentados também houve, após as intervenções, consideráveis melhorias no entorno, sendo que no caso do moinho de Santa Fé esse potencial já foi aproveitado dentro de uma política de valorização fundiária, chegando de certo modo a ser um agente de gentrificação, pelo qual a intervenção não está isenta de críticas. Por questões como estas, é que apenas estratégias arquitetônicas isoladas não são capazes de responder sozinhas às problemáticas envolvendo o patrimônio edificado, sobretudo o industrial que traz consigo forte significado social.

Esta é uma questão tão ou mais fundamental para a valorização da memória do que as questões envolvendo única e exclusivamente a arquitetura. Todavia, não é preciso ir para longe para constatar esta necessidade de se entender o contexto ao qual o patrimônio industrial está inserido.

Porto Alegre é uma cidade que carrega em sua história bons e maus exemplos da gestão de seu patrimônio edificado. Segundo Giovanaz (*apud*. MEIRA, 2004, p. 21) “[...] na década de 60 começa a se consolidar um campo de intelectuais atuantes na defesa do patrimônio edificado”. O pioneiro restauro da Usina do Gasômetro, no final dos anos 1980 (GORSKI, 2003), resultado de uma ampla organização da sociedade civil e de grupos não governamentais desde os anos 1970, demonstra que a cidade possui um grande potencial para se apropriar destes espaços relacionados à indústria. É importante salientar que, conforme afirma Meira (2004), independe do âmbito de sua importância (nacional, regional ou local) é no território do município que se localizam os bens patrimoniais, de modo que cabe a ele uma gestão consciente destes patrimônios e ainda, mediar com os proprietários ações em prol da conservação destes bens.

É frequente assinalar ao Estado (federal, estadual ou municipal) toda a responsabilidade pela preservação do patrimônio cultural. Sem o apoio dos proprietários, este pode converter-se em um processo demasiado complexo. Quando há a participação efetiva de proprietários e usuários do espaço, todavia, este pode ser um processo muito mais dinâmico e gerar ações muito mais efetivas.

Nesse contexto, destaca-se a intervenção na Vila Flores, que assim como o Moinho Rio-Grandense, localiza-se numa região de Porto Alegre com forte vinculação à memória da classe operária. Este é um exemplo positivo de gestão privada e participativa em prol do patrimônio cultural local.

Vila Flores é um conjunto de edificações localizado na esquina das ruas São Carlos e Hoffmann, no bairro Floresta. É composto por dois prédios de três pavimentos, juntos ao alinhamento das ruas, além de um galpão localizado no pátio interno formado pelos dois edifícios principais. Embora originalmente não estivesse dentro dos limites legais do 4º Distrito²⁹, tem sua história intimamente ligada ao mesmo.

Foi projetado em 1928 pelo engenheiro-arquiteto José Franz Seraph Lutzenberger, arquiteto teuto radicado em Porto Alegre e responsável por diversas obras icônicas da cidade³⁰. Foi concebido como um conjunto de residências de aluguel para as famílias de operários do 4º Distrito. Por 80 anos manteve seu uso original, mas encontrava-se em péssimas condições devido à falta de manutenção. Até que em 2009, a partir da divisão dos espólios da herança da família Chaves Barcelos, que possuía a propriedade do imóvel, o conjunto arquitetônico foi herdado por João Felipe Chaves Barcellos Wallig, jovem arquiteto paulistano.

²⁹ Importante salientar que apesar de atualmente a noção geral do 4º Distrito englobar quase a totalidade dos bairros Floresta, São Geraldo e Navegantes, originalmente toda a região ao sul da Rua Almirante barroso do bairro Floresta fazia parte do Terceiro Distrito

³⁰ Segundo Weimer (2004), algumas de suas obras mais icônicas foram a Igreja São José (1923), o edifício do antigo internato do Pão dos Pobres (1930) e o Palácio do Comércio (1940). Lutzenberger também foi professor das disciplinas de Geometria Descritiva e de Perspectiva e Sombras na antiga Escola de Belas Artes, antecessora da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, de 1938 até o ano de sua morte, em 1951.

Wallig, juntamente com outros colegas arquitetos, inicia então um extenso processo de levantamento, pesquisa, além de debates com a comunidade local e municipalidade para a elaboração de um projeto. As obras de recuperação começaram em 2011, “quando o conjunto arquitetônico foi aberto para a comunidade com a intenção de tornar-se um centro de cultura, educação e economia criativa” (WALLIG; PENA, 2016).

A partir daí, diversos empreendedores e artistas locais começaram a buscar os edifícios para estabelecer seus espaços de trabalho. Paralelamente a isso, o Vila Flores começa a se consolidar como um importante centro cultural da região, onde ocorrem diversas palestras, oficinas e exposições. Tais atividades reforçam a vinculação do espaço com a história do trabalho e da economia criativa, ao mesmo tempo em que ajudam a ressignificar esses antigos espaços relacionados à memória operária.

De certa forma, a importância do Vila Flores reside justamente em sua função urbana, social e cultural como elemento propulsor do desenvolvimento local, ao mesmo tempo em que se configura como uma iniciativa pioneira (ou anormal, segundo os parâmetros estabelecidos por Rossi) capaz de servir de exemplos para outras iniciativas semelhantes na região. Tais qualidades não são apenas louváveis e desejáveis em projetos semelhantes, mas, como no caso do Vila Flores, devem partir desde o projeto de requalificação:

O estalo: compreendemos que um projeto de preservação e readequação do uso dos edifícios teria uma importância irradiadora para uma região que precisava recuperar sua vitalidade e ressignificar seus inúmeros espaços vazios para voltar a ser uma área econômica e culturalmente ativa e, por consequência, mais segura e atraente para a cidade. Muito mais que simplesmente remover edifícios e dar espaço para a especulação imobiliária construir um edifício verticalizado, como muitos consultores nos apontaram como único caminho, estávamos certos de que um percurso mais longo, e trabalhoso, traria maiores benefícios tanto para o patrimônio material quanto imaterial que se encontrava ali. (WALLIG, 2015.)

A partir do Vila Flores percebe-se o aparecimento de diversas iniciativas semelhantes de menor escala na região. Entre os anos de 2011 e 2020, diversos estabelecimentos comerciais e culturais começaram a surgir na região,

ocupando antigos espaços vinculados à memória industrial. Destaca-se a criação do Distrito C, em 2013. O projeto idealizado pela *UrbsNova - Agência de Design Social e Inovação* propôs a criação de um polo econômico reunindo uma rede de artistas e empreendedores de Economia Criativa, de Economia do Conhecimento e de Economia da Experiência, localizados nos bairros Floresta, São Geraldo (onde o próprio nome do projeto reforça a vinculação com o 4º Distrito) e partes dos bairros Moinhos de Vento e Independência. A iniciativa hoje reúne mais de 100 participantes e reforça a importância de projetos como o Vila Flores para a organização social, o desenvolvimento local e a preservação da memória.

Figura 69

Vila Flores – Projeto Original, 1928



Fonte: WALLIG, 2015

Figura 70

Vila Flores – Fachada atual, 2016

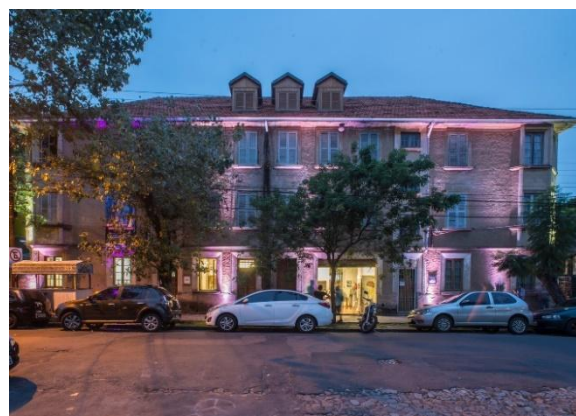
Fonte: ROCHA; BANZI *apud*. ARCHDAILY BRASIL, 2016

Figura 71 – Vila Flores – Pátio interno, 2016

Fonte: ROCHA; BANZI *apud*. ARCHDAILY BRASIL, 2016

Porém, há também no 4º Distrito péssimas intervenções que também devem ser citadas para que não se cometa os mesmos erros. Em 2010, a

construtora Rossi anunciou o empreendimento Rossi Fiategi, propondo a construção de um grande conjunto residencial e comercial de quatro torres (três residenciais e uma comercial) de aproximadamente 18 pavimentos, na área de uma antiga fábrica de tecidos, em Porto Alegre.

Como vimos, a Companhia de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense (Fiategi), fundada em 1893, é um dos mais antigos patrimônios industriais da região. Seguindo uma trajetória semelhante à do Moinho Rio-Grandense, a empresa funcionou no local até o final dos anos 2000, quando se mudou para uma nova fábrica na região metropolitana de Porto Alegre. O terreno de aproximadamente 20.000 m² (MIRANDA, 2003) ocupa toda a quadra conformada pelas ruas Voluntários da Pátria, e Santos Dummont, e pelas avenidas São Pedro e Polônia. Segundo Miranda (*idem*, p. 74), a fábrica “[...] estava organizada em seções especializadas, distribuídas em três pavilhões de pavimento único, alinhados e ligados entre si por passarelas abertas e cobertas”.

O projeto da construtora Rossi propunha a manutenção de todas as edificações principais (incluindo o grande pavilhão principal de mais de 8.000 m²), além da grande chaminé de alvenaria. Todos os anexos e edificações construídas após a segunda metade do século XX seriam demolidos. O projeto foi celebrado por diversos setores da sociedade civil e da municipalidade como ponto de partida para a revitalização do 4º Distrito, contando até com a presença do então prefeito da cidade, José Fortunati, no lançamento do empreendimento (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2010).

As obras começaram em 2011 e foram, em tese, concluídas em 2015. Ao longo de toda a construção foram feitas diversas atividades e ações publicitárias valorizando a vinculação do empreendimento com o 4º Distrito e destacando seu caráter inovador (PORTAL VGV, 2010).

Figura 72 – Rossi Fiateci – Projeto, 2010



Fonte: FOXTER CIA. IMOBILIÁRIA, 2010.

No entanto, na prática não foi o que aconteceu. De fato, a construção das quatro torres (três residências e uma comercial) trouxe novos moradores para a região, o que acabou ajudando alguns comerciantes locais e permitindo o aparecimento de novos. Houve também a consolidação das fachadas dos pavilhões mantidos, mas a relação com o patrimônio industrial e com o 4º Distrito ficou apenas no discurso.

O projeto construído está voltado exclusivamente a atender as necessidades dos moradores e dos clientes das salas comerciais, sem estabelecer nenhuma conexão com os vizinhos. Como salienta Prochnow (2020, p.326) “[...] o projeto é isolado do resto do bairro por extensas calçadas gradeadas, onde a vizinhança é ignorada.” A implantação das quatro torres conflitua com a morfologia do entorno, marcada por edificações baixas de um a cinco pavimentos. Em proporções atípicas, não há nenhuma relação formal ou compositiva com a pré-existência. A relação das novas edificações com a antiga fábrica é justamente o principal problema do projeto. Foi proposto um grande uso comercial para o pavilhão principal, num conceito de *Open Mall*³¹, com

³¹ Modelo de negócios inspirado pelas tendências de mercado norte-americanas, que na grande maioria dos casos configura-se como centros comerciais a céu aberto, geralmente barras

estacionamentos ocupando os pavilhões centrais menores e um pequeno memorial no edifício restante, na esquina oposta ao pavilhão principal.

No entanto, a obra executada apenas realizou a consolidação das fachadas³² e o novo telhado. Diferente do uso inicialmente proposto, os pavilhões foram utilizados como estacionamentos fechados e exclusivos aos moradores. A preocupação com o número de vagas de estacionamento, inclusive, parece ter recebido mais atenção do que a valorização do patrimônio industrial, já que a construção de um segundo pavimento dentro dos pavilhões, acabou por elevar a cota original dos telhados e alterar sua forma, acabando com os *sheds*, característicos da arquitetura industrial.

A laje construída internamente, além de subverter completamente a espacialidade interna (que no caso da arquitetura industrial, é baseada na escala da máquina, não do homem), também cria um elemento de segmentação na fachada, já que a linha deste novo elemento é inteiramente visível das janelas voltadas para a Avenida São Pedro (como pode ser visto na figura 73).

Não há qualquer relação formal, com o patrimônio edificado, tampouco com a memória industrial do conjunto. De fato, o que o projeto da Rossi-Fiategi faz é uma espécie de lobotomia arquitetônica, ou seja, um esvaziamento do significado original do conjunto arquitetônico e da memória atrelada ao local, substituindo o que antes era um lugar cheio de vida e história por aquilo que a Augé (2018, p.60) denomina de não-lugar, ou seja “[...] um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico”.

Pela dimensão e toda a carga histórica relacionada ao conjunto da Fiategi podemos interpretá-lo como um fato urbano que, neste caso, está sim contextualizado. Porém, mesmo que possua uso definido e integrado às necessidades urbanas básicas, como moradias e comércio, também se configura como permanência patológica dada a deficiente qualidade do projeto arquitetônico, uma vez que foi completamente esvaziada de seu significado

estreitas e horizontais, pouco ou nada verticalizadas, que diferenciam-se dos shopping centers brasileiro pelo foco em pequenas e diversificadas lojas, em vez do foco em grandes lojas-âncora.

³² Aqui saliento a palavra *recuperação*, ao invés de *restauração*, uma vez que todo o espaço interno dos edifícios originais, bem como a morfologia dos telhados foram inteiramente alterados.

original. Como estão hoje, os antigos prédios da fábrica de tecidos nada mais são que cascas vazias que se mantêm em pé apenas pela força da lei municipal.

Figura 73
Fiateci – Vista Avenida São Pedro, 2019



Fonte: Foto do Autor, 2019

Figura 74
Fiateci – Vista Avenida Polônia, 2018



Fonte: Foto do Autor, 2018.

Por questões como estas que a arquitetura, sozinha, não é capaz de responder a todas as demandas que envolvem a correta gestão do patrimônio cultural. O projeto arquitetônico e de restauro deve ser o fio condutor para boas práticas de valorização e ressignificação do patrimônio edificado, mas se este não estiver alinhado às questões sociais e de valorização e apropriação da memória coletiva terá êxito em recuperar os aspectos físicos, mas não a essência do patrimônio.

Nesse sentido, a Museologia aparece como uma ponte entre as questões culturais e as demandas sociais, principalmente no que se refere a gestão de grandes conjuntos edificados e com diversos patrimônios associados. Há também de se levar em conta todas as questões envolvendo o planejamento urbano e a legislação local de proteção ao patrimônio. Tais questões são extremamente particulares à realidade de cada local, de modo que ações que contemplem tais problemáticas devem ser pensadas e aplicadas levando em conta tais condicionantes regionais. A seguir, levando em conta tais questões, são delineadas as diretrizes específicas à realidade do Moinho Rio-Grandense.

4.2 Diretrizes legais, urbanísticas e de valorização do conjunto

Embora a necessidade de se pensar globalmente o patrimônio seja uma questão compartilhada entre as categorias de bens culturais inseridos em áreas urbanas, esta necessidade é particularmente importante no caso do patrimônio industrial devido à sua relevância na paisagem, a grande gama de patrimônios associados (maquinários, depósitos, espaços de trabalho, espaços de moradia, etc.) e, principalmente, ao constante estado de vulnerabilidade (ICOMOS, TICCIH, 2011).

Como visto no capítulo 3, apesar de sua inscrição no Inventário dos Bens Imóveis do 4º Distrito, atualmente o Moinho Rio-Grandense encontra-se vulnerável em decorrência de sua degradação material, acentuada pela falta de manutenção, e pela falta de políticas efetivas de valorização de sua memória. O

art. 14 da Lei Complementar nº 434 (PORTO ALEGRE, 1999)³³, que dispõem sobre o Inventário do Patrimônio Cultural da cidade, bem como a antiga “Lei do Inventário³⁴” (PORTO ALEGRE, 2008) tiveram papel fundamental na manutenção da paisagem cultural³⁵ de Porto Alegre e vem sendo responsável pela conservação, mesmo que parcial, de inúmeros bens culturais da cidade. Porém, tais legislações possuem suas limitações.

O referido art. 14 da Lei Complementar nº 434 (op. Cit.), mesmo que trate da definição e valorização do Patrimônio Cultural da cidade, deixa clara sua ênfase aos elementos de paisagem, em detrimento as qualidades únicas e individuais de cada edificação ao definir como Bens Inventariados de estruturação como aqueles cujos valores atribuem “[...] identidade ao espaço, constituindo elemento significativo na estruturação da paisagem onde se localiza” (*ibidem*). Mesmo que tal regulamentação não se configure como uma medida contrária a preservação do bem inventariado, tal abordagem demonstra uma maior maleabilidade dos imóveis inventariados em relação aos imóveis tombados, onde é vedada pelo art. 18 da Lei Complementar Nº 275/92 (PORTO ALEGRE, 1992) qualquer tipo de demolição, destruição ou mutilação. Mesmo que cada caso configure uma situação única em ambos os tipos de proteção legal, como acréscimos e remoções de elementos específicos sendo permitidas em imóveis tombados e vedadas em bens inventariados, a legislação que os regulamenta possui de fato diferenças substanciais. Isso não diminui a importância do inventário ou mesmo questiona sua existência, tendo em vista que há diferentes tipos e importâncias de patrimônio e múltiplas realidades que coexistem no espaço urbano.

Porém, em alguns casos, com o passar dos anos, bens inventariados podem adquirir importância ou receber um reconhecimento que não era lhes dado até determinado momento, de tal forma que a legislação do inventário já

³³ Posteriormente alterado pela L.C. nº 646 (PORTO ALEGRE, 2010), de 22 de julho de 2010

³⁴ Lei Complementar nº 601

³⁵ Aqui, por paisagem cultural entende-se “[...]o conjunto espacial composto de elementos materiais construídos associados a determinadas morfologias e dinâmicas naturais, formas estas que se vinculam a conteúdos e significados dados socialmente” (SCIFONI, 2017).

não contempla totalmente os diferentes níveis de proteção e incentivo do qual tal patrimônio necessita.

4.2.1 Estratégias referentes a ações legais

Assim sendo, a primeira estratégia visando a preservação deste importante patrimônio agroindustrial seria seu tombamento. Aqui há duas possibilidades:

A primeira é o tombamento estadual pelo IPHAE, segundo parâmetros estabelecidos pelos art. 221 e 222 da Constituição do Estado (RIO GRANDE DO SUL, 1989) e pela Lei Estadual Nº 7.231 (RIO GRANDE DO SUL, 1978) e seguindo as diretrizes presentes na Portaria SEDAC nº 02 (RIO GRANDE DO SUL, 2012). O inciso V do art. 221 estabelece como patrimônio cultural do Estado os “[...] bens de natureza material e imaterial portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade rio-grandense [...]” (RIO GRANDE DO SUL, 1989, p. 68). O imenso valor para com a história da agroindústria gaúcha, elemento fundamental na construção da identidade do Estado como “celeiro do Brasil” (Pesavento, 1983), bem como a importância econômica e tecnológica de Albino Cunha e da SAMRIG no desenvolvimento da triticultura no Estado são elementos que justificam o reconhecimento do Moinho Rio-Grandense como patrimônio cultural do Rio Grande do Sul. Os elementos importantes que fundamentam tal pedido de tombamento seriam o longo período de produção quase ininterrupta do moinho de Porto Alegre, produzindo farinha e derivados de trigo por quase 90 anos, bem como sua associação direta a diversos episódios importantes da história local, como a Greve Geral de 1917 e a enchente de 1941, marcada até hoje nas paredes do Moinho. Na foto abaixo (fig. 75) aparece uma marcação feita em uma das paredes dos anexos do Moinho, na antiga área dos depósitos de farinha, que marca o nível das águas do Guaíba na maior enchente da história da capital.

Figura 75
Moinho Rio-Grandense – Marcação da Enchente de 1941



Fonte: Foto do Autor, 2018.

Neste sentido, a presente pesquisa poderia fundamentar o pedido de tombamento em nível estadual do Moinho, uma vez que os dados apresentados nos capítulos 2 e 3 preenchem os elementos exigidos pelo art. 5º da Portaria SEDAC nº 2 (RIO GRANDE DO SUL, 2012). Para melhor fundamentação deste pedido de tombamento, seria necessário também uma análise mais detalhada do entorno, buscando estabelecer qual a real área de abrangência da SAMRIG, possíveis anexos e núcleos habitacionais de operário do moinho. Além disso, seria importante ampliar a pesquisa histórica para que esta contemplasse outros elementos relevantes para a agroindústria, como um histórico detalhado da empresa, elencando os vários proprietários, diretores e funcionários, sem contar com o levantamento da documentação legal associada aos atuais proprietários, que não são o propósito desta dissertação.

A segunda possibilidade é o tombamento do Moinho na esfera municipal. Cita-se esta opção não por considerar frágeis os valores que configuram o Moinho como patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul, mas por entender que o mesmo possui uma relação íntima e indissociável com o Município de Porto Alegre, possuindo uma série de outros valores que não seriam tão significativos

para justificar sua importância como bem cultural do Estado, mas que são importantíssimos dentro do contexto local. Dentre estes valores, cita-se os já comentados valores para com o desenvolvimento urbano da cidade e, mais especificamente, do 4º Distrito. Dentro do município, o moinho constitui-se como importante elemento da paisagem da região, sendo bastante importante para o estabelecimento da identidade industrial do 4º Distrito, mas talvez não tão representativo de uma paisagem cultural de todo o estado do Rio Grande do Sul. No município, a preocupação com a requalificação da região, traduzida pela criação do Grupo de Trabalho do 4º Distrito, as iniciativas culturais e econômicas que se fundamentam nos valores culturais do setor, como a criação do Distrito C, bem como o desenvolvimento de um inventário específico dos bens culturais da região sinalizam um reconhecimento tanto da sociedade civil, como do poder público da importância do antigo distrito industrial da cidade. Um possível tombamento do Edifício do Moinho Rio-Grandense na esfera municipal poderia não só apoiar-se nestas questões, como também utilizar o moinho como um novo referencial e um símbolo do processo de requalificação urbana e de desenvolvimento cultural da região.

A legislação municipal de Porto Alegre estabelece, a partir da Lei Complementar Nº 275/92 (PORTO ALEGRE, 1992) em seu art. 1º, que constituem o Patrimônio Histórico-Cultural, Natural e Paisagístico do Município:

[...] o conjunto de bens móveis e imóveis e os espaços existentes em seu território e que, por sua vinculação a fatos pretéritos memoráveis, a fatos atuais significativos por seu valor cultural ou natural, ou por expressão paisagística, seja de interesse público preservar e proteger contra ações destruidoras. (PORTO ALEGRE, *idem*)

Ao mencionar não apenas fatos pretéritos memoráveis, mas também fatos atuais significativos e preservação contra ações destrutivas, a referida lei abre a possibilidade, neste caso específico, do tombamento como contramedida ao acelerado processo de degradação do moinho e da região ao redor. Assim, sustam o tombamento do Moinho Rio-Grandense não apenas seu já referido valor histórico e cultural, mas também sua condição atual e o contexto ao qual está inserido. Neste caso, ao tombar-se o moinho, mais do que uma ação de

reconhecimento e proteção legal, temos também uma ação que sinaliza para necessidade de se reverter uma condição atual que incide não apenas ao moinho, mas a basicamente todo 4º Distrito. Esta medida toma de exemplo o já referido pioneiro caso da Usina do Gasômetro que, tombada nos anos 1980, converteu-se num dos principais símbolos da cidade. É importante salientar que não apenas o tombamento em si constitui medida fundamental para o reconhecimento e valorização de um bem cultural, mas todo o processo e as discussões que engendram este tombamento. O que dá a Usina o reconhecimento como Patrimônio Cultural de Porto Alegre não é simplesmente sua inscrição no livro tomo, mas toda mobilização popular em prol de sua preservação (MEIRA, 2004).

Figura 76
Proposta de Poligonal de Tombamento para o Moinho Rio-Grandense



Fonte: Desenho do Autor, 2021.³⁶

Desta forma, sugere-se a poligonal de tombamento (fig. 76) acima, levando em conta a preservação do edifício, mas também sua ambiência e compatibilização com os vizinhos. A poligonal, demarcada pela linha tracejada em vermelho, tem início no Ponto A, na intersecção dos eixos das ruas Moura Azevedo e Conselheiro Camargo, seguindo o alinhamento desta à sul até o seu final, quando encontra o Vértice B no muro da Maltaria Navegantes. A poligonal então segue o alinhamento do lote da Maltaria até encontrar o Vértice C, no

³⁶ Mapa de fundo: Google Earth Pro, 2021.

cruzamento desta linha com o eixo da rua Voluntários da Pátria, seguindo este alinhamento na direção norte. Os vértices D, E, F e G fazem o contorno do lote defronte ao Moinho, onde há os grandes silos metálicos. Segue-se novamente pelo eixo da Voluntários da Pátria, na direção norte, até encontrar o Vértice H (a aproximadamente 40 metros do Vértice G). A poligonal então segue para leste, cortando o quarteirão pelo alinhamento dos fundos dos lotes com testada para a rua Moura Azevedo até encontrar o Vértice I, na intersecção da linha H-I com o eixo da rua Conselheiro Camargo, seguindo por esta até encontrar novamente o Ponto A, fechando a poligonal.

A poligonal de tombamento incide sobre uma área de aproximadamente três hectares, levando em conta as relações visuais e de contexto específicas ao Moinho. Devido ao formato atípico do quarteirão (formando uma espécie de U) e sua grande dimensão, optou-se por desenhar uma poligonal passando por dentro da quadra, excluindo assim o edifício da Maltaria Navegantes (outro importante patrimônio edificado local), tendo em vista que este estabelece suas próprias e particulares relações com o entorno.

4.2.2 Estratégias referentes à valorização social e fruição cultural em escala urbana

Tão fundamentais quanto às medidas legais de proteção ao Patrimônio Cultural são as ações para valorização da memória e da identidade dos bens culturais. Mesmo preservada a matéria, seguindo todos os critérios legais e de *práxis* de restauro, sem a contemplação dos valores sociais, da memória e das narrativas atreladas ao edifício, corre-se o risco de subverter-se ou mesmo apagar parte da história e da identidade no processo, como no referido caso da FIATECI.

Para sanar tais questões, no caso do Moinho Rio-Grandense, propõe-se como estratégia de preservação relacionada a seu valor social e de ambiência, estabelecer medidas para sua fruição que dialoguem com as bases estabelecidas pela Museologia Ativa. Ao falarmos aqui de museus, não me refiro a uma ideia geral que se tem de museus como espaços fechados para

conservação e estudo de objetos, mas por aquilo que é estabelecido como museu pela art. 1º da Lei Nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009)

A vulnerabilidade dos grupos sociais populares, decorrente das crises sociais e econômicas atuais anteriormente comentadas, deriva na perda de representatividade destas classes, em especial as relacionadas ao trabalho fabril. Surge então o desafio de poder representar na cidade, de forma inclusiva e coerente, as culturas desses grupos fragilizados e heterogêneos.

Assim, torna-se indispensável pensar em ações para valorização da memória que contemplem museus de atuação local, ligados à comunidade ao qual estão inseridos, se aproximando cada vez mais dos ideais de museu integral estabelecidos pela Declaração de Santiago do Chile. Para Santos (2017, p. 43), ao incorporar o conceito de museu integral as instituições passam a ter por responsabilidade social “[...] conscientizar as comunidades a que servem através da promoção de atividades que esclareçam os problemas atuais, conectem passado e presente, contribuam com o engajamento e a transformação das comunidades”, num esforço para o reconhecimento de seu próprio patrimônio natural e cultural. No entanto, antes de aplicar tais conceitos para a construção de uma proposta museológica é preciso compreender suas origens.

Apesar do conceito de museu integral anunciar uma Museologia Ativa, voltada para um exercício social democrático, seu ápice enquanto busca de reconhecimento se deu através do Movimento da Nova Museologia, empregado quatorze anos mais tarde, em 1984, durante o I Atelier Internacional Ecomuseus/Nova Museologia, em Quebec, no Canadá (SANTOS, 2017). Esta Nova Museologia pregava o conceito de museu integral que, segundo Santos (2002, p. 116) seria um “[...] museu que tem a ênfase no homem - sujeito do ato

de conhecer e de transformar o conhecimento e o mundo - na sua relação com o meio, que aborda a totalidade dos problemas da sociedade”.

Assim, diferente do museu tradicional, que se apoia sobretudo na tríade formada pelo edifício, público e acervo, a proposta de Museologia Ativa, inspirada no conceito de museu integral, se apoiaria no território ao qual estaria inserido, na população (ou comunidade) e no seu patrimônio, respectivamente (SANTOS, 2002). Esta abordagem tem como intuito pôr em prática um processo educacional que, alinhado com o discurso pedagógico de Paulo Freire, fosse capaz de liberar o homem de suas amarras culturais e sociais e fazê-lo sujeito de sua própria história, a que de Varine-Bohan (2012) define como desenvolvimento comunitário.

Em busca de alcançar este desenvolvimento, contribuindo não apenas para valorização do Moinho Rio-Grandense enquanto patrimônio industrial, mas também de suas particularidades enquanto agroindústria e seu papel no desenvolvimento da região, sugere-se a criação de um Museu de Território do 4º Distrito, fundamentado sobre as bases da Museologia Ativa estabelecidas pela já citada Mesa Redonda de Santiago do Chile. Por museu de território aqui entende-se:

[...] modelo de museu que opera processos de musealização *in-situ*, ou seja, o objeto musealizado não é apartado do seu contexto de ambiência, mas todo o ambiente/ território na integralidade são musealizados. Este modelo subdivide-se em: parques naturais, sítios musealizados, museus à céu aberto e ecomuseus. (ECOMUSEU DE SANTA CRUZ, 2016)

Museus a céu aberto, ecomuseus e museus de território têm sido utilizados como estratégia para valorização e ressignificação do patrimônio industrial desde os anos 1970, com a pioneira criação Ecomuseu do Creusot Montceau-les-Mines, na França. Ao longo das décadas seguintes, iniciativas semelhantes puderam ser vistas em várias partes do mundo, como nos casos do Ecomuseu do Seixal³⁷, em Portugal, do Ecomuseu do Quarteirão Cultural do

³⁷ Aberto ao público em 1982, recebe a denominação de ecomuseu em 1983 (SEIXAL, s.a).

Matadouro de Santa Cruz³⁸ e, mais recentemente, do Museu de Território de Galópolis³⁹. A criação de um museu compreendendo não apenas o Moinho Rio-Grandense, mas todo seu entorno, enquanto espaço historicamente ligado à atividade industrial, ajudaria a valorizar, ressignificar e preservar não apenas do moinho, mas também a memória e a paisagem industrial compartilhada com seu entorno.

Propõe-se então a criação de um Museu de Território, ancorado não apenas sob antigos espaços de trabalho, mas também sobre os espaços de lazer, habitação e socialização da classe operária. O mapa abaixo (fig. 77) demonstra a grande concentração de imóveis inventariados como Bens Imóveis do 4º Distrito presentes no entorno do Moinho. Em laranja, imóveis Inventariados de Estruturação, cuja preservação integral das fachadas é garantida. Em amarelo, Imóveis Inventariados de Compatibilização, onde há a regulamentação apenas da volumetria em casos de substituição ou acréscimo nos lotes listados. Embora a proposta do museu, por questões metodológicas e limitações oriundas da COVID-19, restrinja-se ao entorno imediato do Moinho, limitando-se assim ao Bairro São Geraldo, reforça-se o imenso valor cultural de toda região do 4º Distrito, abrindo a possibilidade para ações futuras que conectem culturalmente os bairros que o compõem. A criação de um Museu de Território constitui-se então como uma medida de valorização não apenas de edificações isoladas, mas da memória e identidade por estas compartilhadas, garantindo a criação de um percurso ricamente pontuado por diversos exemplares do Patrimônio Industrial local.

³⁸O Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz foi criado em 1995, na cidade do Rio de Janeiro. Estender-se por todo o bairro de Santa Cruz, compreendendo a área do antigo Matadouro Público, construído em 1881, e do Distrito Industrial de Santa Cruz (ECOMUSEU DE SANTA CRUZ, 2016)

³⁹ Inaugurado em 2019, o Museu de Território de Galópolis compreende o território de uma comunidade industrial desenvolvida no entorno de um antigo lanifício na região de Galópolis, distrito de Caxias do Sul.

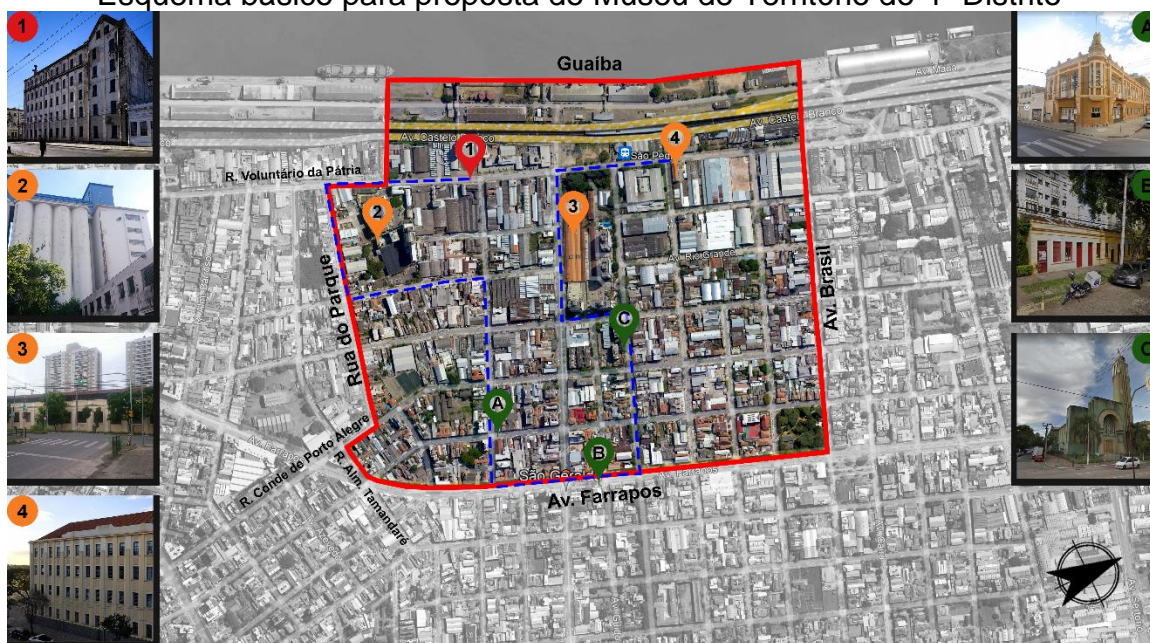
Figura 77 - Imóveis Inventariados no 4º Distrito



Fonte: PORTO ALEGRE, Declaração Municipal Informativa (DMI).

Desta forma, propõem-se o Museu de Território do 4º Distrito – Bairro São Geraldo, segundo o mapa abaixo (fig. 78), a maneira de um conceito inicial, onde estão presentes locais com potencial para desempenhar a função de pontos-chave na criação de um percurso cultural. Para os fins da pesquisa, ou seja, iniciar um debate sobre a criação de um museu de território na região, delimitou-se a área para implementação deste museu a parte a oeste da Avenida Farrapos do bairro São Geraldo. Esta delimitação inicial fundamenta-se na necessidade de partir de um recorte já consolidado na cidade e de fácil compreensão pela população local. Desta forma-se parte-se do limite existente de um bairro já conhecido, limitando o recorte por uma das principais vias da cidade. Assim, a área fica inscrita em um polígono formado pelas Avenida Brasil, Avenida Farrapos, Rua Almirante Barroso, Rua Conde de Porto Alegre, Rua do Parque, Rua Voluntários da Pátria e Rua da Consolação até o Guaíba, demonstrado abaixo (fig. 78) pela marcação em vermelho no mapa. A área demarcada possui aproximadamente 90 hectares, mas ressalta-se que esse é um recorte inicial e que pode ser ampliado ou reduzido a partir de um debate mais amplo com a comunidade local e outros atores da cidade.

Figura 78
Esquema básico para proposta do Museu de Território do 4º Distrito



Fonte: Desenho do Autor, 2021.⁴⁰

A partir da pesquisa que embasou esta dissertação, ao analisar o entorno para compreender o Moinho Rio-Grandense, sugere-se então sete pontos-chave relacionados à memória industrial da região, levando em conta o estado atual de conservação, importância histórica e relevância na paisagem urbana local. Fundamentaram a escolha destes pontos, sobretudo, os trabalhos de Miranda (2003) e Mattar (2010).

O ponto vermelho marca o Moinho Rio-Grandense (Ponto 1) como núcleo do projeto. Em laranja estão distribuídos os demais pontos-chave dentro da categoria de espaços de trabalho. Em ordem, estes pontos representam: Antiga Cervejaria Continental e atual Maltaria Navegantes (Ponto 2), Fiateci (Ponto 3) e Moinho Porto-alegrense (Ponto 4). Os quatro pontos são importantes indústrias da primeira metade do século XX, possuindo importante valor histórico, econômico, social e arquitetônico. A estes pontos, somam-se também outros três relacionados a espaços de lazer, socialização e habitação. Sendo estes a Sociedade Gondoleiros (Ponto A), a Igreja São Geraldo (Ponto B) e as casas remanescentes da antiga vila operária da Fiateci (Ponto C). Estes pontos foram

⁴⁰ Mapa de fundo e fotos dos pontos A, B e C: Google Earth Pro, 2021.

escolhidos não apenas por sua importância histórica e cultural para a região, mas para reforçar as diferentes dimensões do patrimônio industrial. Sugere-se também uma ideia inicial de percurso cultural (linha tracejada em azul) passando pelos pontos, começando no Moinho Rio-Grandense e terminando no Moinho Porto-Alegrense.

Dentro desta proposta, o museu teria como um de seus principais pontos de referência o Moinho Rio-Grandense, não apenas por seu valor singular, mas também por ser um local geograficamente centralizado na região e por possuir um importante potencial de requalificação em seu edifício principal, atualmente subutilizado. O moinho pode ser convertido não apenas em sede administrativa, como também em um núcleo de pesquisa e desenvolvimento da memória local, como espaços onde seriam ministrados cursos, oficinas e atividades culturais diversas. Com isso, além da proteção legal, o Moinho estaria não apenas inserido, como cumprindo função essencial dentro de um programa cultural, potencializando sua dimensão de fato urbano (ROSSI, 2016).

É de extrema importância ressaltar que qualquer iniciativa que se origine da museologia ativa e que busque aproximação com a museologia social não pode partir de maneira unilateral do pesquisador. Ela pressupõe uma ampla e profunda participação popular, sobretudo na escolha dos bens e das narrativas a se valorizar. Como defende Varine-Bohan (2000), o museu faz parte do tecido social, econômico e educativo da comunidade ao qual está inserido e, como tal, é indissociável dos valores e das vontades de sua comunidade. Desta forma o que se faz aqui é uma sugestão, um ponto de partida para iniciar um debate que precisa incluir as pessoas que compartilham suas histórias com esta região. O que se propõe aqui não é um projeto fechado de museu, mas sim a ideia de sua criação e sugestões de pontos de interesse que devem ser discutidos com a comunidade.

A proposta de criação de um Museu de Território não é excluyente de outras ações ou propostas de valorização e conservação do Moinho. De fato, ela representa um dos possíveis cenários onde o moinho não apenas tem seu valor reconhecido e explorado, como potencializado pelo entorno que ajudou a

consolidar. Todavia, esta é uma proposta de execução complexa, com diversas implicações legais e logísticas e que depende de diversos agentes.

Tal como o tombamento não constituiu medida única e suficiente para a conservação, a recuperação e valorização do moinho não podem nem devem depender de uma iniciativa que implica em tantas ações complexas em ampla escala urbana. Neste sentido é fundamental propor estratégias articuladas com o entorno imediato e focalizadas no moinho.

4.3 Diretrizes de conservação e fruição do edifício e seu entorno

Assim, é fundamental também pensar em diretrizes referentes à fruição do espaço físico e símbolo do Moinho Rio-Grandense, com ações práticas que visem aproveitar ao máximo todo potencial latente de lugar de memória que o conjunto possui. Tentaremos aqui estabelecer algumas estratégias e ações gerais para intervenções não apenas no edifício, como também em seu entorno imediato.

4.3.1 Estratégias de preservação referentes a ambiência no entorno imediato

A fim de manter a ambiência do entorno imediato do Moinho, estabeleceremos algumas estratégias a serem aplicadas na área da poligonal de tombamento proposta. Nesta área, devem incidir normativas para conservar e valorizar não apenas o edifício principal e seus anexos, mas a paisagem a que o moinho integra.

Figura 79
Área de entorno do moinho para estabelecimento de estratégias de intervenção



Fonte: Desenho do autor, 2021.⁴¹

Na imagem acima (fig. 79), o edifício principal do moinho aparece demarcado em vermelho como área para preservação integral da forma e aspecto. Sobre ele incidirão as diretrizes básicas de tombamento (municipal ou estadual), além das *práxis* de restauro e conservação. Externamente, qualquer intervenção no edifício deve respeitar não apenas a forma, como a matéria do original. Valorizar-se-á também os elementos físicos e simbólicos que conferem identidade ao patrimônio industrial em questão, como o ritmo advindo da repetição das aberturas, com a manutenção integral não apenas dos vãos originais, como sua forma. Também, da modulação interna, representada na fachada pelo espaçamento das pilastras.

A cobertura deve se manter fiel ao conceito original telhado principal e lanternim. Nos caimentos voltados para a rua deverão ser utilizadas telhas metálicas ou de fibrocimento, podendo ser utilizados materiais translúcidos nos caimentos voltados para o interior do lote. O lanternim deverá ter seu aspecto original reconstituído, removendo os atuais fechamentos em telha de fibrocimento por aberturas translúcidas semelhantes a original e que permitam a entrada de luz e ventilação natural, restabelecendo a relação visual com o Guaíba. Alterações mínimas no ângulo do caimento do telhado a fim de corrigir

⁴¹ Mapa de fundo: Google Earth Pro, 2021.

ou melhorar questões relacionadas à vazão pluvial serão admitidas, contanto que não se altere significativamente a cota total do edifício.

Em relação ao aspecto das paredes externas, deverá se manter o aspecto original de alvenaria rebocada e pintada, não sendo admitida alvenaria aparente em nenhum plano voltado para a rua. Em relação à pintura, recomenda-se cores neutras, próximas às atualmente utilizadas, com tons mais escuros para os detalhes como cimalha e pingadeiras e tons mais claros para os planos. Apesar de a cor amarelo ocre ter sido utilizada em alguns momentos na história do edifício, sendo provavelmente a cor original, não se recomenda utilizar esta cor pelo contraste gerado com o entorno. Aqui sobressai-se o valor de conjunto em relação ao valor de originalidade.

Também como estratégia referente a potencialização das relações espaciais e de ambiência do moinho, sugere-se a recomposição da antiga passarela que conectava o moinho aos armazéns do outro lado da Voluntários da Pátria. Embora o elemento e a função original tenham se perdido, a construção de um elemento análogo, servindo de passarela para pedestres, mirante ou novo acesso ao moinho, poderia recuperar um referencial urbano diretamente relacionado ao Moinho Rio-Grandense, presente na memória dos habituais transeuntes da Voluntários da Pátria.

As áreas em amarelo, representadas na fig. 79, por sua vez, correspondem as áreas de média restrição. Aqui é proposto um disciplinamento volumétrico seguindo os parâmetros definidos conforme as figuras 80 e 81. Nestas áreas demarcadas deve-se valorizar as potenciais visuais do moinho, bem como as relações espaciais historicamente estabelecidas. Deve-se também manter os alinhamentos atuais a fim de conservar a atual caixa viária das ruas que conformam o entorno, garantindo assim a manutenção da ambiência do entorno.

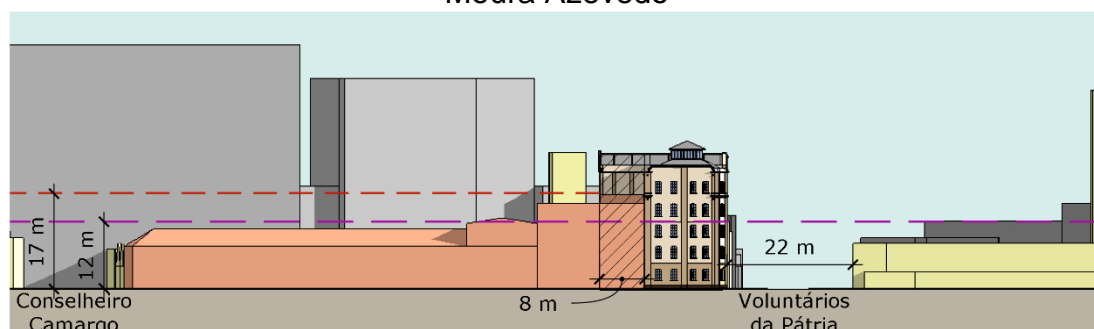
Em laranja, são marcadas as áreas de alta restrição, correspondente aos anexos originais, depósitos e algumas edificações contemporâneas ao moinho. Aqui incidem, além do disciplinamento volumétrico, também incidem parâmetros referentes à composição arquitetônica. Demolições e novas construções neste espaço devem vir acompanhadas de estudos de viabilidade e impacto sobre o

moinho, além de uma pesquisa mais detalhada sobre a cronologia das edificações e sua relação com a paisagem cultural local. Devido ao estado atual dos anexos, com muitas alterações, mutilações e por originalmente ser um espaço de menor valor arquitetônico que o moinho, abre-se a possibilidade de sua substituição por novas edificações, contanto que estas apresentem justificativas suficientes no que se refere a valorização da edificação principal.

A decisão de se manter ou não parte ou o todo dos anexos deve ser bem fundamentada em decisões não apenas arquitetônicas, mas que levem em conta o valor histórico e social de tais espaços. A imagem abaixo (fig. 80) demonstra, graficamente, o disciplinamento volumétrico proposto. Para novas edificações construídas na Moura Azevedo, recomenda-se que estas ajudem a destacar a tipologia em “L” do Moinho, invisibilizada pelo conjunto atual. Para isso, sugere-se uma altura máxima de 12 metros (linha magenta) para edificações construídas no alinhamento do moinho.

Em edificações que possuam afastamento sugerido de oito metros do moinho, aceita-se uma altura máxima de 17 metros (linha laranja). Em ambos os casos deve-se buscar, nas novas edificações, relações formais com a pré-existência, destacando elementos com o ritmo das aberturas, módulo entre pilastras e linhas das cimalthas.

Figura 80
Disciplinamento volumétrico para o entorno do Moinho – Corte paralelo à Rua Moura Azevedo

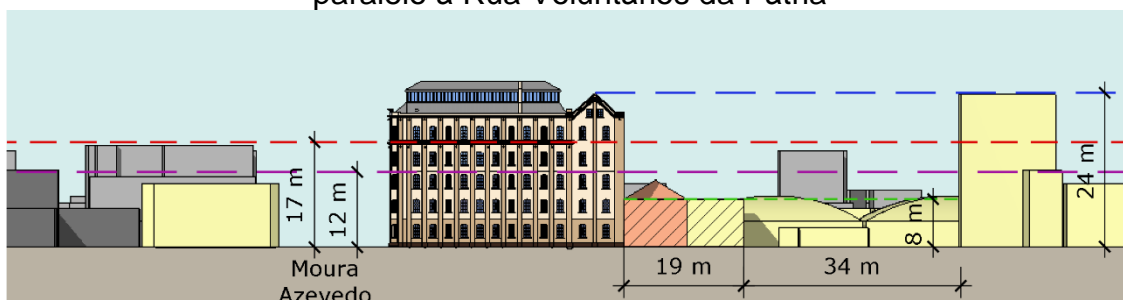


Fonte: Desenho do autor, 2021.

Na rua Voluntários da Pátria recomenda-se seguir o mesmo disciplinamento volumétrico da Moura Azevedo, mas sugere-se que seja mantida a relação volumétrica atual para novas edificações construídas no alinhamento

do moinho, com altura máxima de 8 metros. Aqui, o que se busca, mais até que o destaque ao Moinho Rio-Grandense, é a manutenção de uma paisagem historicamente estabelecida desde a origem da edificação. Novas edificações afastadas aproximadamente 53 metros do moinho, todavia, podem utilizar a cota máxima de 24 metros, correspondente ao ponto mais alto do vértice do frontão do moinho, aqui representada pela linha tracejada em azul. Na esquina oposta ao Moinho, recomenda-se a manutenção da edificação existente a fim de conservar a identidade do conjunto. Em caso de substituição, utilizar a altura limite de entorno de 12 metros. Tal disciplinamento está representado na imagem a seguir (fig. 81). Nos lotes localizados em frente ao moinho, deve-se restringir à altura máxima de 12 metros.

Figura 81
Disciplinamento volumétrico para Intervenção no entorno do Moinho – Corte paralelo à Rua Voluntários da Pátria



Fonte: Desenho do autor, 2021.

Sugere-se também algumas estratégias referentes à qualificação do espaço urbano no entorno imediato do Moinho, destacando a necessidade de ações para valorizar as visões do moinho e as relações espaciais e de conjunto que este estabelece com o entorno. Para isso, sugere-se como estratégia geral a reconfiguração dos atuais espaços que hoje possuem característica apenas de passagem, para áreas com perfil de permanência.

Devido ao grande fluxo de veículos e sua especificidade histórica de via arterial da cidade, pouco há o que se propor para a Voluntários da Pátria. O disciplinamento volumétrico apresentado anteriormente busca, de certa forma, retomar e reforçar a relação do Moinho com o Guaíba, delimitando alturas máximas que não impeçam as vistas dos pavimentos mais altos do moinho.

Propõem-se aqui um limite mínimo de 22 metros para construções de novas edificações, objetivando criar um espaço de contemplação, que deve vir acompanhado de um melhoramento das calçadas e de usos que incentivem a permanência de pessoas no local. Esta é uma zona com potencial para abrigar bares e restaurantes ou outras funções que permitam o uso do espaço em diferentes horários do dia, sem limitar-se ao horário diurno padrão. Devido ao alto índice de poluição sonora proveniente das duas vias de grande fluxo e do Trensurb, não se recomenda a utilização dessa área para estabelecimentos cuja função principal seja prejudicada pelo ruído com as escolas. Embora tais condicionantes possam ser parcialmente solucionadas pelo uso de materiais isolantes e janelas com boa vedação sonora, perder-se-ia a relação da edificação com as áreas externas de contemplação, que aqui são o ponto fundamental da proposta para o entorno.

No caso da Rua Moura Azevedo, por outro lado, sua condição atual nos permite propor diversas intervenções para qualificação do espaço. Esta rua atualmente possui largura viária de aproximadamente 10 metros, com circulação de veículo nos dois sentidos e vagas de estacionamento no alinhamento de ambas as calçadas. Propõem-se, a fim de incentivar a circulação de pedestres no entorno do moinho e aumentar os espaços de contemplação ao mesmo, que se aumente a largura das calçadas, dos atuais 3 metros ou 3,5 metros, do lado do moinho, para aproximadamente 5,5 metros, incorporando à calçada o espaço anteriormente destinado a estacionamento de veículos. Do outro lado também ampliar-se-ia a calçada dos atuais 4 metros, para também 5,5 metros. Sobrariam então 6 metros de via pública e que poderiam ser divididos em duas pistas de circulação, sem estacionamento, ou uma pista de circulação, com vagas de estacionamento paralelas apenas ao alinhamento da calçada contrária ao moinho. Nesta proposta também há a possibilidade de substituir algumas das vagas de estacionamento na área próxima ao moinho por *parklets*. Na calçada do lado, apenas na área corresponde aos atuais anexos, recomenda-se a arborização do entorno com árvores de copa média, que permitam a relação direta dos pedestres com as fachadas dos anexos ou, em caso de substituição por outra edificação compatível, que se valorize os acessos desta. Não se

recomenda a utilização de árvores de copa alta, com mais de 12 metros, nem mesmo mais distantes ao moinho, pois estas podem prejudicar as visuais do mesmo, dando preferência a árvores cuja copa não ultrapasse a altura de 9 metros. Para a pavimentação da via pública, recomenda-se a utilização de pisos autodrenantes, a fim de diminuir o impacto das inundações que frequentemente ocorrem na região. Nas calçadas, pode-se seguir as orientações de pavimentação da prefeitura, prevendo a instalação de piso tátil e outros equipamentos urbanos como bicicletários, bancos e lixeiras. O croqui abaixo (fig. 82) apresenta, de forma conceitual, algumas das estratégias acima propostas para a rua Moura Azevedo.

Figura 82

Comparação entre o entorno atual e o proposto para a Rua Moura Azevedo



Fonte: Foto e Desenho do autor, 2021.

No croqui conceitual acima (fig. 82) destaca-se o aumento das calçadas e arborização do entorno, interrompida no encontro com o edifício principal do moinho. Também é representada como sugestão a substituição da construção que originalmente correspondia ao escritório do moinho por uma nova edificação, tendo em vista o estado atual e irreversível deste anexo. Recomenda-se que um novo acesso seja criado neste espaço, restituindo um dos acessos originais e fortalecendo a relação do moinho com a rua.

4.3.2 Estratégias para intervenção e usos para o Moinho e seus Anexos

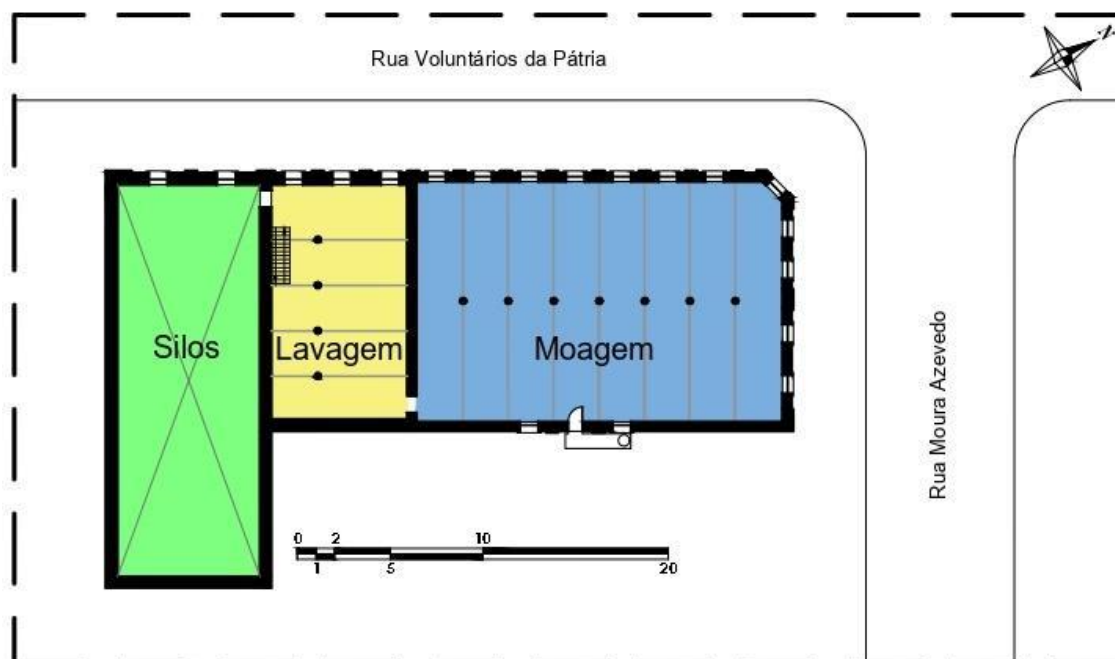
No caso das intervenções internas, tendo em vista a necessidade de se propor novas estruturas por conta do atual estado de deterioração em que se encontra o interior do moinho, recomenda-se o uso de soluções construtivas as

mais reversíveis possíveis, sempre respeitando a modulação original do edifício. As novas estruturas devem buscar sempre compatibilizar os usos e as necessidades contemporâneas com os elementos espaciais e construtivos originais e identitários do patrimônio industrial, não só a fim de integrá-los ao projeto como valorizá-los e destacá-los, sobretudo no caso das estruturas metálicas.

No que se refere ao tratamento das paredes internas, a primeira ação deverá ser a elaboração de um estudo de estado de conservação do material. A partir do resultado deste estudo, aventa-se duas possibilidades de intervenção: no caso onde a maior parte do reboco encontrar-se em boas condições, deve-se trabalhar com a consolidação do material existente e recompor os trechos faltantes com reboco de traço semelhante ao original (conforme análise laboratorial); no caso onde a maior parte do reboco encontrar-se em condições impossíveis de recuperação, ou em se tratando de material relativamente recente ou inadequado, aceita-se a remoção integral do revestimento interno e a consolidação da alvenaria, tornando-a aparente.

Recomenda-se também que os usos propostos estejam de acordo com a modulação original do espaço interno. Propõem-se, para isso, três áreas de intervenção, conforme demonstrado na figura abaixo (fig. 83), e que representam os setores originais do moinho: moagem, lavagem e silos. Os novos usos devem estar contidos nestes espaços, estabelecendo como limites as paredes originais. Aceita-se que um mesmo uso ocupe toda área do pavimento, contanto que mantenha a divisão física do espaço. As paredes originais devem ser mantidas, mas aceita-se a abertura de novos vãos para portas nas paredes que dividem os setores e, em alguns casos específicos, nas paredes voltadas para o interior do lote. Obviamente, nenhuma supressão ou acréscimo de vãos deverão ser feitos nas paredes voltadas para a via pública. Também não se deve propor estruturas internas que resultem em subdivisões dos módulos originais do moinho e que sejam visíveis da rua, como paredes ou lajes passando por entre as janelas.

Figura 83
 Comparação entre o entorno atual e o proposto para a Rua Moura Azevedo



Fonte: Desenho do autor, 2021.

Na imagem acima (fig. 83) a área em verde corresponde aos silos, em amarelo ao setor de lavagem e em azul ao setor de moagem. Recomenda-se que os novos usos propostos respeitem essa divisão do espaço.

Visando a não alteração dos elementos estruturais originais e reconhecendo a necessidade de adaptações que visem conferir acessibilidade universal ao edifício, recomenda-se que eventuais novas circulações verticais ou quaisquer estruturas anexas sejam localizadas externamente ao edifício, de preferência no interior do lote e junto às fachadas de fundo. Tais estruturas devem possuir linguagem arquitetônica contemporânea, deixando claro seu cunho de intervenção posterior. Para estas também recomenda-se manter os módulos e alinhamentos originais do moinho, compatibilizando formalmente a proposta tanto quanto for possível, mas evitando a cópia ou reutilização de elementos do prédio original.

Em se tratando de climatização, não se recomenda a utilização de sistema de ar-condicionado, preferindo estratégias de ventilação natural. No caso destas são se fazerem suficientes para garantir o conforto térmico aos usuários, deve-se optar por sistemas de ar condicionado central, com as unidades externas

concentradas em um único ponto e de forma que não prejudiquem os visuais do edifício, estando tão ocultas quanto possível.

No caso das instalações complementares feitas no interior do edifício, como água, luz e internet, recomenda-se que essas sejam aparentes, dentro de caixas e rodapés. Evitar-se-á ao máximo instalações dentro das paredes. Pelo aspecto industrial da edificação, ao qual pretende-se sempre reforçar, é incentivado o uso de tubulações metálicas aparentes, desde que estas estejam de acordo com as normas técnicas e de segurança vigentes.

Os usos propostos devem ser compatíveis com o edifício, sempre que possível valorizando sua especificidade de patrimônio industrial. Mais do que apenas recuperar e conservar as estruturas físicas, tanto o projeto quanto o uso proposto devem compreender o valor social do patrimônio, de maneira a fomentar sua apropriação pela comunidade local.

Para que haja um equilíbrio entre as questões econômicas e sociais e buscando um cenário que garanta a continuidade do Moinho como espaço ativo por longos anos, sugere-se que, independentemente do uso geral proposto, o primeiro pavimento do edifício principal contemple funções culturais e de preservação da memória. Este espaço pode integrar-se a área dos antigos anexos, ou funcionar de maneira independente, contanto que o uso cultural seja eficiente em transmitir os valores do moinho.

Para os pavimentos superiores do edifício principal do moinho e edificações anexas, sugere-se usos mistos, como contraponto a estratificação funcional do entorno que, como visto no capítulo 3, caracteriza-se atualmente por grandes vazios urbanos, depósitos e “não-lugares” (AUGÉ, 2018). Tendo contemplado a função cultural da forma como posta acima, sugere-se que o restante do térreo possua algum nível de uso comercial com relação direta com a rua, como bares e restaurantes, mas também estabelecimentos que valorizem a identidade produtiva da região, como artesãos, sapateiros, alfaiates, etc.

Estas áreas podem ser pensadas como suporte econômico à função cultural do Moinho, de maneira a garantir a viabilidade de sua manutenção. Estas funções também ajudariam a atrair novos públicos para a região, de modo a ampliar a vinculação do Moinho para com moradores de outras partes da cidade.

Recomenda-se também que os usos para estas áreas possuam horários de funcionamento diversos, de modo a garantir a vivacidade da região em diferentes períodos do dia e da noite, aumentando também a segurança com a maior circulação de pessoas no entorno.

No caso de substituição dos edifícios anexos por novos e de maior altura, recomenda-se que estes tenham, em seus nos pavimentos superiores, uso residencial ou de permanência prolongada, como hotéis ou escritórios. Este uso também poderia ser estendido aos pavimentos superiores do moinho. A justificativa para tal medida é a condição atual do 4º Distrito que, como visto no capítulo 3, vem perdendo desde os anos 1960 boa parte de seus moradores e trabalhadores. Novos espaços habitacionais e de trabalho garantiriam à região novos usuários frequentes, tornando não apenas o moinho, mas todo o entorno atrativo para novos investimentos e projetos de requalificação. Esta medida se constitui como estratégia idônea de regeneração urbana para o 4º Distrito, sem que haja a necessidade de se incentivar a gentrificação. Para isso, é importante que todo e qualquer uso proposto tenha em mente o significado e a importância da identidade industrial da região, de modo a não apenas aceitá-la como valorizá-la.

A tabela abaixo demonstra a quantidade de área disponível e o respectivo uso proposto, tanto para o moinho, como para seus anexos imediatos (antigos depósitos de farinha na Moura Azevedo). Os cálculos de áreas apresentados foram formulados a partir do regime urbanísticos definido pelo PDDUA (PORTO ALEGRE, 2010) para o quarteirão 87 da Unidade de Estruturação Urbana 10 na Macrozona 1, local onde encontra-se o Moinho⁴². Considera-se o Índice de aproveitamento de 1,3, com taxa de ocupação de 75%. Para novas construções na área dos anexos foi descontada a área ocupada pelo edifício principal do moinho nos cálculos de área construída e taxa de ocupação como medida de transferência de potencial construtivo, conforme previsto pela lei do inventário

⁴² Os parâmetros do regime urbanístico para o lote foram obtidos por meio de consulta à Declaração Municipal Informativa (DMI) disponível no site: <https://dmweb.procempa.com.br/dmweb/searchBox.seam> Acesso em: 09 set. 2021.

(PORTO ALEGRE, 2008) e como contrapartida econômica à preservação do patrimônio edificado.

Tabela 2 – Projeções de Áreas para intervenções no lote do Moinho

	SETOR	USO	ÁREA (m ²)
MOINHO	Térreo	Cultural/Memorial	595,00
	Pavimento 2 ao 5	Residencial ou Hotel ou Escritórios	2380,00
ANEXOS	Edificações atuais	Comercial/Serviços	3190
	Novas edificações – Térreo	Comercial/Serviços	1230,00
	Novas edificações – Pavimento 2 ao 4	Misto	3690,00

Fonte: Tabela do autor, 2021.

Foi considerado, para fins de cálculo, um terreno de aproximadamente 3785m². No caso do moinho, considera-se a área de superfície total aproximada dos pavimentos 1 ao 5, sem o lanternim. No caso da manutenção dos anexos, foi considerada a área total do terreno, desconsiderando a área do moinho, com taxa de ocupação de 100%. Para novas construções foi considerado o regime urbanístico supracitado, com a demolição total dos anexos e manutenção do Moinho. Também foi considerado um edifício de quatro pavimentos, sem subsolo.

4.3.3 Fundamentação para elaboração de plano museológico

Ao estabelecer como estratégia para preservação e democratização da memória a utilização do primeiro pavimento do edifício principal como espaço

para atividades culturais acessíveis ao público, sugere-se a musealização deste espaço, com a elaboração de um projeto museológico em constante diálogo com a intervenção arquitetônica.

Tal função de valorização da memória pode ser um museu, um memorial, um centro de pesquisa, mas também um espaço comercial, contanto este utilize-se do moinho e dos valores associados a ele como elemento central da proposta. Reforça-se, todavia, que tal uso deve ser não apenas acessível como também integrar a comunidade local, de tal modo que esta sinta-se representada. O espaço deve também ser convidativo a turistas, pesquisadores e a qualquer um que se sinta ligado, de alguma forma, ao Moinho Rio-Grandense.

Em se tratando de estratégias expográficas, recomenda-se a utilização de ações conjuntas entre arquitetura e museologia, com a confecção de expositores, maquetes e painéis que sejam capazes de valorizar os elementos da história e da arquitetura do edifício, ao mesmo tempo em que buscam suprir a ausência de elementos perdidos (como maquinários, documentos, etc.) Os elementos expográficos propostos devem estar de acordo com os valores industriais do edifício, dando-se preferência a elementos que não gerem contraste com as questões arquitetônicas.

No que se refere à temática, as ações propostas devem ser utilizadas a fim de estabelecer uma narrativa que contemple não apenas os valores históricos e artísticos da edificação, mas também o valor social, econômico e tecnológico do moinho e estruturas associadas, como maquinários, sistemas de armazenamento e transporte de matéria prima e outros tantos tipos de patrimônios móveis representativos da memória industrial. Deve-se buscar também fazer referência, tanto quanto possível, não apenas aos vultos históricos e proeminentes associados ao moinho, mas também a trajetória de homens e mulheres comuns que participaram da história desta importante agroindústria.

Sugere-se que tais espaços musealizados do térreo destaquem os diferentes valores referentes ao moinho, sobretudo os referenciados nos capítulos 2 e 3 desta dissertação. Recomenda-se que a narrativa construída faça referência à importância da agroindústria para o Estado do Rio Grande do Sul e também da indústria de moagem em Porto Alegre, destacando o papel do

Moinho Rio-Grandense nesses dois contextos. Os valores arquitetônicos do moinho e sua importância para com o desenvolvimento urbano local são outras questões importantes que podem ser exploradas de forma direta e indireta pelo uso de elementos expográficos, podendo estar integrados às narrativas que contemplem os valores agroindustriais, mas também constituindo narrativas concomitantes.

Ressalta-se que as diretrizes aqui propostas, tanto em relação aos aspectos legais e urbanos, como em relação a edificação não pretendem responder totalmente a todas as questões que incidem sobre o Moinho Rio-Grandense. Apesar de sua importância pronunciada, a problemática envolvendo o moinho é compartilhada por praticamente todo patrimônio industrial inserido no 4º Distrito e entorno.

Casos como os da Fiateci e o da Vila Flores nos mostram como a degradação do patrimônio industrial é um problema frequente e nem tão simples de se resolver. Enquanto o primeiro nos mostra como preservar os aspectos físicos sem atentar ao valor social destas estruturas não se configura como estratégia suficiente para a preservação de sua memória, o segundo nos mostra como podem ações individuais se refletir no coletivo, melhorando não apenas uma edificação como também seu entorno, ao servir de exemplo para iniciativas semelhantes.

Desta forma, ao sugerir diretrizes que se preocupam não apenas com o edifício, mas com as questões globais que envolvem seu entorno, o Moinho Rio-Grandense, a partir do que foi proposto aqui, pode não apenas ser fisicamente recuperado e conservado, mas também converter-se em um ponto irradiador de ações práticas para requalificação de outros tantos patrimônios industriais semelhantes a ele.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Minidicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa define quixotesco como um “personagem idealista, ingênuo e um tanto alienado” (AULETE, 2009, p. 666) mas também como algo ou alguém “ousado, idealista, utópico” (*idem*). É um adjetivo que, muito frequentemente, está associado a ideias utópicas e a um certo saudosismo. Todavia, é praticamente impossível para quem conhece a obra de Cervantes, não associar Quixote aos moinhos transfigurados em gigantes aos olhos do bravo fidalgo. Porto Alegre pode ser vista como uma cidade quixotesca, então, de duas formas.

No sentido consagrado, como uma cidade que sonha com um passado romantizado, apoiado em tradições e costumes que nunca cansa de exaltar. Dentro do mesmo sentido, é uma cidade que há décadas trava uma luta inglória pela defesa de seu passado, na figura de seu patrimônio cultural. Não foram poucas as vezes que os porto-alegrenses se uniram em prol da defesa de um antigo edifício ameaçado de demolição. Ainda hoje, no interior dos órgãos locais de preservação e em grupos da sociedade civil conscientes da importância da memória local, trava-se uma luta diária, e por vezes injusta, pela preservação do Patrimônio Cultural da cidade.

Há também um significado simbólico que atribuo aqui, como uma cidade que *combate gigantes*, que no fim nada mais são que simples moinhos. Lugares ou construções que são importantes para a paisagem local e para a identidade de sua população, que cumprem uma importante função social e econômica (como os moinhos de Castela-Mancha), aqui são convertidos em inimigos do progresso. Sobre esses, alguns setores da sociedade avançam incessantemente sem nenhum remorso ou ressentimento, até que os ponham abaixo.

Embora menos sujeito a esses ataques, apoiado pela questão do entorno, o Moinho Rio-Grandense persiste na paisagem do 4º Distrito como elemento de suma importância, mas exposto à um lento, silencioso e constante processo de degradação. Física, por óbvio, mas também simbólica, tendo em vista que pouco

a pouco as memórias que se tem dele vão sumindo do imaginário local. Lá, esquecido e imóvel, ele espera pelo seu Dom Quixote.

Quando falamos de patrimônio agroindustrial, não é com intuito de isolá-lo dos demais patrimônios industriais. Tampouco é com a intenção de atribuir mais ou menos valor a uma categoria específica de indústria. Ao falar especificamente de patrimônio agroindustrial este trabalho objetiva estabelecer as relações históricas e indissociáveis do Rio Grande do Sul com este tipo de indústria.

Vimos como a origem histórica do Estado está diretamente associada à atividade agropecuária. Da exploração do gado selvagem para utilização nas Minas Gerais surgiram as primeiras estâncias. Com a economia do Brasil baseada quase que completamente em mão de obra escrava, logo a produção de charque passou a ser a principal atividade econômica do Rio Grande do Sul, tendo em vista que o produto era a base da alimentação dos escravos. Esta atividade permitiu acúmulo de capital econômico que, de forma direta ou indireta, permitiu o investimento na construção de algumas das primeiras unidades industriais na zona sul do Estado.

Na agricultura, os imigrantes desempenharam papel fundamental. Os açorianos foram uns dos primeiros a introduzir a triticultura em solo gaúcho, tornando a província, ainda no início do Século XIX, um dos principais produtores de trigo do Brasil. Prejudicada pela falta de tecnologia, pelo clima e por sucessivas epidemias de ferrugem, o trigo foi pouco a pouco desaparecendo das lavouras locais, até praticamente desaparecer em meados da década de 1820. O cereal só voltaria a aparecer no último quartel daquele século por ação dos imigrantes italianos.

Os imigrantes alemães, por sua vez, cumpriram um duplo papel no desenvolvimento da economia local e, conseqüentemente, no desenvolvimento da atividade industrial. Como produtores eles foram responsáveis por diversificar a produção agroalimentar local, desenvolvendo fortemente a produção de farinha de mandioca, mas também embutidos, banha e cerveja. Com eles também vieram alguns dos primeiros trabalhadores de atividades urbanas e artesãos, sendo responsáveis pela implementação de algumas das primeiras

oficinas pré-industriais da região do Vale do Rio dos Sinos e Porto Alegre. Com o estabelecimento dos colonos italianos na região da Serra, os alemães passaram a desempenhar também um importante papel comercial, ao estabelecer importantes rotas de comércio entre a região de suas próprias colônias, a dos italianos e Porto Alegre. O acúmulo de capital comercial proveniente dessa atividade foi fundamental para o desenvolvimento da atividade industrial ainda no final do século XIX, sobretudo na região de Porto Alegre, que se converteu no principal escoadouro de produtos coloniais para o restante do Brasil.

Aos italianos atribui-se a importância não apenas de retomar a produção de trigo local, mas também de dar nova importância aos moinhos. Ainda no século XIX, a indústria de moagem começou a desenvolver-se em torno dos moinhos de farinha de mandioca, que logo se converteu em um dos principais produtos do Rio Grande do Sul. Com os italianos, mais e mais moinhos, agora de trigo, foram surgindo principalmente na região da Serra, logo fazendo a farinha de trigo superar a de mandioca em termos de importância econômica.

Com isso, a agroindústria torna-se então herdeira da tradição de produção agroalimentar que está nas bases culturais e econômicas do Rio Grande do Sul. Pouco a pouco, o polo econômico do Estado é deslocado da região Sul para Porto Alegre, aproveitando-se das redes comerciais e da maior oferta de produtos e matéria prima. Assim então surge o Moinho Rio-Grandense de Porto Alegre, uma das principais agroindústrias do Estado no Século XX.

Construído em 1916, com quase 90 anos de atividade produtiva praticamente ininterrupta e mais de 100 anos de história, a importância do Moinho Rio-Grandense não se resume apenas à dimensão de sua produção. Vimos, ao longo deste trabalho, como a empresa de Albino Cunha e, posteriormente, a S.A. Moinhos Rio-Grandenses assume papel importante no incentivo e no desenvolvimento da triticultura no estado, estabelecendo parcerias com pequenos produtores, distribuindo sementes e desenvolvendo pesquisas agronômicas em parceria com instituições de pesquisa governamentais.

Para a cidade de Porto Alegre, o Moinho ainda possui uma importância ainda mais destacada, sendo um importante fato urbano: um elemento primário e de permanência na malha urbana da cidade e que ajuda a entender as dinâmicas espaciais que acabaram por formar e caracterizar o 4º Distrito, antigo centro industrial da capital gaúcha.

O Moinho Rio-Grandense, por sua antiguidade, pelo momento histórico em que foi construído (princípio da industrialização da cidade), sua importância econômica destacada e pelo papel que cumpre, em conjunto com outras indústrias do período, no desenvolvimento urbano da região constituiu-se como parte fundamental e indissociável do 4º Distrito enquanto fato urbano da cidade de Porto Alegre.

Todavia, o Moinho também possui importância como fato urbano em si próprio. Foi uma das primeiras construções com características tipicamente industriais a ser construída na região, ajudando a definir uma nova identidade arquitetônica para a região e para as muitas edificações industriais que viriam a seguir. O moinho nasce como um grande edifício de quatro pavimentos e linguagem manchesteriana, numa zona marcada por galpões térreos e sobrados. Mas, se sua forma se reflete no entorno, ela também absorve as mudanças arquitetônicas ao seu redor quando, nos anos 1950, desfaz-se de um de seus frontões e ganha um novo pavimento, destacando-se mais ainda numa paisagem que ajudou a definir.

Não apenas o edifício principal do moinho cumpre função de elemento primário dentro do 4º Distrito, como as estruturas a ele associadas ajudaram a definir a paisagem da região. Dos grandes silos de metal, dos muitos armazéns, até as emblemáticas passarelas metálicas que o conectavam ao Guaíba – lamentavelmente perdidas – foram importantes para estabelecer uma identidade formal e funcional para a região ao redor.

É como elemento arquitetônico, todavia, que o Moinho Rio-Grandense expressa alguns de seus mais destacados valores. Ele é, acima de tudo, um patrimônio industrial em plena consonância com os princípios estabelecidos pela carta de Nizhny Tagil e pelos Princípio de Dublin, sendo um importante testemunho físico do processo de industrialização local.

Sua tipologia arquitetônica encontra inspiração nos moinhos ingleses do Século XIX, de modo que sua continuidade no espaço físico possui essencial valor como exemplo de uma linguagem arquitetônica que é relativamente rara no contexto local e que expressa uma identidade verdadeiramente industrial. Constroem-se anexos, acrescenta-se pavimentos, muda-se a cor e até mesmos os usos, mas o moinho mantém sua identidade industrial porque sua arquitetura assim o define. O ritmo de sua fachada, definido pela repetição constante das aberturas e das pilastras, a forma arquitetônica que reflete os usos internos e a ausência quase total de ornamentação são apenas alguns dos elementos que vinculam visualmente o edifício ao uso industrial e que devem, de todas as formas, ser preservados para que esta identidade jamais se perca. Exemplos como esses são de vital importância no espaço urbano pois são documentos que registram a história da arquitetura local, de uma forma acessível a todos.

Se externamente sua identidade industrial é inquestionável pela linguagem arquitetônica que o constitui, internamente é seu sistema construtivo que cumpre essa função de estabelecer os princípios que o definem como tal. Construído em paredes de alvenaria portante, com linha central de pilares metálicos, o moinho não precisa de muito mais para se fazer entender como elemento industrial. A indústria geralmente se estabelece pela escala da máquina, não do homem, de modo que estruturas que permitam a utilização de grandes vãos e espaços versáteis são facilmente associadas ao uso industrial. A solução, bastante moderna para a época, ainda possui singular valor de raridade, uma vez que o uso de concreto armado era mais comum na região.

Em relação aos aspectos arquitetônicos gerais do edifício e sua importância dentro do contexto local, além da já citada ausência quase que total da de ornamentação e de uma forma que expressa certa funcionalidade construtiva, soma-se a isso a setorização dos espaços internos por função produtiva, dividindo o edifício em moagem, lavagem e armazenamento, com certa liberdade construtivas para áreas contidas dentro desta modulação. Tais questões aproximam o edifício de soluções arquitetônicas que só seriam postas em prática de maneira mais abrangente nas construções locais depois da popularização da arquitetura moderna a partir dos anos 1950.

Sendo o Moinho um patrimônio industrial, o edifício carrega em si também um forte valor social, como espaço de trabalho diretamente associado à classe operária. Pode ser entendido assim como um lugar de memória, nos termos de Pierre Nora: um espaço que carrega em si forte significado simbólico representativo para a memória dos grupos sociais a ele associados.

Com isso, torna-se fundamental sua preservação no espaço físico e simbólico da cidade, não apenas pelas referidas questões urbanas e arquitetônicas, mas por sua importância como espaço de debate e integração associado à classe trabalhadora. Ao transpor para o presente valores e situações que ajudaram a definir a cidade, sua continuidade auxilia na formulação de um futuro que contemple elementos da identidade dos diferentes grupos que participaram da história do Moinho Rio-Grandense. Estando associado a importantes acontecimentos da cidade, como seu apogeu industrial, como palco da greve geral de 1917 e da grande enchente de 1941, o moinho serve como espaço para lembrar e discutir tais acontecimentos, como ponto de cristalização desta memória.

Para que se valorize e se preserve o moinho, que atualmente encontra-se em severo processo de degradação, este trabalho sugere seu tombamento, seja ele municipal ou estadual, de modo não apenas a lhe conferir proteção legal como patrimônio cultural local, mas para dar-lhe o devido reconhecimento e, a partir das discussões que tangenciam o processo de tombamento, se possa buscar sua valorização tanto na esfera pública quanto pela sociedade civil.

Sugere-se também, como medida que valorize o lugar do 4º distrito, a criação de um museu de território que não apenas o contemple, mas o torne um de seus pontos centrais. Tendo o moinho diversos valores em comum com tantas outras indústrias da região, sua posição no conjunto pode liderar iniciativas capazes de imprimir transformações significativas na região. Isso visaria a preservação não apenas de um edifício, mas de um setor urbano diretamente associado ao patrimônio industrial. Ressalta-se, todavia, que essa proposta, pela própria essência da museologia social que a embasa, é muito mais uma sugestão ou ponto de partida de um processo que necessita de ampla e profunda

participação social para que seja fiel e coerente com os princípios da museologia ativa.

Entende-se, todavia, que tais questões são complexas e dependem de diversos atores sociais. Para que a preservação do moinho não dependa apenas de grandes soluções, sugere-se também ações focadas em seu entorno imediato, na sua recuperação física e na questão dos usos.

Sendo o moinho um importante elemento da paisagem local, pensar a sua requalificação sem contemplar o entorno é abster-se de uma série de riscos e potencialidades. Sugere-se aqui questões referentes a limitações de altura para os vizinhos, mas também de requalificação do espaço urbano ao redor.

É fundamental também pensar na viabilidade e continuidade do moinho, dando-lhe certa função social. A recuperação de seus valores arquitetônicos e a reversão de seu atual estado de degradação deve vir acompanhada de uma ênfase na questão dos usos, não apenas para impedir futuras degradações, mas como forma de ressignificar certos aspectos do moinho que vem perdendo significado ao longo do tempo. Sugere-se que os usos propostos sejam compatíveis com a sua condição de patrimônio industrial, contemplando e valorizando seus elementos identitários e garantindo a continuidade de um espaço que seja atrativo e integrado ao uso contemporâneo. É só a partir da relação com as pessoas que o patrimônio assume sua máxima importância e significado. Um edifício que não é visto e não é usado não possui função social e estará fadado ao esquecimento.

Dentre estas questões de uso, a musealização do moinho ou de uma parte dele – aqui incentivado o uso do térreo para tal função – é uma das mais saudadas como estratégia de preservação da memória. Não apenas por caminhar ao encontro da consolidação do moinho como importante espaço de cultura, mas também por estar alinhada à sugerida criação de um Museu de Território. Como espaço dedicado não apenas a conservar, mas também a estudar, interpretar e expor a memória relacionada à indústria, sobretudo a agroalimentar, a criação de um museu nas dependências do Moinho Rio-Grandense poderia servir como ponto de partida para o estabelecimento de uma rede de museus trabalhando em conjunto no desenvolvimento de pesquisas e

ações culturais em prol do patrimônio industrial do Estado, do Brasil, ou até mesmo da América Latina.

Salienta-se, todavia, que antes da aplicação de qualquer uma das diretrizes de conservação aqui propostas, seria ideal buscar estabelecer um contato, com a apresentação dos dados obtidos nesta pesquisa, com os atuais proprietários – a TMSA Engenharia – e a Fundação Bunge, representante dos antigos proprietários e detentora de uma parcela significativa do acervo histórico e documental da SAMRIG. Deixar os proprietários de fora das discussões envolvendo a preservação é um erro que frequentemente se comete e que muitas vezes resulta em embates desnecessários entre aqueles que desejam a preservação e aqueles que, por lei ou por direito, detém sua posse. Esta pesquisa busca alcançar a valorização do Moinho Rio-Grandense como importante patrimônio cultural para além do ambiente acadêmico, de modo que se torna fundamental incluir todas as partes envolvidas para que as discussões aqui iniciadas resultem em ações práticas em prol da preservação do moinho.

Tanto as diretrizes de preservação aqui apontadas, como as discussões a respeito do patrimônio industrial aqui iniciadas tem como primeiro e principal objetivo valorizar e buscar a preservação do Moinho Rio-Grandense. Mas também se espera que este trabalho contribua para incentivar a pesquisa e o debate envolvendo tantos outros patrimônios industriais em situação semelhante. Espera-se, desta forma, que esta pesquisa não tenha fim em si mesma, mas seja o início de um trabalho muito mais amplo e com reflexos duradouros no campo da preservação do patrimônio industrial.

REFERÊNCIAS

A FEDERAÇÃO: Organ do Partido Republicano. Porto Alegre, 22 mar. 1917.

_____. Porto Alegre, 01 jan. 1928.

ALLEN, Chris. In: **WIKIPÉDIA:** a enciclopédia livre. Wikimedia, 2008. Disponível em: < https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Murrays_Mills_2008.jpg>. Acesso em: 24 mar. 2021.

ARCHDAILY BRASIL. **Vila Flores / Goma Oficina.** 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788135/vila-flores-goma-oficina>. Acesso em: 25 set. 2021.

AUGÉ, Marc. **Não Lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas (SP): Papirus, 2018. Ebook.

AULETE, Caldas. **Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa.** 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.

BISSÓN, Carlos Augusto. **Moinhos de Vento:** Histórias de um bairro de Porto Alegre. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Cidade, 2009.

BRAGHIROLI, Ângelo. **UNA NUEVA UTOPIA:** rescate del patrimonio industrial en el sur de brasil el conjunto de la industria frigorífica Armour. 2014. 390 f. Tese (Doutorado) - Curso de Historia del Arte y Gestión del Patrimonio En El Mundo Hispánico, Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, 2014.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 2009. **Lei Nº 11.904:** Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, 14 jan. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 31 ago. 2021.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração.** 4. ed. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2019. 261 p.

BUCCELLI, Vittorio. **Uma viagem ao Rio Grande do Sul.** Brasília: Edições do Senado Federal, 2016.

BUNGE, Acervo do Centro de Memória. **Histórico Moinho Porto Alegre.** 1 ed. São Paulo: Acervo Centro de Memória Bunge – Fundação Bunge, 2008.

CANCLINI, Nestor García. **As Culturas Populares no Capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Patrimônio Cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, 1994 p. 95-115

CESAR, Guilhermino. **Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1981.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 6 ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2017.

_____. O Patrimônio em Questão: antologia para um combate. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

COPSTEIN, Raphael. **O Trigo no Rio Grande de São Pedro no Continente e na Província**. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2018. Ebook. Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/ebooks/Ebook%20-%20RAPHAEL%20COPSTEIN%20-%20O%20trigo%20no%20Rio%20Grande%20de%20Sao%20Pedro.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

COSTA, Alfredo R. **O Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1922. v. 1.

COSTA, Ana Elísia da. **A Evolução do Edifício Industrial em Caxias do Sul: de 1880 a 1950**. 2001. 191 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (Propar), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Caxias do Sul, 2001.

DEZEN-KEMPTER, Eloisa. **O lugar do patrimônio industrial**. 2011. 329 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280239>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

DURÁN ROCCA, Luisa. **AÇORIANOS NO RIO GRANDE DO SUL: antecedentes e formação do espaço urbano do século xviii**. 2009. 657 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (Propur), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17918/000726395.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 set. 2021

ECOMUSEU DE SANTA CRUZ (Rio de Janeiro). **O que é um ecomuseu?** 2016. Disponível em: http://www.ecomuseusantacruz.com.br/sobre/o_que_e. Acesso em: 31 ago. 2021.

ENDERS, Armelle. Les Lieux de mémoire, dez anos depois. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 132-137, jul. 1993. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1949>. Acesso em: 22 ago. 2021.

ERIH. **The Declaration of Duisburg**. Duisburg (Alemanha), 2001. Disponível em: <https://www.erih.net/about-erih/erih-history-and-goals/>. Acesso em: 02 set. 2020.

ESPAÇO FÁBRICA SÃO LUIZ. A Fábrica São Luiza. Itu (SP): website Espaço Fábrica São Luiz, 2021. Disponível em: <https://espacofabrica.com.br/a-fabrica-sao-luiz/> Acesso em: 25 set. 2021.

ESTADO DE SÃO PAULO. CONDEPHAAT. **Bens Tombados**. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/bens-protegidos-online/>. Acesso em: 25 set. 2021.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. IPHAE. **Bens Tombados**. Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Clr=1>. Acesso em: 25 set. 2021.

_____. IPHAE. Portaria Nº 010/80/DEC. **Tombamento da Ponte 25 de Julho**. Porto Alegre: Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, 1980. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=15708>. Acesso em: 25 set. 2021.

FERREIRA, Andressa Klein. **SILOS: a forma da reforma**. 2019. 194 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Arquitetura - Propar, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/206570/001113236.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 ago. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FOXTER CIA. IMOBILIÁRIA. **Foxter Cia. Imobiliária - ROSSI FIATECI OFICIAL - NOVO! Imóveis em Porto Alegre – RS**. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E5HAM-KJIIQ>. Acesso em: 05 ago. 2021.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico**. 5. ed. Porto Alegre: Edigal, 2018.

FUNDACION COAM, Madri (Espanha). **Memoria Histórica para el Proyecto de Rehabilitación del Antiguo Matadero Municipal De Madrid: El sector meridional**. Madri (Espanha): Servicio Histórico Coam, 2005.

GORSKI, Joel. **Reciclagem de Uso e Preservação Arquitetônica**. 2003. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Faculdade de Arquitetura - Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4728/000414427.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 jul. 2020.

GAVRAS, Douglas. Desigualdade cresce e 1% no topo da pirâmide do Brasil concentra metade da riqueza. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 24 jun. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/desigualdade-cresce-e-1-no-topo-da-piramide-do-brasil-concentra-metade-da-riqueza.shtml>. Acesso em: 27 ago. 2021

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. **Um Museu de Indústria em São Paulo**. 1980. 264p. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Escola de Pós-graduação de Ciências Sociais, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1980.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil** (das origens aos anos 20). 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

HARDWICK, Charles. **History of the borough of Preston and its environs, in the county of Lancaster**. Preston, Inglaterra: Preston Worthington, 1857.

HISTORIC ENGLAND (Inglaterra). **WELLINGTON MILL**. 2016. Disponível em: <https://historicengland.org.uk/listing/the-list/list-entry/1356847>. Acesso em: 25 set. 2021.

ICOMOS, TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil**. Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial - TICCIH –Brasil. Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Unesp, São Paulo. 2003. Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>. Acesso em: 1 mar. 2020.

_____. **Os Princípios de Dublin**. Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial - TICCIH –Brasil. Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Unesp, São Paulo. 2011. Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/os-principios-de-dublin/>. Acesso em: 1 mar. 2020.

ICOMOS. **Carta de Veneza, 1964**. In: IPHAN. Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf> Acesso em: 29 ago. 2020.

_____. **Carta de Burra**, 1980. In: IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, 1995. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf> Acesso em: 25 set. 2021.

JONER, Genaro. A Porto Alegre de 100 anos atrás: o historiador Sérgio da Costa Franco ajuda a reviver a capital em 1913. **Zero Hora**. Porto Alegre, 20 mar. 2013. Memória, [n.p]. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2013/03/a-porto-alegre-de-100-anos-atras-4080602.html>. Acesso em: 25 set. 2021.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. **Patrimônio. Revista Eletrônica do Iphan**, São Paulo, v. 4, p.1-7, março/abril, 2006. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/algumas_questoes_relativas_ao_patrimonio.pdf Acesso em: 1 mar. 2020.

LAVEDAN, Pierre. **Qu'est-ce que l'urbanisme?** Paris: Henri Laurens, 1926.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995.

LICHT, Henrique. **Nossa Senhora dos Navegantes**. Porto Alegre 1871-1995. Porto Alegre, Ed. Do Autor, Secretaria Municipal de Cultura-Porto Alegre, 1996.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **História de Porto Alegre**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade: UFRGS, 1998

_____. **Porto Alegre: Origem e Crescimento**. 2 ed. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre, 1999.

MASCARA. Porto Alegre, ano. 1, n. 28, 17 ago. 1918.

MATOS, Ana Cardoso de; SAMPAIO, Maria da Luz. Patrimônio industrial e museologia em Portugal. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S.L.], v. 3, n. 5, p. 95-112, 6 jun. 2014. Biblioteca Central da UNB. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/15472/13770>. Acesso em: 25 set. 2021.

MATTAR, Leila Nesralla. **Porto Alegre: voluntários da pátria e a experiência da rua plurifuncional**. 2001. 272 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pucrs, Porto Alegre, 2001.

_____. **A MODERNIDADE DE PORTO ALEGRE: arquitetura e espaços urbanos plurifuncionais em área do 4º distrito**. 2010. 354 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pucrs, Porto Alegre, 2010.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O Passado no Futuro da Cidade**: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de porto alegre. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2004. 207 p.

_____. **O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL NO RIO GRANDE DO SUL NO SÉCULO XX**: atribuição de valores e critérios de intervenção. 2008. 483 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (Propur), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MIRANDA, Adriana Eckert. **A Evolução do Edifício Industrial em Porto Alegre**: 1870 a 1950. 2003. 149 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (Propar), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Joinville, 2003.

_____. **Planos e Projetos de Expansão Urbana Industriários e Operários em Porto Alegre (1935-1961)**. 2013. 372 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (Propur), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MONDIN, Guido. **Burgo sem água** (reminiscências do 4º. Distrito). Porto Alegre: Feplam, 1987.

MUSEO HIDRÁULICO MOLINOS DEL RÍO SEGURA: EL MUSEO HIDRÁULICO. **EL MUSEO HIDRÁULICO**. Website da instituição. Disponível em: <http://www.molinosdelrio.org/museo/>. Acesso em: 13 ago. 2020.

NETTO, Campos. **O Cavaliere Aristides Germani**. 3. ed. Caxias do Sul: UCS/EST, 1978.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> . Acesso em: 30 ago. 2020.

O EXEMPLO. Porto Alegre, 15 abr. 1917.

O REGIONAL. Caxias do Sul, 10 abr. 1926.

_____. Caxias do Sul, 25 jun. 1928.

OBSERVA POA (Porto Alegre). **Análises comparativas intraurbanas de População Total**. 2011. Observatório da Cidade de Porto Alegre. Disponível em: http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/?analises=10_197_0. Acesso em: 26 set. 2021.

OLIVEIRA, Lúcia Luppi. **Cultura é Patrimônio: Um Guia**. Edição Digital. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

ONU. **Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/ods/17/>. Acesso em: 28 set. 2021.

PAIVA, Edvaldo Pereira. **Expediente Urbano de Porto Alegre**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1942. 177 p.

PÉREZ, Francisca Pastor. El Neomudéjar y su contenido Historicista en Málaga. **Baética: Estudios de Historia Moderna y Contemporánea**, Málaga (Espanha), v. 2, n. 1, p. 53-60, jun. 1979. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2538458>. Acesso em: 27 set. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: Agropecuária colonial & Industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
_____. **História da Indústria Sul-Rio-Grandense**. Guaíba: Riocell, 1985.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1945.

_____. **O Rio Grande do Sul e suas Riquezas**. Porto Alegre: Livraria Continente, 1944;

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 202-215, dez. 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>. Acesso em: 25 ago. 2021.

PORTAL VGV. **Rossi cria o primeiro livro a céu aberto do mundo: incorporadora espalha páginas gigantes de contos em Porto Alegre**. Incorporadora espalha páginas gigantes de contos em Porto Alegre. 2010. Disponível em: <https://www.portalvgv.com.br/site/rossi-cria-primeiro-livro-a-ceu-aberto-do-mundo>. Acesso em: 05 ago. 2021.

PORTO ALEGRE, Arquivo Municipal de. **Processo Nº 11.177/930**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1929.

_____. **Processo Nº 7054/936**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1936.

_____. **Processo Nº 14037/48**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1948.

_____. **Processo Nº 34869/49.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1949.

_____. **Processo Nº 6644/50.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1950.

PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal de. Declaração Municipal Informativa (DMI). Disponível no site: <https://dmweb.procempa.com.br/dmweb/searchBox.seam> Acesso em: 09 set. 2021.

_____. **Empreendimento revitaliza o 4º Distrito.** 2010. Disponível em: https://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_empreeendedor/default.php?p_noticia=132509. Acesso em: 05 ago. 2021.

PORTO ALEGRE (Município). Decreto nº 115, de dezembro de 1927. **Retifica os limites do Município e divisão do seu território em zonas e distritos e subdivisão em seções.** Porto Alegre, dez. 1927. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/RS/PORTO.ALEGRE/DECRETO-115-1927-PORTO-ALEGRE-RS.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

_____. **Lei Complementar Nº 275/92.** Porto Alegre, abr. 1992. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/1992/27/275/lei-complementar-n-275-1992-dispoe-sobre-a-protecao-do-patrimonio-historico-cultural-e-natural-do-municipio-de-porto-alegre-disciplina-a-integracao-de-bens-moveis-e-imoveis-e-cria-incentivos-ao-tombamento-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 25 set. 2021.

_____. Lei Complementar nº 434, de 1999. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre.** Porto Alegre, RS, 24 dez. 1999. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/1999/43/434/lei-complementar-n-434-1999-dispoe-sobre-o-desenvolvimento-urbano-no-municipio-de-porto-alegre-institui-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-ambiental-de-porto-alegre-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 29 ago. 2021.

_____. Lei Complementar nº 601, de 2008. **Lei do Inventário.** Porto Alegre, RS, 23 out. 2008. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000030092.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>. Acesso em: 29 ago. 2021.

_____. Lei Complementar nº 646, de 2010. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre.** Porto Alegre, RS, 22 jul. 2010. Disponível em: leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/2010/64/646/lei-complementar-n-646-2010-altera-e-inclui-dispositivos-figuras-e-anexos-na-lei-complementar-n-434-de-1-de-dezembro

de-1999-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-ambiental-de-porto-alegre-pddua-e-alteracoes-posteriores-e-da-outras-providencias. Acesso em: 29 ago. 2021.

_____. Inventário dos Bens Imóveis do Bairro São Geraldo. **Diário Oficial de Porto Alegre**, Porto Alegre, 5 mai. 2008. p. 12-13.

PROCHNOW, Simone Back. **Quarta Natureza para o Quarto Distrito: tudo está conectado**. 2020. 493 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura (Propar), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/216817>. Acesso em: 25 set. 2021.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem**. São Paulo: Perspectiva, 2014. 88 p.

RIO GRANDE DO SUL, Estado do. Lei nº 7.231, de 1978. **Lei Nº 7.231**. Porto Alegre, RS, 18 dez. 1978. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/07.231.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2021.

_____. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS, 03 out. 1989. Disponível em: http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=9p-X_3esaNg%3d&tabid=3683&mid=5358. Acesso em: 29 ago. 2021

_____. Portaria nº 2, de 16 de janeiro de 2012. **Portaria Sedac Nº 2**. Porto Alegre, RS: Diário Oficial, 18 jan. 2012. p. 31-32. Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/diario?td=DOE&dt=2012-01-18&pg=31>. Acesso em: 29 ago. 2021.

REVISTA SANTISTA. História: Nossos Moinhos de Trigo. Nossos Moinhos de Trigo. **Revista Santista**, São Paulo, ano. 1, n. 4, p. 13-16, jun. 1984. Acervo do Centro de Memória Bunge.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 2016. 240 p.

SANTA FÉ (ARGENTINA). **Refuncionalización ex molino Marconetti**, 2017. In: Plataforma Arquitectura, 2019. Disponível em: <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/921276/refuncionalizacion-ex-molino-marconetti-subsecretaria-de-obras-de-arquitectura-gobierno-de-la-ciudad-de-santa-fe>. Acesso em: 19 ago. 2020.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. REFLEXÕES SOBRE A NOVA MUSEOLOGIA. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa (Portugal), v. 18, n. 18,

p. 93-139, 2002. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/359>. Acesso em: 25 set. 2021.

SANTOS, Adalberto Silva. Resistências culturais como estratégias de defesa da identidade. In: **IV ENECULT – ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA**, 2008, Salvador. Anais [...]. Salvador: Ufba, 2008. p. 1-18. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14437-01.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2021.

SANTOS, Suzy da Silva. **Ecomuseus e museus comunitários no Brasil: um estudo exploratório de possibilidades museológicas**. São Paulo: USP. Programa de Pós-graduação Interunidades em Museologia, 2017 (dissertação de mestrado), Cap. 1 a 3. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-13122017-091321/ptbr.php> Acesso em: 1 mar. 2020.

SCHÄFFER, Barbara. **Porto Alegre, arquitetura e estilo: 1880 a 1930**. 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/49939/000828565.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 set. 2021.

SCIFONI, Simone. **Dicionário do Patrimônio Cultural: paisagem cultural**. Paisagem Cultural. 2017. Elaborado por IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>. Acesso em: 05 set. 2021

SEIXAL, Ecomuseu Municipal do. **Ecomuseu Municipal do Seixal**, s.a. Disponível em: <http://www.cm-seixal.pt/ecomuseu-municipal/ecomuseu-municipal-do-seixal> Acesso em: 1 mar. 2021.

SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. A Greve geral de 1917 em Porto Alegre. **Anos 90**, [S.L.], v. 4, n. 5, p. 183-205, 1 jul. 1996. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/1983-201x.6170>.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Contrastes regionais e formações urbanas**. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs, 2000.

STROHAECKER, Tânia Marques. Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras de Porto Alegre (1890-1950). **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 09, n. 194, ago. 2005. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/930>. Acesso em: 13 set. 2021.

UNESCO. **Recomendações de Paris.** Conferência Geral da Unesco, 17ª Reunião. Paris, 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf> Acesso em: 25 set. 2021.

_____. **Recomendações de Paris.** Conferência Geral da Unesco, 25ª Reunião. Paris, 1989. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf> Acesso em: 29 ago. 2020;

_____. **Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana.** Conferência Geral da Unesco, 36ª Reunião. Paris, 2011. Disponível em: https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf Acesso em: 28 set. 2021;

_____. **Declaração de Hangzhou.** Congresso Internacional de UNESCO, Cultura: chave para o desenvolvimento sustentável. Hangzhou (China), 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000221238> Acesso em: 28 set. 2021;

UNESCO. ICOM. **Declaração de Santiago. Mesa- Redonda de Santiago do Chile,** 1972. Santiago, 1972. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/3-1972-icom-mesa-redonda-de-santiago-do-chile.html> Acesso em: 01 mar. 2020;

_____. **Declaração de Quebec – Princípios de Base de uma Nova Museologia** 1984. Quebec, 1984. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/4894-1984-declaracao-de-quebec.html> Acesso em: 01 mar. 2020;

VARINE-BOHAN, Hugues de. A Nova Museologia: Ficção ou Realidade. In: **Museologia Social.** Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2000. p. 21-33.

_____. **As Raízes do Futuro: o Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local.** Tradução Maria de Lourdes Parreiras Horta Porto Alegre, Medianiz, 2012.

VIÑUALES, Graciela María. Olhares sobre o patrimônio industrial. **Arquitextos,** São Paulo, ano 8, número 091.03, Vitruvius, dez. 2007. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.091/182>. Acesso em: 13 ago. 2020.

VITERBO, Sousa. Archeologia industrial portuguesa: os moinhos. **O Archeologo Português,** Lisboa (Portugal), série 1, v. 2, p. 193-204, ago./set. 1896. Revista do Museu Ethnographico Português. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_2/193_archeologia.pdf. Acesso em: 08 mar. 2020.

WALLIG, João Felipe. VILA FLORES, NÚCLEO DE RESISTÊNCIA NO 4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE: João Felipe Wallig conta a história da revitalização do complexo arquitetônico concebido pelo alemão Joseph Lutzenberger. 2015. **Arq.Futuro**. Disponível em: <https://arqfuturo.com.br/post/vila-flores-nucleo-de-resistencia-no-4--distrito-de-porto-alegre>. Acesso em: 05 ago. 2021.

WALLIG, João Felipe; PENA, Vitor. Vila Flores: um processo arquitetônico: ressignificação, coletividade e aprendizado. **Vitruvius**, São Paulo, ano 16, v. 184.01, abr. 2016. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/projetos/16.184/6015>. Acesso em: 05 ago. 2021.

WEIMER, Günter. **Arquitetura Moderna em Porto Alegre: entre 1930 e 1945**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1998. 173 p.

_____. **Origem e Evolução das Cidades Rio-Grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004a.

_____. **Arquitetos e Construtores no Rio Grande do Sul: 1892-2945**. Santa Maria (RS): Editora Ufsm, 2004b.

LOCAIS DE PESQUISA

a) Acervo da Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional – Disponível em:
<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

- Jornais Antigos

b) Acervo do Centro de Memória Bunge

- Acervo Fotográfico
- Acervo Documental
- Revista Santista

c) Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)

- Mapas antigos de Porto Alegre – 1888, 1896, 1906 e 1916.

d) Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami – Caxias do Sul (RS)

- Foto do Moinho da Cascata, 1912

e) Arquivo da Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre

- Ficha de Inventário do Moinho Rio-Grandense
- Parecer do COMPAHC referente ao Inventário dos Bens Imóveis do 4º Distrito

f) Arquivo Municipal de Porto Alegre

- Planos e projetos para o Moinho Rio-Grandense – 1929 a 1950

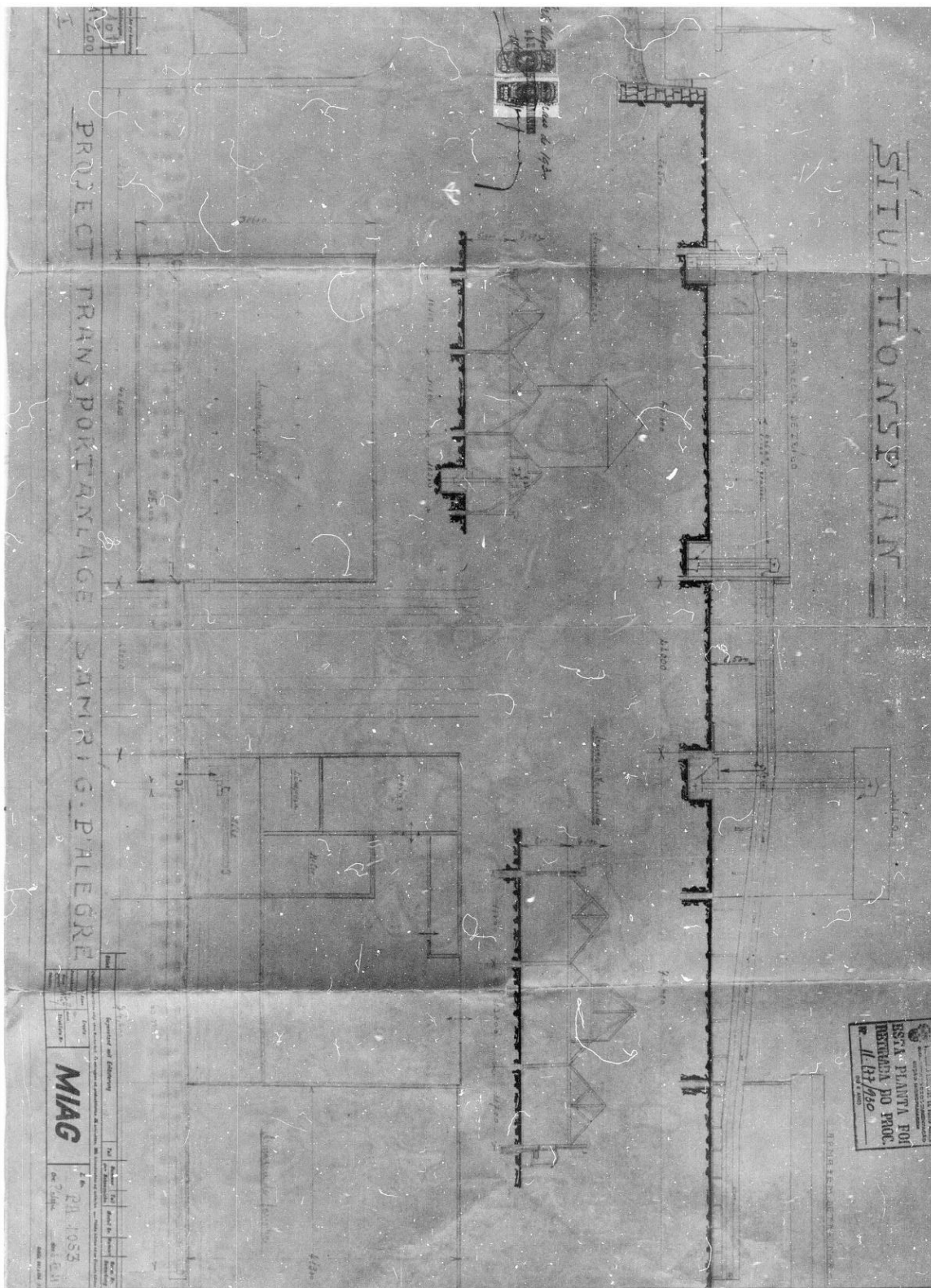
ANEXOS

ANEXO 1

Projetos Originais do o Moinho Rio-Grandense – Arquivo Municipal de Porto Alegre

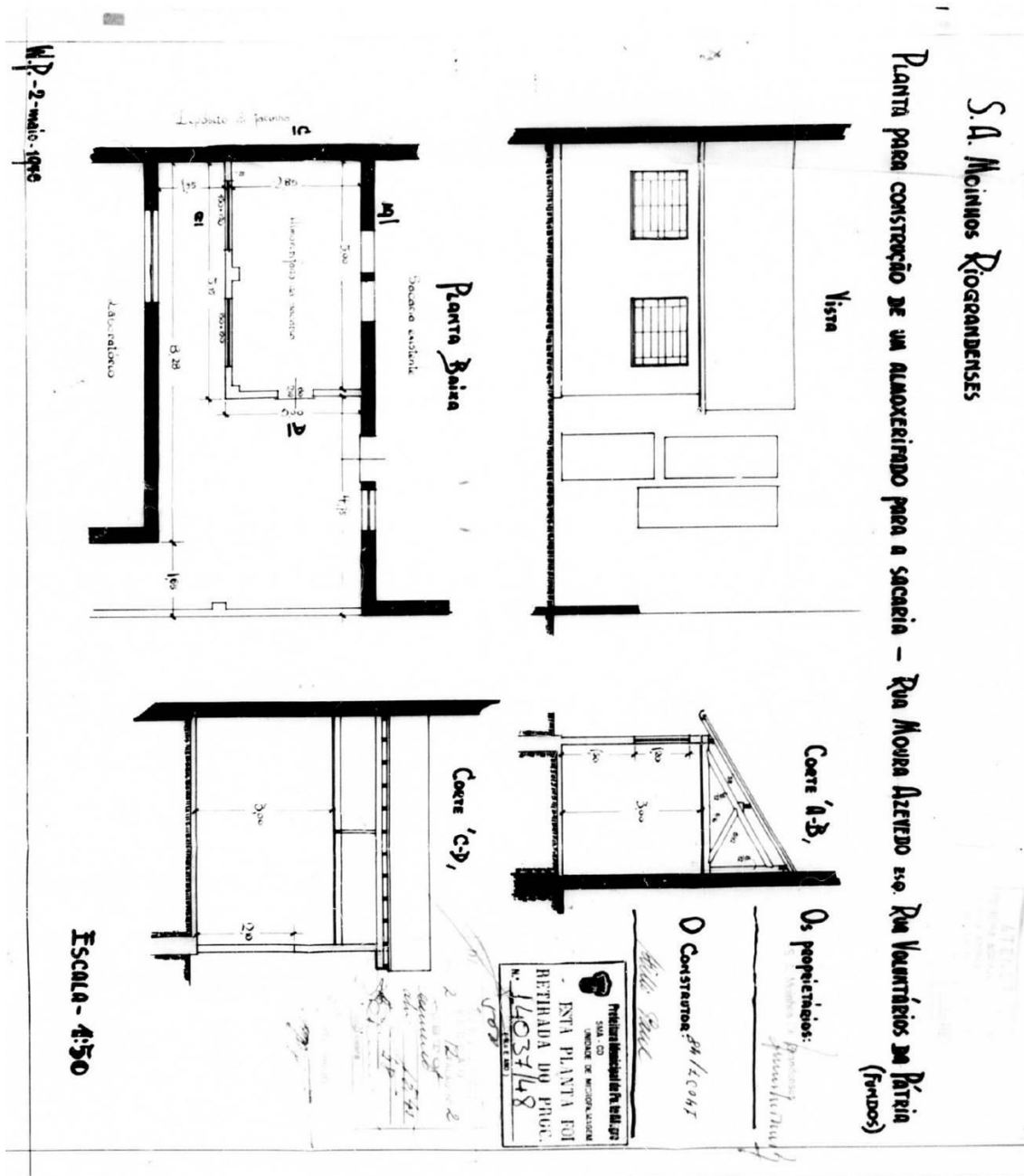
Figura 1

Projeto para um sistema de transporte horizontal que conectando os armazéns de farinha, 1929



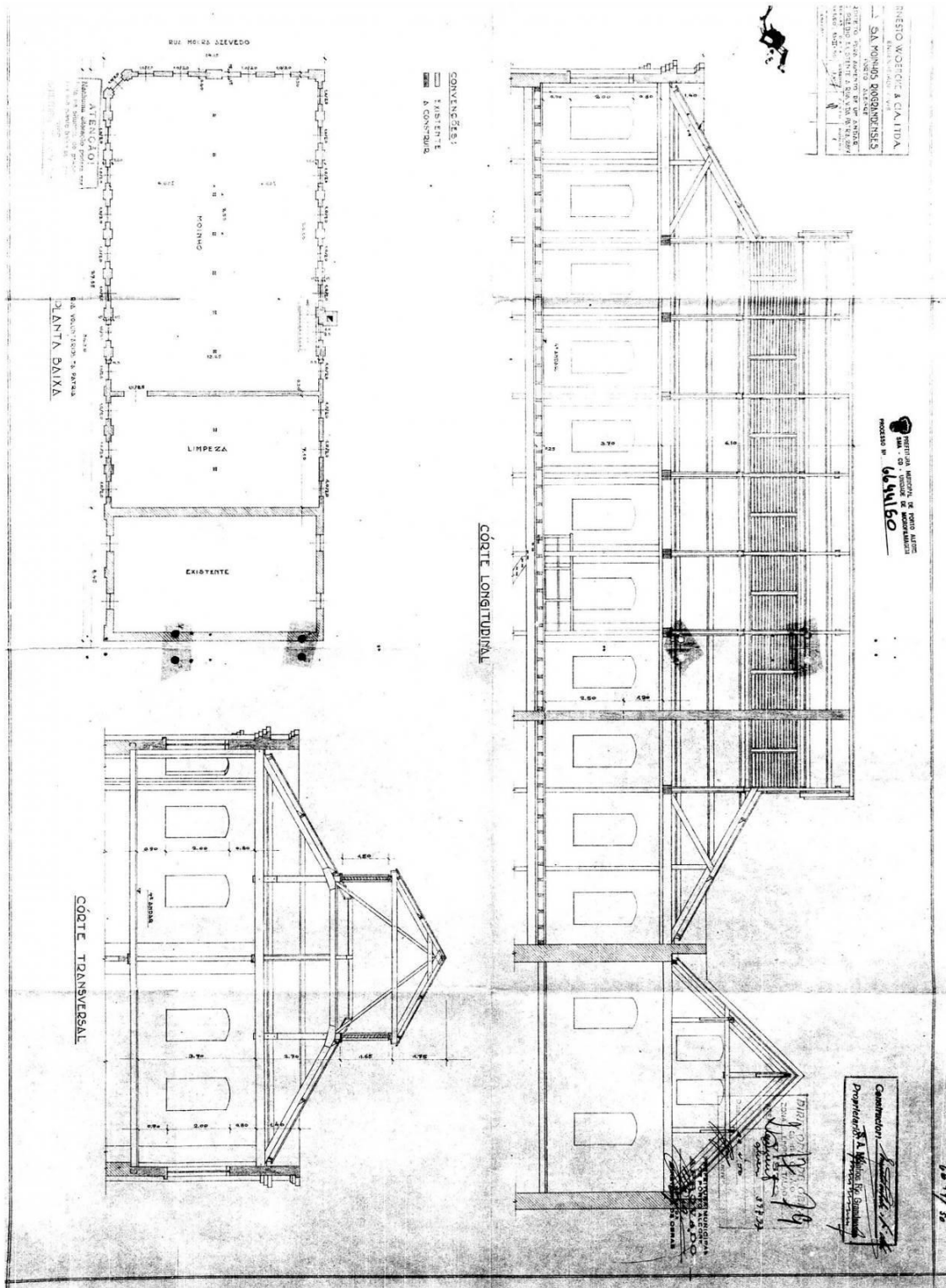
Fonte: PORTO ALEGRE, 1929.

Figura 3 – Projeto de um almoxarifado para a sacaria - 1948



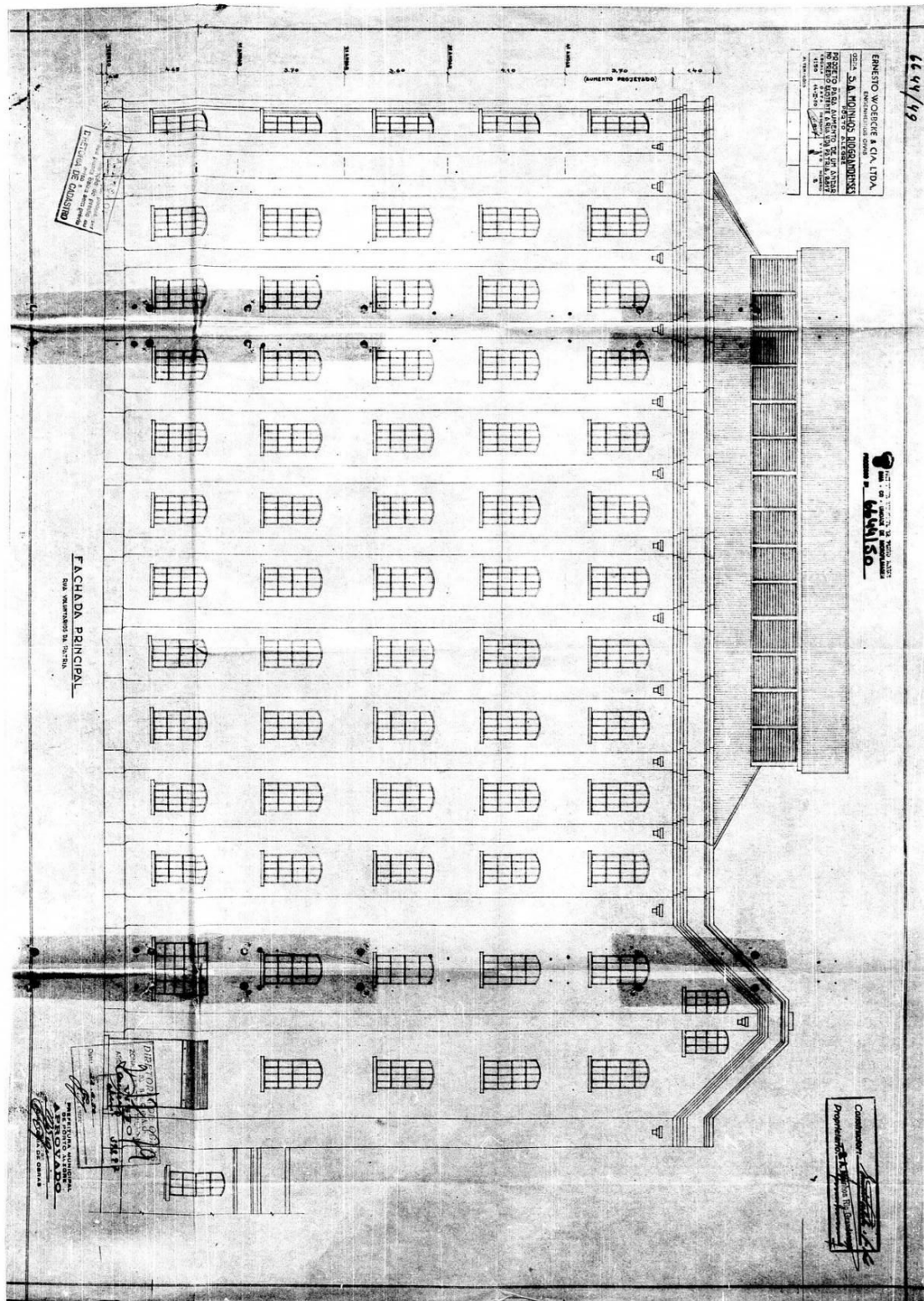
Fonte: PORTO ALEGRE, 1948.

Figura 5 – Projeto para a construção do quinto pavimento – Planta Baixa



Fonte: PORTO ALEGRE, 1950.

Figura 6 – Projeto para a construção do quinto pavimento – Fachada Voluntários da Pátria

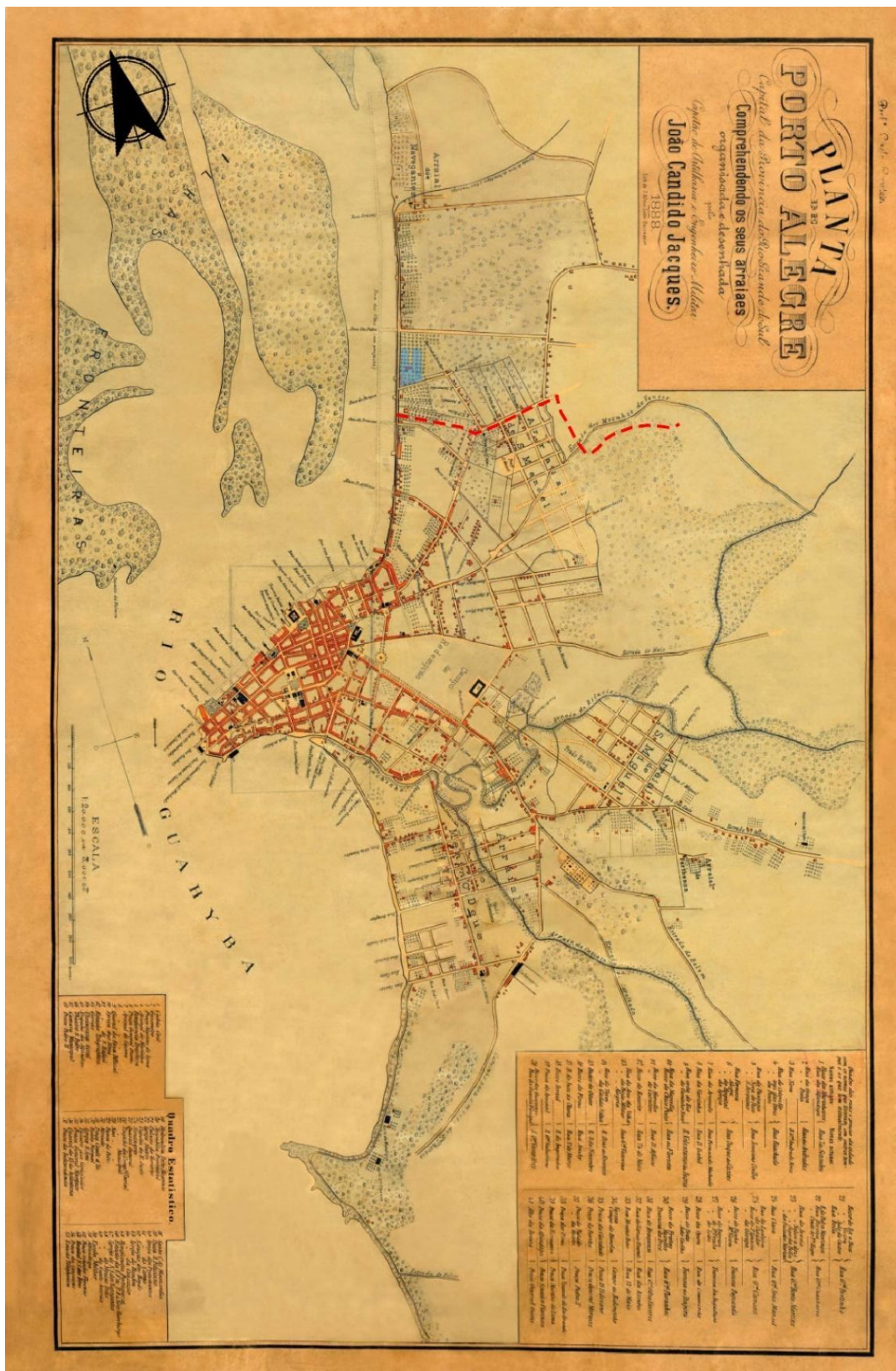


Fonte: PORTO ALEGRE, 1950.

ANEXO 2

Mapas antigos de Porto Alegre – Acervo do IHGRS

Figura 1 – Mapa de Porto Alegre de 1888



Fonte: Acervo do IHGRS, 2021. Marcação do Autor

Figura 2 – Mapa de Porto Alegre de 1896



Fonte: Acervo do IHGRS, 2021. Marcação do Autor

Figura 3 – Mapa de Porto Alegre de 1906



Fonte: Acervo do IHGRS, 2021. Marcação do Autor

Figura 4 – Mapa de Porto Alegre de 1916



Fonte: Acervo do IHGRS, 2021. Marcação do Autor

ANEXO 3

Ficha de Inventário do Moinho Rio-Grandense – Acervo do Arquivo da EPAHC

Figura 1 – Ficha de Inventário do Moinho Rio-Grandense

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTO ALEGRE - BENS IMÓVEIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE - SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA - CMC - EPAHC

Prefeitura de Porto Alegre
MAYOR OMAR MARI COLOMBA

ENDERECO: R. VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 2817/2811	AUTOR PROJETO: <u>1915</u>	S:
BAIRRO: SÃO GERALDO	ANO PROJETO: 1915	O:
DENOMINAÇÃO: MOINHO SAUVISTIA Rio-Grandense	ANO CONSTRUÇÃO:	UEU:

MORFOLOGIA		CARACT. DE MOBILIDADE			VALORES CONSIDERADOS				CLASSIFICAÇÃO	
ÉPOCA: HETEROG.	VEÍCULOS	ALTA	MEDIA	Baixa	INSTÂNCIA CULTURAL:	<input checked="" type="checkbox"/>	TOMBADO	ESTRUTURAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/>	
ALTA: HETEROG.	PEDESTRES	<input checked="" type="checkbox"/>			INSTÂNCIA PAISAGÍSTICA:	<input checked="" type="checkbox"/>		COMPATIBILIZAÇÃO		
ALINHAMENTOS: HETEROG.					INSTÂNCIA MORFOLÓGICA:	<input checked="" type="checkbox"/>		INVENTARIADO		
RECULO LATERAL: HETEROG.	DENSIDADE	ALTA	MEDIA	Baixa	INSTÂNCIA FUNCIONAL:	<input checked="" type="checkbox"/>				
LING. ARQUITET.: HETEROG.				<input checked="" type="checkbox"/>	INSTÂNCIA LEGAL:	<input checked="" type="checkbox"/>				

TIPOLOGIA	
RECULO ALINHAMENTO: NÃO	Nº PAVIMENTOS: 5-6
RECULO LAT. ESC.: NÃO	PÉ DIREITO: 3,0
RECULO LAT. DIR.: NÃO	SÓTÃO: 5,14
Ocupação LOTE: SIM	GARAGEM:

USOS			
ATUAL: INDUSTRIAL	BOM	RUINA	
ORIGINAL: INDUSTRIAL	REGULAR	<input checked="" type="checkbox"/> PERIGO	
Ocupado: SIM	RUIM	POTENCIAL	

CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS					
ABERTURAS	ARCO ABATIDO	ARCO PLENO	ARCO OGIVAL	VERGA RETA	
PORTAS				<input checked="" type="checkbox"/>	
JANELAS	<input checked="" type="checkbox"/>				
ESQUADRIAS	ORIGINAIS	<input checked="" type="checkbox"/> AUSENTE	MADIEIRA	METAL	<input checked="" type="checkbox"/>

COBERTURA			
TELHA	FRANCA	CAPA CANAL	FIBROCIM
CORCAMENTO	BEIRAL	PLATIBANDA	<input checked="" type="checkbox"/> METALICA
	Nº DE AGUAS		AGUA FURTADA

ESTRUTURA VERTICAL		
CONCRETO	ALV. TITULO	ALV. PEDRA
<input checked="" type="checkbox"/>		ESTRUT. AÇO
		MADIEIRA
		OUTROS

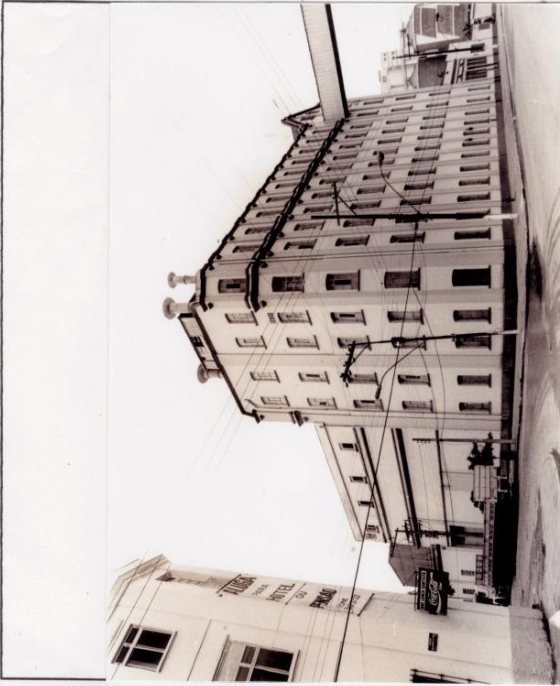
OBSERVAÇÕES

-ESQUINA COM R. HOURA AZEVEDO
 UM DOS 133 EXEMPLARES DA ALG. MODERNA
 EM POA -TEM IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL

PESQUISADORES: MARCOS/ELENA

FOTO: RZA/E

DATA:



DATA: 1998

ANEXO 4

Parecer do COMPAHC referente ao Inventário dos Bens Imóveis do 4º Distrito
– Acervo do Arquivo da EPAHC

Figura 1 – Parecer do COMPAHC a respeito do Inventário do 4º Distrito, 2004

Parecer n.º 18/04. De 17/05/2004. Processo n.º 01.017106.98.2

Interessado: Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural/SMC

Assunto: Atualização do Inventário do Patrimônio Cultural – Bens Imóveis do 4º Distrito.

Local: Bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes e Marcílio Dias

PARECER

Em 18/05/04

João Verle
Prefeito

Prefeito

O COMPAHC, em reunião realizada em 17/05/2004, manifesta-se favorável à Proposta do Inventário do Patrimônio Cultural – Bens Imóveis do 4º Distrito, apresentada pela EPAHC, com as seguintes observações:

1 – Conjunto de imóveis localizados na rua Dr. Valle, nº 206, 226, 234, 250, 254, 262, 276, 282, 290 e 296.
Recomendamos a inclusão dos imóveis, todos de estruturação, com exceção do nº 250, que é de compatibilização, em virtude da peculiaridade da implantação do conjunto, como a adequação à topografia do terreno e orientação solar.

2 - Av. Farrapos, nº 3775/3795/3777/3799
Edifício onde predominam as características originais, com elementos que marcam um tipo de construção racionalista e simplificado, recorrente naquelas soluções multifamiliares.
Recomendamos a inclusão no Inventário do Edifício.

<i>[Assinatura]</i> Presidente do COMPAHC	<i>[Assinatura]</i> Conselheiro(a) Relator(a)
<i>[Assinatura]</i> SMC	<i>[Assinatura]</i> SMAM
<i>[Assinatura]</i> SPM	<i>[Assinatura]</i> -GP SMC
<i>[Assinatura]</i> SMOV	<i>[Assinatura]</i> SMIC
PGM <i>[Assinatura]</i> IAB	IHGRS <i>[Assinatura]</i> SERGS
ARI	IPHAE

APÊNDICES

APÊNDICE A

Mapas Fundo-Figura Adaptados de Paiva (1942)

Figura 1 – Mapa de densidade populacional por hectare em Porto Alegre, 1942



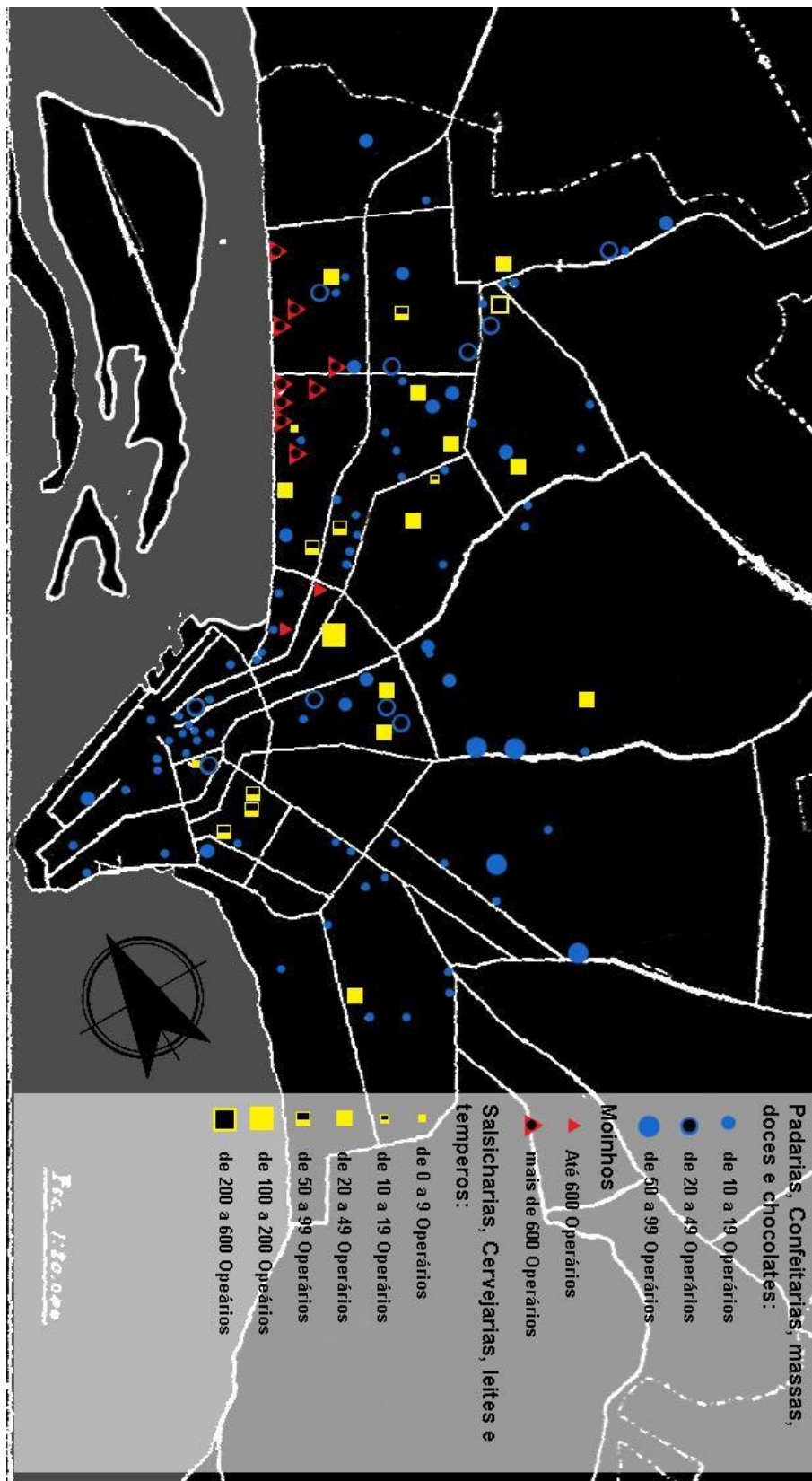
Fonte: Desenho do Autor.

Figura 3 – Mapa de Concentração de Comércio em Porto Alegre, 1942



Fonte: Desenho do Autor.

Figura 5 – Mapa das Agroindústrias em Porto Alegre, 1942



Fonte: Desenho do Autor.

APÊNDICE B

Mapa sugerido do Museu de Território do 4º Distrito

APÊNDICE C

Missão e Visão propostas para o Museu de Território do 4º Distrito – Bairro São
Geraldo

Missão:

Como museu de território, a instituição se baseia nos ideais de Desenvolvimento Local e de Museu Expandindo a fim de conectar a sociedade porto-alegrense a sua memória industrial presente em seu antigo distrito industrial. A Instituição pesquisa, documenta e divulga não apenas a história da industrialização da cidade de Porto Alegre, mas também busca valorizar e explorar a identidade de homens e mulheres comuns que ajudaram neste processo. O Museu de Território do 4º Distrito – Bairro São Geraldo faz uso não apenas de objetos, bens móveis e documentos pertencentes a história da industrialização local, como também busca integrar seu patrimônio industrial edificado, seus lugares de memória e a paisagem local na construção de uma narrativa mais ampla, inclusiva e preocupada com o desenvolvimento da região e de suas comunidades.

Visão:

Consolidar-se como uma instituição de referência na preservação da memória industrial, tanto para o Brasil, como para o Mercosul. Estabelecer uma rede de informação e pesquisa com instituições de fora do país, sobretudo Argentina e Uruguai, que compartilham semelhanças em seus processos de industrialização a fim de identificar nexos que caracterizaram estes processos e aproximar seus diferentes atores. Esta rede de informação será responsável pelo intercâmbio de profissionais da área de museologia, história, arquitetura e demais profissionais atuantes no campo da memória e da preservação, auxiliando na elaboração de planos de gestão do patrimônio industrial e diretrizes de intervenção de tais patrimônio por toda América Latina.